



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO PROF. MARIANO DA SILVA NETO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO – PPGCOM
LINHA DE PESQUISA: MÍDIA E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE

JORDANIA DOS SANTOS SILVA

**O PAPEL DA MULHER NA POLÍTICA DO MARANHÃO: uma análise de
discurso dos Jornais O Imparcial e o Estado do Maranhão na campanha das
eleições de 2018**

TERESINA-PI
2020

JORDANIA DOS SANTOS SILVA

O PAPEL DA MULHER NA POLÍTICA DO MARANHÃO: uma análise de discurso dos Jornais O Imparcial e o Estado do Maranhão na campanha das eleições de 2018

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal do Piauí (UFPI), como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Linha de Pesquisa: Mídia e Produção de Subjetividades.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Laerte Juvêncio Magalhães.

**TERESINA-PI
2020**

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências da Educação
Serviço de Processamento Técnico

S586p Silva, Jordania dos Santos

O Papel da mulher na política do Maranhão: uma análise de discurso dos jornais O Imparcial e o Estado do Maranhão na campanha das eleições de 2018 / Jordania dos Santos Silva. – 2020.

128 f.

Cópia de computador (printout).

Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2020.

Orientação: Prof. Dr. Francisco Laerte Juvêncio Magalhães.

1. Discurso. 2. Gênero. 3. Mídia. 4. Mulher. 5. Política.

I. Título.

CDD: 808.51

JORDANIA DOS SANTOS SILVA

O PAPEL DA MULHER NA POLÍTICA DO MARANHÃO: UMA ANÁLISE DE DISCURSO DOS JORNAIS O IMPARCIAL E O ESTADO DO MARANHÃO NA CAMPANHA DAS ELEIÇÕES DE 2018

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Piauí, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em Comunicação



PROF. DR. FRANCISCO LAERTE JUVÊNCIO MAGALHÃES
Presidente



PROF. DR. MICHILLY SANTOS DE CARVALHO
Examinadora



PROFA. DRA. LÍVIA FERNANDA NERY DA SILVA
Examinadora

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter idealizado e sustentado toda a minha caminhada até aqui. Sou grata por seus propósitos em minha vida, pois sei que tudo posso naquele que me fortalece.

À minha família, pelo incentivo e apoio durante toda essa jornada de estudo e por acreditarem em mim. Obrigada.

A Ana Luiza que me apoiou e me acompanhou em cada momento desse estudo sempre me dando força e acreditando que eu iria me superar a cada desafio. Meus agradecimentos.

A Luciana Simão, pela companhia e palavras de confiança em cada momento que eu achava que não ia conseguir. Muito Obrigada.

A Venuzia Belo, por se colocar a disposição em me ajudar nas explicações e desenvolvimento dos textos em construção. Obrigada por todos os ensinamentos compartilhados nessa jornada.

As Irmãs Missionárias Capuchinhas, na pessoa de Irmã Suely Cartilho que me apoiou na realização desse estudo e a Irmã Gemma de Jesus Carvalho, por me ensinado a acreditar na realização de um sonho. Meus eternos agradecimentos.

Sou grata ao meu orientador, Dr. Laerte Magalhães, que foi incansável em cada ensinamentos em sala de aula, no grupo de pesquisa (NEPEC) e em cada orientação e por ter me dado a honra de ser sua orientanda.

Aos colegas de turma do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, que contribuíram para meu crescimento nesse campo.

À banca examinadora, as professoras Dra. Lívia Nery e Dra. Michelly Santos de Carvalho, por aceitarem o convite de leitura e avaliação deste trabalho. Obrigada pela contribuição inestimável.

Há todos que de forma direta ou indireta somaram para a conquista e realização desse sonho.

Não poderia deixar de mencionar o nome de uma grande amiga que hoje não está mais nesse plano, mais sei que de onde ela estiver, permaneceu o tempo todo torcendo por mim, Profa. Ana Elizabeth (*in memoriam*).

“Quando uma mulher entra na política, muda a mulher. Quando várias entram, muda a política.”
Michelle Bachelet.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo compreender os modos como os jornais *O Imparcial* e *O Estado do Maranhão* constroem discursivamente a imagem da mulher na política no Estado do Maranhão, entre os meses de julho a outubro de 2018, e parte da hipótese de que os jornais favorecem os discursos masculinos em detrimento dos discursos femininos. A imprensa é responsável por relatar e analisar os fatos políticos, incluindo aqueles envolvendo a mulher. As mídias têm papel fundamental nas discussões políticas, pois que os políticos se utilizam dessas como forma de divulgar seus atos ou promover sua imagem. Nesse sentido, os discursos que circulam nas mídias desempenham um papel fundamental na construção e legitimação das identidades sociais. Nesse estudo, apresentamos uma contextualização histórica e cultural do papel da mulher na política, passando pelas questões de gênero e do funcionamento dos campos político e midiático, com especial atenção às matérias de políticas dos jornais. Utilizamos o aporte teórico-metodológico da Análise do Discurso Crítica (ADC) com base nas teorias de Norman Fairclough (2001) ao considerar que a prática discursiva “contribui para reproduzir a sociedade (identidades sociais, relações sociais, sistemas de conhecimento e crença) como é, mas também contribui para transformá-la”. Temos como objetivos específicos, identificar nos discursos dos jornais *O Estado do Maranhão* e *O Imparcial* as matérias sobre a representação da mulher na política do estado; analisar, nos discursos das matérias políticas dos jornais, como as representações femininas são vistas na política do Estado e comparar, nas matérias políticas dos jornais *O Estado do Maranhão* e *O Imparcial*, os discursos construídos sobre a mulher nas atividades políticas. A representação jornalística da mulher no cenário político maranhense, observada no desenvolvimento da pesquisa, não nos permite afirmar que se trata de uma produção jornalística apartidária, mas que outros fatores de interesse dos jornais, bem como de posições jornalísticas individualizadas, ou mesmo posições das próprias mulheres ali representadas, se constituem em estratégias do sujeito político, adequando suas ações/discursos para o interesse da mídia anunciante. Alguns dos autores utilizados para fundamentação desta pesquisa são Fairclough (2001, 2003), Van Leeuwen (1998), Resende e Ramalho (2006).

Palavras-chave: Discurso. Gênero. Mídia. Mulher. Política.

ABSTRACT

This research aims to understand the ways in which the newspapers *O Imparcial* and *O Estado do Maranhão* discursively construct the image of women in politics in the State of Maranhão, between July and October 2018, and part of the hypothesis that newspapers male discourses to the detriment of female discourses. The press is responsible for reporting and analyzing political facts, including those involving women. The media play a key role in political discussions, because politicians use these as a way to disseminate their actions or promote their image. In this sense, the discourses circulating in the media play a fundamental role in the construction and legitimation of social identities. In this study, we present a historical and cultural contextualization of the role of women in politics, through gender issues and the functioning of the political and media fields, with special attention to the policy matters of newspapers. We use the theoretical-methodological contribution of Critical Discourse Analysis (ADC) based on the theories of Norman Fairclough (2001) when considering that discursive practice "contributes to reproduce society (social identities, social relations, systems of knowledge and belief) as it is, but it also contributes to transforming it." Its specific objectives are to identify in the discourses of the newspapers *O Estado do Maranhão* and *O Imparcial* the subjects about the role of women in state politics; analyze, in the discourses of the political matters of newspapers, how women's representations are seen in state politics and compare, in the political matters of the newspapers *The State of Maranhão* and *The Imparcial*, the discourses built on women in the activities Policies. The journalistic representation of women in the political scenario of Maranhão, observed in the development of the research, does not allow us to affirm that it is a non-partisan journalistic production, but that other factors of interest to the newspapers, as well as individualized journalistic positions, or even positions of the own women represented there, constitute strategies of the political subject, adapting their actions / discourses to the interest of the advertising media. Some of the authors used to support this research are Fairclough (2001, 2003), Van Leeuwen (1998), Resende and Ramalho (2006).

Keywords: Speech. Genre. Media. Woman. Policy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Identificação do Jornal
Fonte: O Estado do Maranhão 2018

Figura 02 – Edição do Jornal
Fonte: O Estado do Maranhão 2018

Figura 03 – Manchete do Jornal “Clima esquenta na reta final da campanha”.
Fonte: O Estado do Maranhão 2018

Figura 04 – Matéria do Jornal “Recuperar o tempo perdido”.
Fonte: O Estado do Maranhão 2018

Figura 05 – Matéria do Jornal “Marido de Eliziane Gama é suspeito de identidade ideológica”.
Fonte: O Estado do Maranhão 2018

Figura 06 – Manchete do Jornal de 25 de setembro de 2018.
Fonte: O Estado do Maranhão 2018

Figura 07 – Matéria do Jornal “Maura Jorge denuncia perseguição em tentativa de tirá-la da disputa”.
Fonte: O Estado do Maranhão 2018

Figura 08 – Identificação do Jornal
Fonte: O Imparcial 2018

Figura 09 – Edição do Jornal
Fonte: O Imparcial 2018

Figura 10 – Manchete do Jornal “14 anos de experiência”.
Fonte: O Imparcial 2018

Figura 11 – Matéria do Jornal “Falta olhar para o povo com carinho”.
Fonte: O Imparcial 2018

Figura 12 – Manchete do Jornal “No centro da ideologia”.
Fonte: O Imparcial 2018

Figura 13 – Matéria do Jornal “Influente da Câmara”.
Fonte: O Imparcial 2018

Figura 14 – Manchete do Jornal “Maura Jorge crê em Bolsonaro como impulso para sua campanha”.
Fonte: O Imparcial 2018

Figura 15 – Manchete do Jornal “Entrevista// Maura Jorge A candidata de Bolsonaro”.
Fonte: O Imparcial 2018

Figura 16– Matéria do Jornal “A candidata de Bolsonaro”
Fonte: O Imparcial 2018

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADC – Análise de Discurso Crítica

CNPM - Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres

DEM - Democratas

FEFC - Fundo Especial de Financiamento de Campanha

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

MST - Movimento dos Sem-Terra

ONGs - Organizações não Governamentais

PCdoB - Partido Comunista do Brasil

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNPM - Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

PP - Progressistas

PPS - Partido Popular Socialista

PR - Partido da República

PRP – Partido republicano progressista

PSB - Partido Socialista Brasileiro

PSC - Partido Social Cristão

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

SEPM - Secretaria Especial de Políticas para Mulheres

STF - Supremo Tribunal Federal

TSE - Tribunal Superior Eleitoral

UIP - União Interparlamentar

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
2 TEORIA SOCIAL DO DISCURSO.....	18
2.1 Percurso Teórico da Análise do Discurso Crítico.....	18
2.1.1 Análise de Discurso Crítica (ADC) e representação	19
2.1.2 Conceitos preliminares acerca da ACD.....	21
2.2 Modelo tridimensional da Análise de discursivo	24
2.3 Teoria e Produção Social do Discurso e do Sentido.....	25
2.4 Discurso político e relações de poder	28
3 CONSTRUÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO GÊNERO	31
3.1 O Movimento Feminista e as lutas contra a desigualdade de gênero.....	34
3.1.2 As Manifestações do Movimento Feminista no Brasil.....	35
3.2 Representação Feminina e a Construção Social	41
3.2.1 A Mídia e suas Construções Sociais.....	44
3.3 A Comunicação na Sociedade Contemporânea.....	47
4 O PAPEL DA MULHER NA POLÍTICA.....	49
4.1 Campos Político e Conservadorismo Feminino.....	49
4.1.1 A Política de Cotas para as Mulheres.....	52
4.2 A Sub-representação Feminina na Política.....	54
4.3 Relacionando Gênero, Habitus e Campo.....	56
4.4 Participações Política da Mulher e Capital político.....	65
4.4 .1 Participação da Mulher na Política do Maranhão.....	68
5 O CORPUS EM ANÁLISE.....	70
5.1 Análise das matérias.....	72
5.1.1 Jornal o Estado do Maranhão.....	72
5.1.2 O Olhar nas Matérias de política do jornal O Estado do Maranhão.....	74
5.1.3 Primeira matéria – Jornal O estado do Maranhão.....	76
5.1.4 Segunda matéria.....	80
5.1.5 Terceira matéria.....	84

5.2 Jornal O Imparcial.....	98
5.2.1 O olhar nas Matérias de política do jornal O Imparcial.....	91
5.2.2 Primeira Matéria.....	93
5.2.3 Segunda Matéria.....	95
5.2.4 Terceira matéria.....	99
5.3 Comparando os jornais.....	102
5.4 As pistas dos jornais O Estado e de O Imparcial.....	103
6 CONSIDERAÇÕES	107
REFERÊNCIAS.....	111
ANEXOS.....	116

INTRODUÇÃO

Ao longo do tempo a representação da mulher vem passando por transformações nos contextos sociais, econômicos, políticos e culturais. Muitas dessas transformações são, sem dúvida, resultantes do movimento feminista iniciado no início do século XX. Atualmente, ainda que a mulher tenha buscado se destacar através dos estudos ou de atividades remuneradas, as diferenças e desigualdades entre os gêneros refletem-se diretamente nos cargos que elas exercem no ambiente de trabalho, em comparação às atividades dos homens. As lutas e conquistas das mulheres na sociedade têm reflexo direto na mídia, e os diversos meios de comunicação exercem papel decisivo na transformação da (re)produção da imagem da mulher na sociedade. Este estudo tem como objetivo compreender os modos como os jornais *O Imparcial* e *O Estado do Maranhão* constroem, discursivamente, a imagem da mulher na política no Estado do Maranhão.

O *corpus* desta pesquisa é constituído pelas edições dos jornais maranhenses *O Imparcial* e *O Estado do Maranhão* entre os meses de julho a outubro de 2018. Para entender como as mulheres na política maranhense são mencionadas nestes jornais, analisaremos os discursos produzidos sobre a mulher na política, visto que “a análise de discursos procura descrever, explicar e avaliar criticamente os processos de produção, circulação e consumo dos sentidos vinculados àqueles produtos na sociedade” (PINTO, 2002, p. 11). Segundo o autor, os textos são produtos e formas empíricas do uso da linguagem verbal, oral ou escrita, além de outros sistemas semióticos. Portanto, para a análise dos textos publicados é necessário que se analise as práticas políticas, ou seja, as condições de produção discursivas.

Nessa condição, a imprensa é responsável por relatar e analisar os fatos políticos, incluindo aqueles envolvendo a mulher. As mídias têm papel fundamental nas discussões políticas, pois os políticos utilizam da mídia como forma de divulgar seus atos, ou promover sua imagem. Nesse sentido, os discursos que circulam nas mídias desempenham um papel fundamental na construção e legitimação das identidades sociais.

Diversos movimentos sociais atrelados à figura da mulher, ao longo da história, conseguiram uma política afirmativa de inserção feminina em trabalhos antes reservados somente aos homens, entre eles o trabalho político, resultado de uma luta

que começou a se propagar com o advento de diversos movimentos sociais até chegar ao voto feminino.

Nesse contexto, os jornais constituem-se um meio de divulgação dos movimentos sociais, lutas e outros momentos subsequentes, produzindo textos que, se analisados sob a ótica da análise do discurso, podem responder a problemas como: como se dá a construção discursiva da representação da mulher no noticiário político dos jornais *O Estado do Maranhão* e *O Imparcial* no Maranhão? Em que medida são repetidas posturas tradicionais no tratamento da figura política feminina? Sabemos que os jornais são constituídos como agentes de transformação de práticas, de valores éticos e sociais que sedimentam nossas instituições, dando voz a causas e lutas sociais e ajudando a melhorar o convívio com as diferenças existentes. Assim, o texto jornalístico é escrito de forma intersubjetiva e para compreendê-lo é necessário entender o enquadramento social e cultural em que ele se desenvolve. Para Charaudeau (2006), a comunicação midiática é entendida como fenômeno de produção do sentido social, sem ingenuidade. Para que os discursos sejam compreendidos, é necessário identificar os atores sociais envolvidos no processo. Entre esses atores, a mulher aparece como sujeito e como objeto dos discursos sociais que circulam na mídia diariamente. O lugar e o significado de ser mulher na sociedade atual são permeados pela construção desses discursos que constantemente são construídos pela mídia e interpretados por quem os lê. Assim, a mulher já conquistou espaços que antes eram restritos apenas ao universo masculino.

Diante dos questionamentos levantados nesta pesquisa, buscaremos, por meio da análise discursiva, compreender como esses jornais (re)produzem em suas matérias o papel da mulher no campo político no estado.

A opção por estudar os textos dos jornais sobre a mulher em matérias de notícias, e em especial nas matérias sobre política, justifica-se pela circulação que os jornais na versão impressa e nas versões on-line têm adquirido. Os jornais são importantes meios de informações da sociedade e alcançam as diversas classes sociais e faixas etárias da população. Estudar, pois, as práticas discursivas nas matérias dos jornais é de significativa importância no atual cenário político social, pois a comunicação mediada pela tecnologia apresenta-se como elemento fundamental na formação de ideias e construção de conceitos políticos sociais.

A escolha específica pelos jornais citados aconteceu em virtude do número de

assinantes, pois esses estão entre os cinco jornais de maior circulação e maior número de acessos no estado. Esta pesquisa buscará, por meio da análise de discurso, conhecer as contribuições da mulher no cenário político e os modos como esse meio de informação constroem a imagem da mulher na política. Ao final, a pesquisa indicará os resultados das análises, colaborando para a compreensão sobre o papel da mídia. Dessa feita, acreditamos que o trabalho oferece relevante contribuição para o entendimento sobre a relação entre o papel da mulher na política, seu lugar social e a contribuição dos referidos jornais nesse processo.

Esta pesquisa buscou, ainda, atravessar outras áreas de conhecimentos que possuem elementos importantes para a construção social das relações humanas.

Considerando o texto jornalístico, uma visão empírica desse processo pode detectar “entraves” para a plena atuação feminina na política. De modo empírico a ser comprovado nesta pesquisa, tem-se por hipóteses viáveis no contexto descrito que: a) os jornais favorecem os discursos masculinos em detrimento dos discursos femininos; b) as matérias jornalísticas sobre política ainda tratam a representação feminina como manutenção de sub-representações, concedendo à mulher determinados espaços politicamente relegados a segundo plano, conseqüentemente concedendo à mulher condições de menor prestígio político; c) os jornais e suas coberturas políticas são coparticipantes no processo de manutenção da representação feminina subalterna ao longo do tempo.

Na construção de um caminho teórico e analítico que considerem as hipóteses formuladas, constituímos, para orientação da pesquisa, além do objetivo geral, mais três objetivos específicos, sendo eles: identificar nos discursos dos jornais *O Estado do Maranhão* e *O Imparcial* as matérias sobre o papel da mulher na política do estado; analisar, nos discursos das matérias políticas dos jornais, como as representações femininas são vistas na política do Estado; comparar, nas matérias políticas dos jornais *O Estado do Maranhão* e *O Imparcial*, os discursos construídos sobre a mulher nas atividades políticas.

Adotamos o aporte teórico-metodológico da Análise do Discurso Crítica (ADC) com base nas teorias de Norman Fairclough (2001) que apresenta um quadro teórico significativo para aplicação em pesquisa científica social. O estudo proposto pela ADC considera que a prática discursiva “contribui para reproduzir a sociedade (identidades sociais, relações sociais, sistemas de conhecimento e crença) como é, mas

também contribui para transformá-la”, como afirma Fairclough (2001) no livro *Discurso e Mudança Social*.

Também utilizaremos os estudos sobre representação de Van Leeuwen (1998), que analisa como os atores sociais (pessoas, grupos e instituições) são descritos e representados nos textos. O autor considera que, do ponto de vista analítico, “aquilo que podemos fazer é investigar que opções são feitas em que contextos institucionais e sociais, e por que é que estas escolhas são feitas, que interesses é que as servem, e que propósitos são alcançados” (VAN LEEUWEN, 1998, p. 187). Além desse, outros autores que desenvolvem estudos sobre Análise de Discurso também foram utilizados.

Em concordância com a noção de que o jornalismo é uma atividade parcial, compreendemos por meio da teoria do discurso que as “produções sociais historicamente situadas que dizem muito a respeito das nossas crenças, práticas, ideologias, atividades, relações interpessoais e identidades” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 10). Entendemos, assim, que o discurso, através do uso articulado da linguagem, resulta na produção de sentidos, sejam eles crenças, informações, representações, entre outros. Sentidos estes que serão analisados no *corpus* desta pesquisa.

Para o desenvolvimento da análise, a metodologia utilizada será composta pela adequação e aplicação das teorias referentes à Análise de Discurso Crítico (ADC), atividade multidisciplinar (FAIRCLOUGH, 2001). Serão utilizadas também teorias do campo da Linguística para a execução da análise textual dos discursos contidos no *corpus*. Essa análise corresponde a observação das diferentes estratégias e aspectos textuais utilizados na produção discursiva.

Na introdução fazemos uma abordagem sobre a representação da mulher na política e as transformações nos contextos sociais, econômicos, políticos e culturais que veem passando; apresentamos os elementos básicos e norteadores deste estudo, assim como o contexto em que se passa a problemática da pesquisa, em relação à realidade social ao qual está inserido. Trazemos ainda elementos como justificativa, objetivo geral, objetivos específicos, hipóteses e o aporte teórico-metodológico que utilizamos para comprovar, ou não, as hipóteses e corresponder satisfatoriamente aos objetivos levantados.

No segundo capítulo apresentaremos os pressupostos teórico-metodológicos que fundamenta e direciona toda a pesquisa. Apresentamos um breve percurso histórico

sobre o estudo da mensagem e de seu significado no campo da Comunicação, passando pelo surgimento da Linguística até chegar no desenvolvimento da Análise de Discurso Crítica de Norman Fairclough. Nesse ponto, são apresentadas as bases teóricas que dão sustentação para as pesquisas e orientam a formação de uma estrutura analítica.

No terceiro capítulo trazemos uma abordagem acerca da construção e representação do gênero e dos movimentos sociais em especial os movimentos feministas, abordando as lutas das mulheres por direitos sociais, falando da representação da mulher, das construções de identidades e subjetividades e mostrando as conquistas dessas lutas até os dias atuais. Também apresentamos as discussões sobre o papel da mídia nessa conjuntura de representação e construção da imagem da mulher por meio dos dispositivos midiáticos.

No quarto capítulo trazemos uma abordagem acerca do papel da mulher na política e sobre grupos feministas que buscavam conscientizar as mulheres brasileiras sobre seu papel na sociedade e nos espaços públicos. A partir desses movimentos, houve um aumento de interesse pelos estudos de gênero, na tentativa de explicar o fenômeno da ampliação dos espaços da mulher na vida política, assim como as relações de gênero. Também apresentamos as conquistas das mulheres nesse campo, assim como fizemos uma abordagem acerca do papel da mulher na política do Maranhão.

O quinto capítulo dedicamos para a apresentação do *corpus* da pesquisa e para o desenvolvimento das análises discursivas dos textos que compõem o *corpus*, segundo o aporte da Análise de Discurso. Os procedimentos de análise foram organizados de acordo com a metodologia formulada e com as categorias escolhidas, oriundas da Concepção Tridimensional do Discurso, desenvolvida por Fairclough (2003).

Por último, apresentamos as considerações acerca da pesquisa realizado. Nesta sessão, comentamos as análises e os resultados encontrados e a posterior interpretação desses, de forma a compreender como os discursos são produzidos por meio das matérias dos jornais em que esses (re)produzem o papel da mulher na política do estado.

Esta pesquisa possibilitou um olhar profundo das matérias nas colunas políticas dos jornais acerca do papel da mulher na política do estado, servindo de grande aprendizado e, dessa maneira, pretendemos explorar outros campos afim de entender os possíveis efeitos de sentido construídos pelos nossos enunciadores. Esta pesquisa não intenta finalizar em si própria, mas constituirá o conjunto de base para muitos outros estudos que estão por vir.

2 A TEORIA SOCIAL DO DISCURSO

2.1 Percurso Teórico da Análise de Discurso Crítica

A Análise de discurso Crítica (ADC) surgiu através de um grupo de linguistas que buscavam analisar a linguagem de forma crítica, envolvendo desde a análise da linguagem até as teorias das ciências sociais. Faziam parte desse grupo, Teun van Dijk, Norman Fairclough, Theo van Leeuwen , Ruth Wodak entre outros. Os aspectos teóricos e metodológicos, as estruturas e os pontos de semelhanças nas teorias permitiram a organização do grupo, cujas ideias são discutidas até o presente. Os diferentes caminhos de análise linguística como meio de estudo das mudanças sociais, apontavam características em comum, como a transdisciplinaridade, o foco no poder e na dominação, o posicionamento dos pesquisadores, entre outras características.

Sobre o conceito de discurso os pesquisadores procuravam descobrir como ele era concebido:

Ele era tomado como um texto, uma prática discursiva e uma prática social, colocando a ADC a serviço de uma investigação da maneira pela qual se moldam identidades, papéis sociais, interpretações, e, dessa forma, da maneira pela qual se estrutura, mas complexas relações entre discurso e sociedade, consideradas na opacidade semântica da linguagem, na sua mutabilidade e tensões intrínsecas em torno do poder. (Fairclough, 2001, p.113)

Partindo de concepções como essa, a ADC se implantou como um campo de estudo de maior alcance, indo além do quadro analítico, e buscando investigar o potencial da linguagem em relação à reprodução, consolidação, desconstrução e reconstrução das forças que permeiam as desigualdades sociais. Assim, os discursos passam a ser percebidos como um papel diferenciado, em que a linguagem passou a se desenvolver a partir das transformações da modernidade e, conseqüentemente passou a ser estudada em outras áreas das ciências humanas.

As práticas ganharam ainda mais força com a relevância dos discursos, que como as demais práticas se encontram em constante transformação em um ambiente marcado pela disputa de poder perante grupos. Sobre as complexas relações na sociedade, Foucault diz que é preciso:

Não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras, mas ter bem presente que o

poder – desde que não seja considerado de muito longe – não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem e lhe são submetidos. (FOUCAULT, 1999, p. 183).

Ainda sobre essa prática, a ADC analisa a linguagem em relação à ideologia, e considera que esta constitui e serve de embasamentos para a linguagem, caracterizando suas práticas discursivas de acordo com a afirmação de Fairclough:

As ideologias são significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 117).

Do mesmo modo podemos reafirmar a posição de Fairclough (2001) ao comentar sobre os estudos de Pêcheux e suas contribuições no campo da linguagem, revelando que a sociedade se constrói pela via da linguagem, conduzindo realidades e sujeitos, focalizando em questões que atravessam esses discursos, como poder e hegemonia, vistas numa relação dialética, e olhando a linguagem como uma via de alteração, de subversão, e conferido um novo tratamento à realidade discursiva, dando voz a práticas não dominantes.

2.1.1 Análise de Discurso Crítica (ADC) e representação

Entendemos que a ADC é uma representação linguística que relaciona história e sociedade à linguagem, em toda sua estrutura dinâmica, oferecendo a partir dos estudos detalhado do discurso os sentidos visíveis e ocultos que deles fazem parte, possibilitando interpretações críticas sobre a cultura de um povo em um determinado período de tempo. Para Resende:

A ADC resultou de um aprimoramento do enfoque discursivo como parte de práticas sociais dos diversos âmbitos humanos. Assim, podemos considerar uma das características marcantes da ADC, a preocupação com as interações sociais sob este enfoque provocativo, profundo e reflexivo e como caminho para construção de novos cenários sociais. (RESENDE, 2001, p. 25).

Para a construção desse novo cenário, fez-se necessário a criação de uma teoria aplicável, que pudesse representar o potencial transformador através da análise no

contexto de mudanças no uso da linguística, evidenciando os múltiplos sentidos sobre o que fazemos com a linguagem e o que podemos fazer quando descobrimos seu potencial de transformação. A análise de discurso crítico (ADC) é vista como um tipo de investigação analítica discursiva que estuda principalmente:

O modo como o abuso do poder social, a dominação e a desigualdade são representadas, reproduzidas e combatidas por textos orais e escritos no contexto social e político. Com essa investigação de natureza tão dissidente, os analistas críticos do discurso adotam um posicionamento explícito e, assim, objetivam compreender, desvelar e, última instância, opor-se à desigualdade social. (VAN DIJK, 2008, p.113)

Assim, podemos dizer que o uso da linguagem acontece pela estrutura social em que o ser humano se encontra, e a análise vem para defender o pensamento reflexivo acerca dessa estrutura e da linguagem utilizada, uma vez que a linguagem sozinha não possui um poder equilibrado. A partir dessa premissa, os estudiosos dessa teoria buscam desenvolver um modo de análise crítica das práticas de linguagem para expor os processos de produção e interpretação linguística marcados por tensões sociais, buscando dimensionar as mudanças sociais através de novas ações discursivas. Portanto, como assevera Wodak:

Para a ADC, a linguagem não é poderosa em si mesma – ela adquire poder pelo uso que os agentes que detêm poder fazem dela. [...] e analisa criticamente a linguagem daqueles que estão no poder, que são responsáveis pela existência de desigualdades e que também dispõem dos meios e oportunidades para melhorar as condições gerais. (WODAK 2004, p. 236).

Através da ADC os discursos adquirem um caráter político e ideológico, articulado e rearticulado por possíveis ordens discursivas, uma vez que o discurso é considerado parte de uma estrutura social, e é moldado a partir do diálogo social. Nessa perspectiva, Fairclough (2001, p. 90), ressalta a visão que defende sobre essa prática: “Ao usar o termo “discurso”, proponho considerar o uso de linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexa de variáveis situacionais”. E redimensiona esse acontecimento dentro das ações humanas, ao dizer:

O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem:

suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado. (FAIRCLOUGH, 2001, p.91).

Nessa perspectiva, a contextualização do discurso vem indicar qual é a posição do locutor acerca do que fala. Ou seja, os discursos são regidos por normas e se apresenta em um interdiscurso, onde cada discurso adquire significados ao ser confrontado com outros. Van Dijk, em sua abordagem, afirma que:

O discurso não é analisado apenas como um objeto “verbal” autônomo, mas também como uma interação situada, como uma prática social ou como um tipo de comunicação numa situação social, cultural, histórica ou política. (DIJK: 2008,12).

A afirmação do autor nos leva a uma aproximação sobre as noções de discurso expostas por dois estudiosos da área: Charaudeau e Maingueneau, tendo em vista, que os discursos são relacionados e desenvolvem uma interação na prática social quando envolvem o Eu/Tu, onde se estabelece um fato social, histórico ou político envolvendo o contexto discursivo.

2.1.2 Conceitos Preliminares acerca da ADC

Os estudos que fundamentam a epistemologia da ADC surgiram com os estudos sobre a Teoria Crítica, observando a sociedade contemporânea em sua totalidade, para conhecer a realidade e as diversas experiências relatadas pelos sujeitos de maneira empírica, para então, visualizar o indivíduo e identificar as relações que constitui uma construção subjetiva do mesmo, para a partir disso, observar os modos de ser e de pensar o sujeito por meio das diferentes experiências sociais, histórica, políticas e culturais. Os múltiplos discursos desenvolvem os processos de mudanças sociais, fazendo com que novas “histórias” se legitimem, diante das que são consideradas oficiais, para que, pelo poder da linguagem, os indivíduos possam ampliar sua consciência.

Consideremos, portanto, a Teoria Crítica,

A mola mestra para a concepção sociológica de boa parte do que se produziu na ADC, visto que esta propõe um diálogo entre as ciências

humanas e tenta sintetizar teorias linguísticas com as teorias das Ciências Sociais. (MELO, 2009, p. 10).

Em outras palavras, essa teoria traz uma abordagem social e ao mesmo tempo discursiva que desenvolve olhares críticos das práticas sociais por meio de sua diversidade.

Considerando essa diversidade do corpo teórico constituinte da ADC, essa teoria apresenta formas que facilitam a unicidade e coerência dos estudos na área. Para Resende (2012), existem três pontos fortes em comum nesse corpo teórico “a interdisciplinaridade, o posicionamento e a utilização das categorias linguísticas como ferramentas para a crítica social”. Tais pontos se complementam e são fundamentais para a ADC na mobilização de conceitos como crítica, discurso, hegemonia, ideologia e poder.

Sobre o conceito de crítica utilizado na ADC, há algumas concepções trazidas da Escola de Frankfurt. Para Magalhães (2004), a ideia geral de crítica seria “distanciar-se dos dados, situar os dados no social, adotarem uma posição política de forma explícita e focalizar a autorreflexão”. Ainda segundo Magalhães (2004), as ações práticas dos resultados das análises críticas são de grande relevância para a área, contribuindo para a expansão das posturas da ADC, fazendo conexões com as várias áreas das ciências humanas. As posturas sobre a crítica e reflexão acerca dos problemas sociais estão para além das discussões acadêmicas, pois, é refletido em ações constantes em que os usos do discurso e das ferramentas linguísticas são empregados para romper as estruturas de desigualdades de poder existente e, com isso, outras áreas de conhecimento devem ser inseridas nessa postura.

Ao invés de focalizar problemas puramente acadêmicos ou teóricos, a ciência crítica tem como pontos de partida problemas sociais vigentes, e, assim, adota o ponto de vista dos que sofrem mais e analisa de forma crítica os que estão no poder, os que são responsáveis, e os que dispõem de meios e oportunidades para resolver tais problemas. (VAN DIJK, 1986, p. 4).

Quando abordamos o conceito de discurso, consideramos que sua relevância dá-se através da chamada “virada discursiva”, momento de passagem das Ciências Sociais contemporâneas, onde os estudos discursivos passaram a ser importante para essa área. Segundo Fairclough (2000), esse interesse partiu da teorização do papel da linguagem na modernidade, pois foi possível perceber a enorme quantidade de textos que

circulavam na sociedade e em todas as áreas da atividade do sujeito. Assim, a noção de discurso evidenciou um momento na envolvente rede de práticas sociais, disseminadas diante da grande reviravolta nos estudos das humanidades. Para Resende (2012), a ADC veio equilibrar a abordagem das Ciências Sociais e da Linguística com relação ao discurso, pois é possível observar que na primeira faltavam ferramentas para a análise e na segunda faltava um olhar mais amplo do social e da Teoria Social Crítica. Lembrando, ainda, que o conceito de discurso se articula com o de prática social.

Nessa perspectiva, o discurso é considerado um momento da prática social ao lado de outros momentos igualmente importantes o que, portanto, também devem ser privilegiados na análise, pois o discurso é elemento da prática social que constitui outros elementos sociais assim como é informado por eles em uma relação dialética de articulação (RESENDE, 2012, p.104).

Nessa estrutura, é indiscutível que o conceito de discurso visto na ADC não passe a analisar apenas as relações dos diferentes momentos das práticas sociais, mas também do contexto sócio-histórico que atravessa essas práticas, indo além dos aspectos que adentram os âmbitos discursivos. Somente através dessa relação iremos alcançar a conexão entre análise discursiva e a crítica social proposta pela ADC. Para Van Dijk (2008, p.116):

O uso da linguagem, o discurso, a interação verbal e a comunicação pertencem ao micronível da ordem social. O poder, a dominação e desigualdade entre grupos sociais são tipicamente termos que pertencem a um macronível de análise. Isso significa que a ADC tem que estabelecer teoricamente uma ponte que preencha a bem conhecida “lacuna” existente entre os enfoques micro e macro - evidentemente, uma distinção que é, por si mesma, um construto social. (VAN DIJK 2008, P.116).

De acordo com Resende (2012), ao mencionar a recontextualização de acordo com Fairclough (1997), as relações entre discurso e hegemonia e os conceitos de poder e ideologia se relacionam, como podemos observar no exposto:

[...] a disputa pela criação/sustentação de um status universal para determinadas representações particulares do mundo material, mental ou seja, para certos discursos que podem ser internalizados em modos de (inter)ação social e modos de identificação (FAIRCLOUGH, 2003). Considerando-se que o poder depende da conquista do consenso e não apenas dos recursos para o uso da força (FOUCAULT, 1997), a ideologia figura como elemento essencial para a sustentação

de relações hegemônicas em um dado contexto histórico. O conceito aberto de hegemonia, recontextualizando Gramsci, reforça o papel da ideologia no estabelecimento e na manutenção de relações de dominação, uma vez que a naturalização de práticas particulares é fundamental para a permanência de articulações baseadas no poder. (RESENDE 2012 p.107)

Consideramos que para ADC, a ideologia e o poder estão diretamente interligados com as relações hegemônicas. A ideologia permite a manutenção de relações desiguais de poder, já as práticas discursivas são usadas pelos sujeitos que detêm o poder para fins que possam consolidar e perpetuar tais ideologias. Ao mesmo tempo em que essa estrutura pode ser sustentada pela linguagem e guiada por uma determinada ideologia, pode também acontecer um rompimento desse pensamento ideológico que permanece nos contextos relacionais de desigualdades.

2.2 Modelo tridimensional da Análise de discurso

Para a ADC, Fairclough (2003) buscou reformular o modelo tridimensional, a fim de demonstrar a dialética “discurso ↔ sociedade”, de maneira específica na relação “evento ↔ prática social ↔ estrutura social”. Os textos são caracterizados como eventos sociais, configurando-se como prática discursiva, sendo visto como meio de (inter) ação social. Dessa forma, Fairclough (2003), retomando seus estudos, reafirma o exercício de poder na configuração dos textos, caracterizando a luta hegemônica e ideológica, em que essa relação apresenta dois momentos: no primeiro, as estruturas e suas práticas discursivas e sociais, legitimadas e reificadas; e, no segundo, os agentes sociais envolvidos em tais eventos. Sobre o termo, o autor afirma que “os eventos não constituem efeitos simples e diretos das estruturas sociais. Sua relação é mediada – há uma entidade organizacional intermediária. Chamemos isso de práticas sociais” (FAIRCLOUGH, 2003, p.23).

Nessa relação, entendemos que o texto é delimitado quanto ao uso da linguagem para produzir ou reproduzir um discurso. Ou seja, o texto (nessa pesquisa, são as matérias dos jornais) constituindo-se como “o principal material empírico de pesquisa do/a analista crítico/a do discurso” (RAMALHO & RESENDE, 2011, p.111). Já a prática discursiva, corresponde à segunda dimensão do discurso, e é formada pelas etapas de produção, distribuição e consumo do texto. É uma parte específica da prática social à qual está inserida e corresponde a “aquilo que faz mediação entre o texto e a

prática social” (OLIVEIRA; CARVALHO, 2013, p.292). Essa relação acontece diariamente nas páginas dos jornais aqui analisados.

A prática social condiz com à estrutura da prática discursiva alinhadas às demais estruturas sociais. Essas correspondem às “condições sociais do contexto em que a prática discursiva ocorre” (OLIVEIRA; CARVALHO, 2013, p.299). Ou seja, as matérias com as notícias que são veiculadas pelos jornais.

A partir do exposto, percebemos que os significados são construídos a partir das diversas possibilidades, em que o evento acontece, porém as escolhas dos agentes sociais são feitas através das práticas discursivas e sociais compartilhadas socialmente. O discurso enquanto momento de prática social é formado pela articulação de três elementos discursivos, os gêneros, os discursos e os estilos. Buscaremos, a seguir, detalhar cada um deles.

Os gêneros correspondem os meios de (inter) ação, na produção textual. Segundo Bakhtin (2010), “são os elementos que conferem inteligibilidade aos discursos em dada situação comunicativa, em dada atividade sociocultural humana, constituindo-se em um discurso relativamente estável”. Dessa forma, os discursos são parte de ações sociais, a partir do gênero discursivo, ou seja, são meios de representação das práticas sociais, do mundo material, e das suas entidades constituintes e os estilos correspondem às construções identitárias, aos modos de ser, como prática social através do discurso.

Mas devemos ter cuidado pois, ao reconfigurar qualquer um desses elementos, podemos desencadear transformações em todo o arranjo estável relativo à ordem do discurso e, conseqüentemente, as mudanças sociais. Nessa perspectiva, Fairclough (2003) explica que os elementos estão conectados, e devem ser compreendidos em conjunto, pois, modos específicos de representar podem ser desempenhados por meios de agir e se relacionar, assim como determinados discursos são inculcados em identidades sociais.

Assim, podemos dizer que a ADC se constitui em uma proposta teórico-metodológica para análise social, linguisticamente orientada, demonstrando que os discursos estão inseridos em relações de poder e luta hegemônica, fundamentados ideologicamente. Tal processo ocorre de forma implícita, o que nos leva a investigar os meios discursivos pelos quais as relações de poder são perpetuadas e transformadas.

2.3 Teoria e Produção Social do Discurso e do Sentido

Ao abordar discurso como uma prática social, Fairclough (2001) busca explicar a relação dialética existente entre discurso e sociedade, procurando mostrar mais de perto a relação entre prática e estrutura social.

A concepção discursiva de Fairclough está fundamentada na dialética, no movimento “discurso ↔ sociedade”, empenhando-se em evitar a ênfase indevida na determinação social do discurso ou na construção social discursiva.

Na primeira situação, teríamos uma visão negativa da relação onde a prática discursiva e social teria sua estrutura determinada totalmente. Com isso, os eventos discursivos seriam vistos como mecanismos e espaços reprodutivos estruturais, onde, nesses espaços, quaisquer possibilidades de mudanças seriam ignoradas.

Na segunda situação, o autor ressalva: (I) as pessoas são sempre confrontadas com instituições reais, pois apresentam um conjunto de práticas, relações e identidades existentes; (II) os efeitos constitutivos do discurso atuam conjugados com outras práticas; (III) os efeitos constitutivos discursivos realizam-se necessariamente restringidos na dialética, e no interior de relações e lutas de poder particulares. Assim consideremos que,

A constituição discursiva da sociedade não emana de um livre jogo de ideias nas cabeças das pessoas, mas de uma prática social, que está firmemente enraizada em estruturas sociais materiais, concretas, orientando-se para elas” (FAIRCLOUGH, 2001, p.93).

Quando abordado na terceira situação sobre os efeitos constitutivos discursivos no interior de relações e lutas de poder, dizemos que o discurso, como prática política, constitui o espaço onde essa luta é exercida, assim como o instrumento pelo qual se desenvolve a luta.

A produção social do sentido pode ser classificada como teoria da discursividade. Tal teoria buscou superar limites pois, como nos afirma Verón (1980), “é por meio da superação dos limites colocados pela linguística e pela semiótica, com a introdução analítica da materialidade do sentido e da construção do real, que se tem a teoria da discursividade”. Complementando a ideia de Verón, Braga coloca:

Toda produção de sentido é necessariamente social: não se pode descrever nem explicar satisfatoriamente um processo significativo sem explicar suas condições sociais produtivas. Todo fenômeno social

é, em uma de suas dimensões constitutivas, um processo de produção de sentido, qualquer que seja o nível da análise (BRAGA, 2005, p. 119- 120).

Em outras palavras, trata-se de fenômeno social investido de sentido pelo social, ou seja, os sentidos dados a esses fenômenos podem ter significados diferentes para o mesmo fenômeno.

O processo de significação pode deixar marcas em seus produtos, essas marcas caracterizam o meio no qual os produtos foram desenvolvidos, isto é, o social. O sentido está inserido em um fluxo de sentido no qual o social significa os discursos que constroem sua realidade (significativa). Sabemos que um discurso sempre leva a outro, ou seja, ao sistema produtivo que o gerou, de forma que ele seja encerrado em si mesmo, não podendo jamais ser definido como um lugar de sentido. Nessa perspectiva, temos um processo de remissão contínuo, em que um discurso leva a outro, um texto remete ao sistema produtivo de sentidos e esses também remetem a outros discursos.

Os estudos de discursos tornam-se pontos de passagens do sentido, que se desloca continuamente a outros pontos de rede, em um processo de semiose infinita, social e histórica. Para tal acontecimento, Verón (1984) trabalhou a noção de mediação. Nesse trabalho, o autor dialogou com autores que abordavam sobre as noções de “sociedade pós-moderna”, “sociedade pós-industrial”. Buscou, ainda no campo da comunicação, ir além da noção de mediação, dialogando com Jesús Martín-Barbero, numa publicação dos anos 80, traduzida no Brasil na década de 90 (MARTINBARBERO, 1997). Por meio dessa trajetória consideramos que os estudos de comunicação, onde acompanhamos as mudanças “dos meios às mediações”, “das mediações às mediatizações”, têm incidências nas relações entre a produção de sentido mediático e o sujeito. Para melhor compreensão, Verón retoma a diferença que há na relação entre enunciado e enunciação ao afirmar que “A ordem do enunciado é a ordem do que é dito (aproximadamente poder-se-ia dizer que o enunciado é da ordem do conteúdo); a enunciação diz respeito não ao que é dito, mas ao dizer e suas modalidades, aos modos de dizer” (VERÓN, 2005, p.216). O autor nos leva a compreender como um mesmo conteúdo pode ser visto de maneira diversas por vários veículos, conseqüentemente, produzindo diferentes formas de sentido.

Nesse contexto, Verón (2005) apresenta as modalidades que chamou de contrato de leitura ou o dispositivo de enunciação, em que é possível identificar a presença de: (1) a imagem e/ou lugar de quem fala (enunciador); (2) a imagem e/ou lugar do daquele a quem é destinado o discurso (destinatário) e (3) a relação entre o enunciador e destinatário, “que é proposta no e pelo discurso” (VERÓN, 2005, p. 218). Ou seja, o autor faz abordagem de uma série de operações da parte do enunciador com um olhar a uma relação harmoniosa e proveitosa com o co-enunciador. A partir dessas modalidades podemos caracterizar que é no contrato de leitura que o sucesso ou não de um veículo acontece, em que, pela eficiência de um discurso é que buscamos construir a regularidade entre seus sujeitos discursivos à condução das estratégias pelo caminho das diferentes matérias significantes. O autor nos afirma que:

Frequentemente, a estagnação ou a baixa do conjunto de leitores resulta de uma alteração progressiva e insensível do contrato, ou então a introdução de modificações redacionais que produzem uma incoerência no contrato. É o contrato de leitura que cria o vínculo entre suporte e leitor (VERÓN, 2005, p. 219).

Nessa perspectiva, o contrato pode ser forjado pelos lugares em que o enunciador idealiza um percurso ao co-enunciador, podendo estabelecer uma relação, em que o leitor passe a se fidelizar ou não pelo enunciador. Neste vínculo, podemos encontrar a proposta do suporte, suas crenças e posicionamento em relação aos acontecimentos (VERÓN, 2005). Essa relação não é estável e nem garantia de fidelização, sendo que a negociação, nesse contexto, deve ser feita constantemente.

Segundo o autor, o contrato de leitura se cumpre no reconhecimento dos leitores sobre os acontecimentos, isto é, na recepção, em que são gerados outros discursos. Convém alertar que, no âmbito da enunciação, jamais se produz um mesmo efeito, mas múltiplos, junto ao público, gramáticas de reconhecimento. (VERÓN, 2005).

O problema não é simples, pois uma mensagem nunca produz automaticamente um efeito. Todo discurso desenha, ao contrário, um campo de efeitos de sentido e não um e único efeito. A relação entre produção e a recepção [...] é complexa: nada de causalidade linear no universo do sentido. Ao mesmo tempo, um discurso dado não produz um efeito qualquer. A questão dos efeitos é, portanto, incontornável (VERÓN, 2005, p. 216).

Ao atravessar do ideológico ao poder para entender a produção e reprodução dos discursos na sociedade, a partir da noção de ideologia de Marx, o conceito de ideológico

para Verón (1980) “é o nome do sistema de relações entre um conjunto significativo dado e suas condições de produção” (VERÓN, 1980, p. 196). Reafirmando seu pensamento sobre o funcionamento da sociedade, Veron (1980) nos coloca:

Uma ideologia não é um repertório de conteúdos (‘opiniões’, ‘atitudes’ ou mesmo ‘representações’), é uma gramática de engendramento de sentido, de investimentos de sentido em matérias significantes (VERÓN, 1980, p.197).

Nesse sentido, uma análise do ideológico remete a identificar as marcas deixadas pelo discurso entre determinados conjuntos de significante. Em outra perspectiva, o autor classifica de poder a relação de um discurso com o seu reconhecimento, seus efeitos, quando esses dizem respeito também ao funcionamento da sociedade. (VERÓN, 1980). A relação do ideológico e poder são dimensões de funcionamento dos discursos sociais (BRAGA, 2005). Nesse caso, o ideológico está voltado a produção enquanto o poder aborda os efeitos em relação ao reconhecimento, os dois estão no interior da semiose social.

Identificamos que toda produção discursiva passa a ser um fenômeno de reconhecimento, relacionando seu conceito com o ideológico, no processo de produção, e os efeitos surgem na produção de sentido, que traz a perspectiva de análise dos discursos, isto é, a diferença entre discursos, em que um texto (pacote de matérias significantes) não é analisado como antes, mas passa a ser objeto de uma teoria de produção de sentido social que está em busca de invariantes do sistema produtivo de sentido (na produção e no reconhecimento), que definam as propriedades de uma economia discursiva. (VERÓN, 2005). Toda construção discursiva são construídas dessa maneira e os sentidos são diversos, partindo da perspectiva de quem os consome.

2.4 Discurso Político e Relações de Poder

Ao adentrar o discurso político, não somente para atingir os discursos particulares, mas para ir em busca de encontrar um domínio que possa identificar as condições gerais e as estratégias necessárias para a construção do discurso político, Dijk (1997) nos propõem apresentar domínios do discurso político na perspectiva das relações de poder. Para definir o conceito de poder, Dijk (2008:17) conceitua poder enquanto “poder social em termos de controle” de um grupo sobre outro, sobre as ações do outro, dando especial enfoque para o abuso de poder. O autor propõe a relação de

discurso e poder na medida em que existem ações que são controladas e, nessas ações, envolvemos processos comunicativos e ficamos diante da complexa relação que envolve esses dois elementos.

Os desafios existentes em trabalhar com o discurso político se devem ao fato de haver uma diversidade de lugares onde se produz o pensamento político, de modo que, quando elaborado esse pensamento, levemos em consideração a maneira como as pessoas interagem e constroem as imagens dos partícipes do discurso. Como ato de comunicação, considerando a cena de comunicação política, Charaudeau (2006) destaca que o principal objetivo desse tipo de discurso é a adesão dos interlocutores à sua causa, dando destaque aos mecanismos argumentativos e procedimentos retóricos utilizados. No que concerne à relação entre o estudo do discurso político como processo de influência social, Charaudeau diz:

O discurso político não esgota de forma alguma, todo o conceito político, mas não há política sem discurso. Este é constitutivo daquela. A linguagem é o que motiva a ação e se inscreve constitutivamente nas relações de influência social, e a linguagem, em virtude do fenômeno de circulação dos discursos é o que permite que se constituam espaços de discussão, de persuasão e de sedução nos quais se elaboram o pensamento e a ação políticos. A ação política e o discurso político estão indissociavelmente ligados, o que justifica pelo mesmo raciocínio o estudo político pelo discurso. (CHARAUDEAU: 2006, 39).

Colaborando com o autor, Rossi-Landi (1985: 64) nos coloca que as palavras e as mensagens podem ser consideradas “trabalho humano linguístico” (1985: 64) e que essas estão no mesmo plano do trabalho “manipulativo” e “transformativo” com os quais se produzem objetos físicos”. Frente ao exposto, podemos assumir que a linguagem é um produto do trabalho do homem, podendo ser trabalhada de forma a constituir identidades, reafirmar valores ou desconstruir conceitos pressupostos, manipular e transformar, num certo sentido. A linguagem enquanto atividade social conduz o indivíduo estabelecer-se e realizar sua língua no coletivo, considerando o reflexo e a influência que seu discurso poderá apresentar para o todo linguístico. Segundo Rossi-Landi (1985: 69), “É apenas devido ao fato de responder às necessidades da comunidade inteira que a linguagem responde às necessidades do indivíduo”. Nesse sentido, a linguagem ganha significação não apenas em sua

enunciação, mas também no momento em que consideramos todo o contexto comunicativo.

Após o entendimento sobre a concepção de linguagem, cabe conhecermos o modo como se arquiteta um discurso. Nessa arquitetura a operação de seleção das palavras proferidas é individual, já o modelo de operação é social, ou seja, o modo como os sujeitos trabalham a linguagem levando em consideração o contexto social que os cercam e que os constroem, daí, a significação do discurso, produto da linguagem, se dá no “coletivo de onde foram retirados seus materiais e instrumentos” (ROSSI-LANDI: 1985, 71). E para corroborar com essa ideia, Charaudeau (2008:53) afirma que “(...) as significações do discurso político são fabricadas e mesmo refabricadas, simultaneamente, pelo dispositivo da situação de comunicação e por seus atores.”

Assim, o estudo do discurso político através da ACD se caracteriza como importante no plano da linguagem, em que o discurso tem o poder de provocar uma ação, tornando-se uma ferramenta indispensável no processo de influenciar pessoas. É necessário, também, se estabelecer uma relação de poder e de dominação que atravesse o contexto discursivo, alcançando o contexto e a prática social.

A maneira específica da Análise do Discurso, no que concerne ao discurso político, surge na medida em que esse passa a ser visto não apenas como uma parte do sistema da língua, mas como um ato social que pode produzir reflexos na sociedade. Colaborando com essa discussão, Piovezani (2011: 167) aponta que “o discurso é objeto de desejo, de saber e de poder, mesmo nas sociedades mais democráticas, mesmo nas situações discursivas aparentemente igualitárias” e, quando seguro desse discurso, o político busca ser representado por ele, propondo, através dele, persuadir quem o ouvir, buscando atingir o maior número possível de sujeitos para a qual o discurso é dirigido. No discurso político várias vozes estão presentes, seja para responder as demandas de um grupo, seja pela construção da imagem de um sujeito político, ou seja, os discursos sociais passam a ser um discurso político. Os discursos se materializam em um determinado lugar considerando o tempo, o espaço e destino, possuem um valor social, pois para que haja linguagem, faz-se necessário os atores sociais e, através desses atores, é que a língua em uso entra em ação.

3 CONSTRUÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO GÊNERO

Os estudos sobre as relações de gênero, ao longo do tempo, têm ganhado força ao buscar combater a desigualdade. Essa discussão vem sempre carregada de ideias associadas à inferioridade da mulher nas mais diversas áreas. Nesse contexto, a mídia desenvolve um papel significativo porque, por meio de seus discursos, sugere formas de comportamentos às pessoas. No caso dos jornais, quando trazem matérias sobre o gênero feminino, em especial em suas matérias de política, buscam uma maneira de representar a mulher nesse espaço que ainda é de dominação do gênero masculino. Segundo, Fischer (2001),

A mídia é um lugar privilegiado de criação, reforço e circulação de sentidos, que operam na formação de identidades individuais e sociais, bem como na produção social de inclusões, exclusões e diferenças. (FISCHER, 2001, p. 590).

Considerando esse olhar, podemos afirmar que a mídia exerce um papel de contribuição na formação dos sujeitos sociais, evidenciando sua função de transmitir informações ao noticiar como os discursos sobre gênero produzem as representações do gênero feminino.

Diversos são os conceitos de gênero na representação social, essa construção sociológica é relativamente importante, pois evidencia a necessidade de diferenciar o sexo biológico e sua apresentação em papéis sociais e atitudes de comportamento entre homens e mulheres. Nesse cenário, os grupos sociais, e em especial os movimentos feministas, têm discutido com bastante ênfase essa temática e, através dessas discussões, surgem inúmeras interpretações para compreender e analisar muitos comportamentos sociais.

Para John Scott (2010, p. 90), a definição de gênero “refere-se aos comportamentos que definem os indivíduos como machos ou fêmeas em contextos sociais e culturais particulares”. O autor fala de uma construção social que diferencia homens e mulheres nas várias formas de se apresentar e suas atitudes e comportamento revelam ações que caracterizam o gênero socialmente. O gênero é construído através de discursos que se atravessam diante da necessidade que o sujeito tem de se manifestar diante das práticas sociais, políticas, culturais e religiosas. Tais práticas possuem suas características que as diferenciam dentro do cenário de acontecimentos.

Os comportamentos solidificam a posição do sujeito nos grupos sociais em que participa, construindo conceitos sobre áreas como corpo, gênero, sexualidade e, por meio desses conceitos, constituem diferentes identidades ao longo das discussões. Nos estudos sobre gênero, o corpo é caracterizado como um elemento identitário que, segundo Foucault (1987), “está inserido em um campo de poder que determina proibições e obrigações constantes”. Nesse campo, os comportamentos determinam seus gestos e atitudes e delimitam ou promovem ações e práticas sociais. Todos os comportamentos são mecanismos de construção do corpo em um campo político de utilidade que o caracteriza. Por sua vez, o corpo é estruturado por diversos comportamentos socialmente aceitáveis, em que sua atividade é direcionada para sua utilidade e satisfação. Dessa forma, é projetado para a realização e expectativas que mais se adéquem a cada gênero.

As representações de homens e mulheres são identificadas diante de seus comportamentos, atitudes, movimentos corporais, fala e os lugares determinados a cada sujeito, tornando natural o sentido do masculino e do feminino, criando diversas normas e expectativas sociais. Diante desses sentidos construídos associados ao sexo, corpo e sexualidade, é edificada uma visão múltipla e fixa para as identidades de gênero. É importante que as representações de gênero se transformem em práticas discursivas direcionadas aos processos socioeducativos e que as noções mais preponderantes sobre “feminino” e “masculino” possam variar segundo o movimento histórico e cultural existente. O comportamento masculino é caracterizado por uma cultura que exige uma postura firme e rígida, mostrando sempre um ar superior sobre o sexo feminino, não sendo permitido mostrar nem um comportamento frágil que o compare ao comportamento feminino. As construções dessas ideias que apresentam a mulher como sujeito frágil são discutidas por diversos autores. Os diversos estudos sobre gênero trazem a feminilidade como uma estrutura sociocultural, construída a partir da diferenciação das atitudes masculinas, como afirma Nogueira (2008):

O conhecimento relativo ao gênero poderá permitir uma maior flexibilidade quanto às desigualdades nesse domínio e atuar no sentido de as (des)caracterizar, isto é, poderá permitir perceber como o que é considerado feminino ou masculino representa uma construção social (NOGUEIRA; SAAVEDRA e COSTA, 2008, p. 61).

Geralmente a ênfase apresentada sobre o estudo de gênero não é clara, mas não deixa de ser uma estrutura que garanta a organização, o poder de igualdade e

desigualdade, as percepções generalizadas das relações discursivas sobre o masculino e feminino entendidas de maneira natural. Diante das definições, percebemos que as diferenças de gênero, direcionado para a maneira como elas são socialmente construídas, fazem parte dos interesses e processos sociais que representam a dominação e exclusão, ou seja, esses interesses são mecanismos presentes nas relações de poder que permeiam o conjunto das relações sociais. Ainda sobre essa diferença, Scott (1990) afirma que o gênero é:

Um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos [e como] um primeiro modo de dar significado às relações de poder. SCOTT, (1990, P. 14).

Sobre a sexualidade, Louro (2001; 2003) assim se posiciona: “é a forma cultural e historicamente modelada pela qual vivemos nossos desejos e prazeres corporais, enquanto o gênero é a diferenciação social entre homens e mulheres”. Assim, o sujeito busca se identificar social e historicamente como sujeito e, dessa forma, constrói suas identidades de gênero. As mudanças existentes nos modos de ser, pensar e agir do indivíduo estão diretamente ligadas à construção identitária, considerando a classe, a raça e a religião de cada indivíduo. Dessa maneira, as identidades estarão sempre se constituindo e produzindo socialmente suas transformações. Ainda na esteira desse pensamento, (LOURO, 2003, p.11) afirma que

[...] falar em sexualidade humana, tal como falar em gênero, remete a uma gama de significações históricas, culturais e sociais que envolvem os processos de constituição das identidades: “a sexualidade envolve rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos, convenções.

É possível perceber que o significado que envolve gênero e sexualidade está além dos limites impostos por uma sociedade tradicional que detêm, como referências identitárias, gerações anteriores que faziam o que lhes fossem impostos pelos sujeitos que em posse do poder determinavam o que era certo ou errado.

3.1 O Movimento Feminista e as lutas contra a desigualdade de gênero

As discussões sobre a desigualdade de gênero e as lutas das mulheres para se colocarem em situação de igualdade social com o homem vêm crescendo constantemente na sociedade. Nesse cenário, acompanhamos algumas interlocuções entre os movimentos feministas que, como sujeitos coletivos, atuam e participam de organizações sociais que estão diretamente ligadas a movimentos que contribuem de forma a favorecer e fortalecer esses interesses. Dentre essas organizações, podemos destacar os sindicatos, as classes de trabalhadoras por meio de cooperativas, partidos políticos, dentre outros grupos. Diante das inúmeras discussões e teorias abordadas acerca dessa temática, buscaremos discutir e nos aprofundar sobre esse movimento que possui conquistas e desafios a serem vencidos em nome de uma igualdade social.

No século XVIII foram criados vários movimentos como “associações de mulheres revolucionárias” que, nesse período, conquistaram alguns direitos como “declarações a respeito da importância da mulher como agente de mudanças e como vanguarda da revolução”; “a instauração do casamento civil” e “a legalização do divórcio, em 1792.” (TOSCANO; GOLDENBERG, 1992, p. 18-20). No ano de 1944, após muitas lutas, as mulheres conquistaram também o direito ao voto. Tais acontecimentos fortaleceram a estrutura do movimento feminista ao longo do Século XIX.

Já no Século XX, o movimento de mulheres concentrou suas lutas no direito ao voto feminino e, para fortalecer suas ações, buscaram apoio de grupos já estruturados como a “União Social e Política das Mulheres”. A partir desse apoio, as mulheres se utilizaram de inúmeras estratégias de luta, tais como “passeatas, choques com a polícia, prisões e até mesmo mortes durante os confrontos, que ocorriam paralelamente a um intenso trabalho junto ao parlamento” (TOSCANO; GOLDENBERG, 1992, p. 20).

Dia Internacional da Mulher, marco que teve grande repercussão na história do movimento feminista no mundo, é lembrado por movimentos de mulheres realizados até hoje. O dia 8 de março¹ é marcado por comemorações e protestos em quase todos os

¹ Na década de 1970 o movimento feminista no Brasil ganha forças, aliado às comemorações do Ano Internacional da Mulher, 1975. Foi neste ano que a Organização das Nações Unidas (ONU) reconheceu o dia 8 de março como dia internacional da mulher. *Rev. Katál. Florianópolis v. 13 n. 1 p. 11-19 jan./jun. 2010*

países. Nessa data são lembradas as situações enfrentadas por muitas mulheres que sofreram opressões por uma classe masculina ainda dominante.

Na Europa, em 1917, houve grandes mudanças com a implantação do Regime Socialista. Com isso, surgiu a inserção da teoria “reformista” que tinha por objetivo transformar as estruturas de poder, as relações produtivas, como também mudar a situação da mulher naquele cenário. Com a implantação dessa teoria, o movimento feminista, três anos depois, apresentou duas linhas: o sufrágismo, caracterizado pela luta em favor do voto feminino, e o socialismo, que levou a sociedade a uma transformação radical. No entanto, na América Latina, o movimento feminista atuou fortemente em um cenário mais conflitante de contestação aos governos militares, cuja características eram de autoritarismo e repressividade.

3.1.2 As Manifestações do Movimento Feminista no Brasil

No Brasil, o movimento feminista também expressou uma vasta diversidade de manifestação, entre essas, aquelas que reivindicavam o direito ao voto. Mas, somente, em 1970, é que esse movimento ganha forças no país. O cenário de resistência ao Regime Militar, envolvendo o processo de reabertura política, fez surgir uma série de conquistas e mudanças no que diz respeito à representação da mulher nesse cenário. As lutas pela igualdade fazem surgir, oriundas desses movimentos, mulheres que não se intimidaram com as ameaças impostas pela classe dominante. Nesse contexto, o movimento feminista passou a criar estratégias em relação ao Estado, pois as mulheres já detinham o direito ao voto, e passaram a ser alvo de grandes interesses de partidos políticos, passando a ter seus interesses discutidos no âmbito das políticas públicas.

Nesse cenário de acontecimentos, o movimento ganha maior visibilidade e autonomia, fortalecendo ainda mais as duas tendências defendidas pelo grupo, a atuação pública das mulheres e a construções de subjetividades e as relações interpessoais construídas por meio de objetivos comuns.

Sobre essas duas tendências, Sarti (2004, p. 41) afirma que a primeira estava “mais voltada para a atuação pública das mulheres, investia em sua organização política, concentrando-se principalmente nas questões relativas ao trabalho, ao direito, à saúde e à redistribuição de poder entre os sexos” e a segunda mais voltada para discussões acerca de “com o terreno fluído da subjetividade, com as relações interpessoais, tendo

no mundo privado seu campo privilegiado”. Sob esse olhar, consideramos a separação dessas tendências desnecessária, pois sabemos que as desigualdades em relação às mulheres atravessam o campo das relações nos ambientes públicos e privados. Por essa razão, a separação dessas lutas por direitos fundamentais para a classe feminista acaba criando uma ruptura diante das decisões sociais e históricas que interferem nas condições de vida na sociedade.

Estudar a relação social e a desigualdade de gênero em sua abrangência é observar as determinações que incorrem nas individualidades das lutas dos movimentos feministas, demonstrando um conjunto de meios que proporcionam o conhecimento desses fenômenos e de suas construções ao longo da história. Ainda em 1980, foram criadas as primeiras Delegacias de Polícia Especializadas em Atendimento à Mulher, com uma estrutura humana formada apenas por mulheres; entre outras ações realizadas para chamar a atenção da classe feminina para situações específicas que as envolviam, destacamos a campanha por uma Constituinte livre e soberana, quando muitas mulheres estavam dispostas a lutarem por seus direitos.

Em 1990, esse movimento era considerado assunto da memória e da história no Brasil. Pois o país, nesse período, assistia à implantação e à intensificação das políticas neoliberais, que tiveram início com a gestão do governo Collor de Melo, em 1991, e em 1994, retomadas com toda força, na eleição de Fernando Henrique Cardoso, quando foram aprofundadas as mudanças nas ações do Estado, para caracterizar projetos de contrarreformas. Nesse momento foi exigido do movimento feminista o desenvolvimento de ações que cobrasse do governo a criação e a efetivação de políticas públicas que garantiriam os direitos das mulheres. Inúmeras mulheres que faziam parte das antigas militâncias tornaram-se profissionais que defendiam interesses e causas em prol dos movimentos sociais femininos e, a partir disso, passaram a participar de ONGs exercendo variados cargos e funções. Além das atividades nas ONGs, as mulheres passaram a exercer funções também nas universidades e centros de pesquisa, assim como em setores dos serviços públicos, como educação, saúde e justiça. Outras mulheres buscaram ocupar cargos eletivos na área política, tornando-se assim, profissionais da política.

As discussões sobre gênero ou construção social das diferenças entre os sexos, nesse momento, foram ganhando novos rumos, sendo agregadas por uma nova geração de militantes jovens que se organizaram e entraram no movimento. Não podemos,

entretanto, deixar de enfatizar o movimento das mulheres do campo, que em 1990 deixaram suas marcas feministas no movimento como Movimento dos Sem-Terra (MST), no qual jovens agricultoras se engajaram nas lutas agrárias e, aos poucos, foram incorporando nesse movimento questões sociais como educação discriminatória, violência, controle da reprodução, dentre outros temas que exigiam maior atenção.

Após 1994, o movimento conhecido como movimento da Articulação de Mulheres Brasileiras fez centenas de cidadãs se envolverem na construção de um documento para a *IV Conferência Mundial da ONU sobre a Mulher*, que aconteceu em 1995, em Pequim. Paralelo a esse evento, diferentes grupos se mobilizaram em vários outros eventos pela causa das mulheres em todo país. De acordo com alguns relatos, nesse período os movimentos tiveram a participação, em sua maioria, de mulheres de menos de 35 anos, ou seja, jovens militantes que demonstravam uma profunda consciência da problemática de gênero, mulheres sensíveis às questões de identidade racial (negras) e sexual (lésbicas) se uniram e se organizaram para combater essa problemática, mas não se consideravam feministas nem militantes de um movimento feminista, apenas defendiam causa.

Nos anos 2000, o movimento feminista já mostrava resultados positivos das lutas empreendidas em prol da classe feminina. No governo do presidente Lula, em 2003, foi criada a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SEPM), para dar apoio às reivindicações do movimento, trazendo para discussões questões pautadas nas histórias de lutas das mulheres em todo o país, cunhando um novo cenário para a história do Brasil no que se refere à criação, coordenação e articulação de políticas que desenvolvam a igualdade entre mulheres e homens. Em 2004, o Governo Federal deu um grande passo para promoção dessas mudanças, quando foi realizada a *I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (I CNPM)*. Essa Conferência foi um marco para a afirmação dos direitos da mulher no Brasil. Constituída por cerca de 120 mil mulheres que participaram do evento, fazendo parte dos debates e apresentando propostas para a elaboração do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) que logo foi colocado em prática. Com esse plano, o presidente Lula colocava em prática seu compromisso com a população ao afirmar que é papel do Estado enfrentar as desigualdades existentes na sociedade entre homens e mulheres, e que esse combate seria feito através de ações e de implantações de políticas públicas que combatessem essas e outras desigualdades sociais. O governo Lula desenvolveu programas e ações

voltadas à mudança de vida de milhares de brasileiras. A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres teve, nesse governo, o papel de atuar no que diz respeito a estimular os diferentes órgãos do governo a refletir como os impactos de suas políticas e ações acontecem sobre a vida de homens e mulheres.

Em agosto de 2006, foi promulgada a Lei 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha, que coíbe a violência contra a mulher. A Lei foi nomeada em homenagem à Maria da Penha Maia Fernandes, brasileira que por vinte anos lutou para ver seu agressor preso. Ela foi vítima de vários tipos de agressão, e mesmo tendo denunciado, essa denúncia só foi apresentada ao Ministério Público Estadual no ano seguinte e o primeiro julgamento só aconteceu oito anos após os crimes. Após quinze anos de luta e pressões internacionais, a justiça brasileira ainda não havia resolvido o caso, nem se justificou pela demora do caso. Somente com a ajuda de ONGs, Maria da Penha conseguiu encaminhar o caso para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos que, pela primeira vez, acatou uma denúncia de violência doméstica. E essa comissão condenou o Brasil por negligência e omissão em relação a esse tipo de violência. E como punição foi recomendado que fosse criada uma legislação adequada a esse tipo de crime, lei que até o momento não existia no combate a violência contra a mulher. Esse foi o primeiro passo para a criação da Lei Maria da Penha. No caminho para a construção dessa lei, um conjunto de entidades se organizou para definir um anteprojeto de lei, deliberando formas de violência doméstica e familiar contra as mulheres, e estabelecendo mecanismos para prevenção e redução dessa violência, como também prestar maior assistência às vítimas. Porém, somente em setembro de 2006 a lei de proteção às mulheres entra em vigor, tornando a violência contra a mulher um crime de potencialmente ofensivo. A lei também veio extinguir a ideia de os condenados pagarem suas penas somente com doações de cestas básicas ou multas.

Na II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, em 2007, foi construído o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (II PNPM, 2008) que, assim como o primeiro, tinha por objetivo defender os direitos das mulheres em todo o país, representando as classes de mulheres índias, negras, lésbicas, idosas, jovens mulheres, com deficiência, ciganas, profissionais do sexo, rurais, urbanas, entre outras.

No Brasil, em 2010, é eleita a primeira mulher Presidenta do país. A eleição de Dilma Rousseff, no dia 31 de outubro, foi um marco na história do país, pela primeira vez na história do país, uma mulher foi eleita para ocupar o cargo mais alto da nação. A

presidenta convida nove mulheres para assumirem os ministérios do país, e uma nova história política brasileira começa a ser escrita. A presidência do Brasil foi o primeiro cargo público obtido em disputa eleitoral por Dilma Rousseff. Antes disso, ela ocupou secretarias no governo municipal de Porto Alegre, no governo do Rio Grande do Sul, no Ministério de Minas e Energia e na Casa Civil da Presidência da República no governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Dilma Rousseff trazia em sua história uma trajetória de lutas e conquistas que fizeram dela uma mulher forte e resistente para vencer os desafios de uma sociedade, ainda, discriminatória em relação à representação da mulher.

Em 2011, a Marcha das Vadias² chega ao Brasil. O movimento feminista conhecido internacionalmente chega ao país e é marcado por manifestações e luta das mulheres por mais direitos, respeito e contra o feminicídio. As primeiras manifestações aconteceram na cidade de São Paulo. Esse primeiro momento foi o estopim para diversos protestos organizados que aconteceriam nos anos seguintes em quase todo o país. Em 2012, mais de 20 cidades organizaram a primeira “Marcha Nacional das Vadias”. Apesar da polêmica do nome, o movimento ganhou força, pois as mulheres refletiram sobre os usos e o poder da palavra “vadia”. Há muito tempo os homens têm usado o termo “vadia” para justificar diferentes tipos de agressão contra mulheres.

Em 2015, um ganho para o país foi a aprovação da Lei do Feminicídio, no dia 9 de março. A Lei nº 13.104, finalmente, classifica o feminicídio como crime de homicídio. Vale ressaltar que, três anos após a criação da lei, o número de casos de mulheres mortas no Brasil cresceu e as mulheres negras ainda são as maiores vítimas. Entretanto, é inegável que a Lei do Feminicídio representa uma grande conquista das mulheres e para as mulheres na busca por direitos. Mesmo com a aplicação desta lei, o número de homicídios ainda é alarmante, pois a cada duas horas morrem mulheres que são violentadas e agredidas pelos homens.

Em 2018, pessoas transexuais ou transgêneros conquistaram o direito de alterar seus nomes, sem precisar de muita burocracia, bastando apenas se dirigirem a um

2 Em janeiro de 2011, em decorrência de vários casos de abusos sexuais contra mulheres na Universidade de Toronto, no Canadá, o policial Michael Sanguinetti realizou uma palestra sobre prevenção a esse crime. Em sua fala, o policial disse às mulheres que “evitassem se vestir como vadias (sluts, em inglês), para não serem vítimas”. O descontentamento de várias mulheres foi imediato, pois, para elas, a afirmação retratou uma visão distorcida a respeito da condição feminina. Assim, em abril de 2011, mulheres de Toronto realizaram uma manifestação de rua, denominada SlutWalk, traduzida por Marcha das Vadias no Brasil (MANBRINI, 2011).

cartório, sem a necessidade de uma comprovação. Essa foi uma decisão aprovada em 1 de março de 2018, pelo o STF (Supremo Tribunal Federal).

Outro ganho para a classe feminina, em 2019, foi à presença de uma jornalista negra a ocupar a bancada do Jornal Nacional, em horário nobre, na programação da Rede Globo, posição essa ocupada até então por homens e mulheres de pele claras. No dia 16 de fevereiro de 2019, Maria Júlia Coutinho se tornou a primeira mulher negra a integrar o time de apresentadoras do maior jornal da televisão brasileira, fazendo parte do rodízio de jornalistas em finais de semana e feriados.

Diante de muitas conquistas adquiridas ao longo da trajetória da mulher na sociedade, não era para nos surpreendermos com a ascensão de uma mulher negra na bancada de um telejornal no horário nobre, pelo contrário, era para ser uma prática comum nessa atividade como em todas as outras.

Todas essas conquistas aconteceram num contexto de contrarreforma e de regressão dos direitos do trabalho, ou seja, tais ações trouxeram implicações no processo de efetivação dos direitos conquistados legalmente, através de lutas diárias. Diante desses fatos, as relações cotidianas são atravessadas e determinadas pela sociabilidade do capitalismo, de seus interesses e sua maneira dominante de se apropriar das reivindicações dos sujeitos coletivos, representados por movimentos e grupos sociais.

No que tange o campo das relações de gênero “há uma combinação paradoxal de indiferença estrutural em relação a essa desigualdade extraeconômica [...], e uma espécie de oportunismo sistemático que permite ao capitalismo aproveitar-se dela” (WOOD, 2003, p. 231), o que nos leva a compreender que as lutas contra a opressão de gênero podem não apresentar “um perigo fatal para o capitalismo”, mas correm o risco tanto de obter conquistas apenas nos seus campos específicos voltados para ações individuais, como o de nem avançar nessas conquistas “caso se mantenham isoladas da luta anticapitalista” (WOOD, 2003, p.232). Através dessa ótica, observamos o caráter contraditório inerente à atuação do movimento feminista no contexto social que, ao destacar a importância e a necessidade da organização desse sujeito político, também afirma que reconhece a necessidade histórica das lutas mais extensas, que se caracterizam pela construção de uma nova ordem societária, em que suas bases devem estar fundadas no respeito à diversidade, no exercício da liberdade e na eliminação do preconceito e do sistema de dominação-exploração existente. Nessa conjuntura o grande

desafio para os sujeitos coletivos sob perspectiva da ampliação das suas lutas é a unificação dessas, considerando suas agendas particulares, mas entendendo que todos os oprimidos e explorados vivenciam um contexto geral de negação de direitos.

3.2 Representação Feminina e a Construção Social

A construção social da identidade feminina, nesse século, tem nos levados a construção de subjetividade inerente à representação no cenário social, onde as noções sobre essa identidade passam por alterações constantes. Nessa perspectiva, as identidades não são fixas e permanentes. Esse aspecto provoca o surgimento de uma vasta rede de sentidos produzidos simultaneamente pelo meio que o cerca e pelos discursos produzidos nesses cenários, discursos esses que têm o papel de construir a identidade do sujeito. Os diferentes discursos, proferidos de diferentes ordens, são responsáveis pelas mudanças do indivíduo, constituindo, assim, a identidade feminina. Tais discursos são atravessados por contextos histórico-sociais específicos, carregados de experiências e particularidades vivenciadas em cada momento de luta e conquista, e assim permite, por meio dessas experiências, a construção social de suas identidades subjetivas.

Os comportamentos em cada época e o modo de ser do sujeito sofrem influências do contexto social em que esse indivíduo se encontra, refletindo em suas ações e comportamentos. Se voltarmos nosso olhar para história da humanidade e para as relações estabelecidas pelos sujeitos, iremos identificar alguns períodos que marcaram de forma expressiva a construção da nossa identidade. A Idade Média, por exemplo, foi marcada pela valorização espiritual do ser humano; o Renascimento pela descoberta dos valores humanos e a construção do respeito nas relações; no Iluminismo vimos a crescente atenção voltada para à atividade intelectual do indivíduo. Assim, o sujeito se constrói a cada contexto social existente pois, através desses contextos, são agregadas em sua construção tendências específicas do conhecimento e comportamentos que o cerca. Somos estimulados ou influenciados pelo meio e pelas relações que estabelecemos uns com os outros e, nessas relações, construímos identidades e valores específicos a cada momento.

Sob esse olhar, Giddens (2002) declara que a pós-modernidade tornou o sujeito passível de fragmentação e de dispersão, sendo a subjetividade reduzida a valor

instrumental. A partir dessa perspectiva, considerando nesse cenário o desenvolvimento tecnológico, os sujeitos pós-modernos têm um contato maior com as máquinas e, através desse contato, são construídos ambientes de interação em que os sujeitos de um mundo real passam a interagir em um ambiente virtual tornando as relações físicas cada vez mais vazias.

No que diz respeito às discussões sobre o papel do sujeito na construção da identidade feminina, devemos salientar que é por meio da diferença e da negociação da identidade que o sujeito é definido. Assim, podemos dizer que identidade e diferença fazem parte dos dilemas discutidos nas relações sociais. Por essa razão, podemos afirmar que a identidade social da mulher é resultado de diferenças sociais. Woodward (1997: 1) compartilha da ideia que os termos identidade e diferença são palavras de ordem na discussão sobre a construção da identidade. Sob esse olhar, identificamos que a heterogeneidade textual é o ambiente de negociação e contradições textuais e que, através dos textos, são construídos lugares de lutas sociais, como afirma Fairclough (1997: 298),

Heterogeneidade textual é a presença e trabalha através das contradições. Identidade, relações sociais e conhecimento estão textualmente enlaçados. O mundo, os sujeitos sociais, as relações sujeito/sujeito e as relações mundo/sujeito são todos construídos nos textos em modos contraditórios. Heterogeneidade textual é também, entretanto, a presença e, trabalhando através dos dilemas modo de experiência e reação, tenta mover-se além dessas contradições. Textos são lugares para a luta social.

Quando analisamos a heterogeneidade sobre a perspectiva da identidade, vemos que as construções dos textos são lugares que favorecem os ambientes para a negociação das identidades e das diferenças. Como resultados produzidos nesses ambientes, surgem novas identidades que são construídas através de textos pela combinação de práticas discursivas, que estão diretamente ligadas às identidades existentes, em que os limites entre as estruturas de vozes são reconfigurados, sendo atravessadas por outras vozes no discurso.

De acordo com Fairclough (1997: 298), as mudanças desarticuladas da vida no contexto social movem radicalmente as identidades sociais e confrontam as pessoas com a necessidade de negociar seus relacionamentos com outras, em diversos níveis. Dessa forma, ao enfatizar a importância do lado linguístico das transformações das

relações envolvendo o estado, a cultura, as classes sociais e os domínios da vida social como sendo uma desarticulação e uma rearticulação das práticas discursivas, podemos considerar essas mudanças práticas criativas que passam a existir em novas combinações discursivas produzidas. Em outros estudos sobre a construção do gênero, percebemos que essa construção é contínua e está sempre em desenvolvimento, pois se constitui um processo cuja dinâmica envolvida mostra mudança e incompletude nessa construção.

Os sujeitos são resultados de experiências pessoais e sociais que são construídas em inúmeros contextos, em que são atravessados por mudanças contínuas e significativas. No que tange ao modo de agir do sujeito nesse processo de construção, podemos dizer que o sujeito não é totalmente livre ou completamente assujeitado, pois podemos perceber que o sujeito livre ou ativo é aquele que participa e se envolve diretamente no processo de construção de sua identidade, e o assujeitado são aqueles que passam a agir ou se comportar diante de situações já existente e discursos pré-estabelecidos sem se preocupar em criar suas características próprias como sujeito que participa de maneira ativa em um cenário de mudanças constantes e relações diversas. Sob essa ótica, podemos afirmar que o sujeito ativo constrói seus próprios discursos e isso o diferencia dos demais sujeitos.

Cada sujeito, ao longo de sua existência, assimila variantes sociais construída em comportamentos históricos, sociais, culturais acerca de suas referências familiares e dos grupos que o cerca, e essas variantes construídas farão parte de sua identidade social, o que o diferenciará de outros grupos. Para Emília Pedro (1997: 157) é na construção de subjetividade que se constrói nossa identidade, quando afirma:

Subjetividades não são identidades únicas e simples, mas são multidimensionais. A formação do sujeito toma lugar dentro de uma rede de indicadores que estão associados a uma série de categorias biológica, social e cultural como idade, gênero, etnicidade e classe. De fato, as diferentes dimensões do indivíduo, ambas objetivas e subjetivas, ambas sociais e culturais, parecem ser aspectos irreduzíveis de sua identidade.

Sabemos que o discurso faz parte do mundo e que o sujeito se utiliza dos discursos para se tornarem críticos dos acontecimentos que atravessam sua existência e transformam sua vida. Com isso, nos tornamos sujeitos reflexíveis e críticos e que, ao lidar com ideologias e com estruturas estabilizadas de poder que dominam os demais

sujeitos, somos levados a mudar nossa maneira de nos comportarmos diante de fatos e atos que alteraram a constituição de nossas identidades, colaborando, nesse sentido, com a constituição da identidade pelo discurso. Emília Pedro (1997:162) defende que o ato discursivo é crucial na formação do sujeito porque é no discurso, no texto, que a impressão recebida por nós dos outros e do mundo, resultam na modelação de nós mesmos e se torna realidade. Essa construção identitária é que nos faz diferentes em uma sociedade formadas de sujeitos ditos iguais.

3.2.1 A Mídia e suas Construções Sociais

Com o surgimento da tecnologia e dos meios de comunicação cada vez mais avançados, a mídia desenvolve um papel primordial na disseminação e na divulgação de produtos, imagens, gostos, fazendo com que o sujeito busque adquirir ou acompanhar tal tendência. Produtos como músicas, roupas, filmes, acessórios, beleza, antes eram características de gostos pessoais e individuais, hoje são características coletivas compartilhados nas redes sociais, em que todos temos acesso em milésimos de segundos. Comungando com as ideias de Morin (1998), a mídia privilegia ambientes que escondem as “verdades” do nosso mundo real, mostrando apenas o que é favorável para ela, no que diz respeito a persuadir o telespectador ou usuário das redes. A exemplos, as campanhas publicitárias, novelas e filmes que incentivam o consumo exagerado de produtos e serviços divulgados nesses ambientes, mostram as relações pessoais como um produto descartável, descaracterizando as relações que antes eram construídas pelo afeto e companheirismo. A mídia se utiliza de conteúdo do dia-a-dia para alcançar seus interesses, mas nem sempre o telespectador ou usuário desses meios, se deixa levar por esse processo. Para Maffesoli (2004), o público não é totalmente passivo diante das informações propagadas por esses meios:

A população, mesmo as pessoas mais simples, não é passiva e inventa formas de resistência contra as tentativas de manipulação. É um jogo. Perde-se e ganha-se. A teoria crítica julga que a publicidade e a mídia enganam os seus destinatários. Estes, pontualmente, resistem, deformam, desviam as mensagens (MAFFESOLI, 2004, p.31).

Nessa abordagem, a esfera midiática procura desenvolver um ambiente opinativo em que os conflitos serão minimizados, procurando aproximar o sujeito a realidade que lhe é apresentada. Nesse intento, a mídia teria de apresentar um conteúdo

que se aproximasse dos anseios dos indivíduos que dela se utilizam, construindo assim um acordo coletivo entre realidades real e virtual, pois, nessa relação, as subjetividades são influenciadas pelo poder midiático.

Segundo Deleuze e Guattari (1995), a subjetividade é construída pela incorporação de valores, distorção de significados, negociação de sentidos, apropriação de ideais, recuperação de ideais, situações que identificam e diferenciam os sujeitos uns dos outros, promovendo diferenças dialéticas, modificando o dia-a-dia das pessoas. Para Hall (2003), a subjetividade atravessa pontos de resistência e de superação, compondo a dialética da luta cultural, luta que variam entre “resistência e aceitação, recusa e capitulação (...) que modificam o campo da cultura para uma espécie de campo de batalha permanente, não havendo vitórias definitivas, mas onde há posições estratégicas a serem conquistadas ou perdidas” (HALL, 2003, p.255).

Por essa ótica, observamos que novas subjetividades surgem diante da quantidade de informações que nos cercam, impostas pela mídia que tem o poder de influenciar nossos comportamentos, dificultando ao sujeito fazer suas escolhas de forma autêntica e segura.

Durante nossa existência inúmeras foram as formas encontradas para nos comunicarmos, como a escrita, os sinais, os desenhos e agora a tecnologia. Com o advento da comunicação de massa, os meios de comunicação surgiram para facilitar ainda mais o dia-a-dia da sociedade em diferentes contextos sociais que constituem a construção da história de um povo, cujas identidades e subjetividades são marcadas e registradas por meio dos ambientes midiáticos. Diante desse cenário social, somos desafiados a pensar e compreender os aspectos e acontecimentos do cotidiano, a construção das identidades, a subjetividade midiática e o comportamento dos sujeitos através das redes pois, nesse cenário pós-moderno, a comunicação é vista como uma forma sensível de interação entre os sujeitos da vida social contemporânea.

Para entendermos sobre modernidade, devemos conhecer o conceito de “sujeito sociológico” apresentado por Stuart Hall (1997). Para o autor, é o sujeito que forma a sua identidade a partir da relação e interação com as outras pessoas. Nessa perspectiva Hall nos afirma:

(...) a identidade é formada na “interação” entre o eu e a sociedade. O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o “eu real”, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os

mundos culturais “exteriores” e as identidades que oferecem (HALL,1997, p.11).

Para Bauman (2004), quando a modernidade substitui os estados pré-modernos, as identidades se tornaram tarefas para os indivíduos desempenharem por meio de suas biografias. Ou seja, na modernidade a identidade do sujeito deixa de ser construída apenas pelo nascimento e passa a ser construída pelo próprio indivíduo no percurso do seu desenvolvimento pessoal e social. A globalização contribui para a fragmentação da identidade do indivíduo, pois ela traz um grande impacto sobre a identidade cultural. Segundo Giddens, “a medida em que áreas diferentes do globo são postas em interconexão umas com as outras, ondas de transformação social atingem virtualmente toda superfície da terra” (GIDDENS, 1990 p.6). Por essa razão, as relações sociais em ambientes midiáticos estão cada vez mais fortes e, nessa realidade, o indivíduo passa a construir suas identidades de acordo com os grupos em que eles se relacionam.

Diante de um mundo pós-moderno e globalizado, as identidades fixas tornam se obsoletas devido à quantidade de informações que surgem instantaneamente através das mídias, induzindo o sujeito passa a se constituir de identidades flexíveis de acordo com o momento em que são atraídos pelas informações que o cercam. Bauman (2004 p.35) explica que o anseio por formar uma identidade vem do desejo de segurança, que muitos indivíduos encontram nos espaços de interações virtuais e, esse ambiente em que não se é “nem um, nem outro”, causa certa ansiedade. Na modernidade líquida, há uma infinidade de possibilidades de construir o sujeito através do que é apresentado nas interações sociais midiáticas. A construção da identidade nas sociedades pós-modernas trata de um conceito flexível em que se encontra em constante mutação. Cabe ao sujeito formar sua identidade de acordo com os fragmentos que encontra ao seu redor de acordo com o que para ele, é certo e lhe faz bem. Com isso, o indivíduo pós-moderno tem dúvidas de qual identidade melhor lhe caracteriza, depois de escolhida, quanto tempo deve se apegar a ela. A identidade social do sujeito se torna uma experimentação infundável em consequências de grandes transformações pela qual passa nossa sociedade.

As mudanças sociais e os estilos de vida do sujeito possuem um significativo valor para a sociedade. Assim, as relações construídas nesse espaço sofrem profundas mudanças, uma vez que temos expressões culturais diversas, identificando traços

identitários de uma sociedade, num ambiente de significações que interferem nos comportamentos sociais, culturais e políticos das pessoas. Nesse sentido, observamos que as práticas cotidianas e os comportamentos de uma sociedade ocorrerem de diferentes maneiras, desenvolvendo processos culturais em construção, a partir de vários modos existentes. De acordo com essa perspectiva, há uma reinvenção do cotidiano, em que as identidades se multiplicam, sendo entendidas como um processo histórico que sofre influência significativa da tecnologia globalizada.

Para Certeau (1994), o cotidiano não é apenas um espaço de reprodução mas, também, um ambiente privilegiado para “se criar” novas formas de existência e interações sociais. Sob essa perspectiva, o universo comunicacional não pode ser compreendido sem uma necessária reflexão sobre a complexidade social, cultural e histórica que ocorrem no espaço cotidiano (MORIN, 1998). Essa complexidade se encontra presente nas relações existente e nas vivências construídas nos ambientes e nas relações estabelecidas. Nesses espaços não existe apenas o fator comunicacional mas, como em todos os setores sociais, a interferência de fatores é diversa, nos impedindo de conceber a existência social como algo isolado de outros campos.

3.3 A Comunicação na Sociedade Contemporânea

Nos estudos sobre a comunicação no século XX, Morin (1998) observou que a mídia caracterizava as relações sociais de uma forma isolada, fragmentando as expressões culturais existentes na formação dessas relações. Em razão dessa observação, o autor buscou, por meio de suas obras, inspirar consciências plurais a partir de um pensamento antropológico pós-moderno.

Por essa ótica, Morin nos leva a compreender que a mídia tem o poder de construir alguns estigmas que levam a sociedade a ser vista de forma aparente, diante de alguns parâmetros idealizados, como a uniformização de padrões sociais, lançamentos de modismos, dentre outros, suscitando valores “homogêneos” num cenário paradoxal marcado pela heterogeneidade de raças e de miscigenação presentes nos espaços sociais. De forma geral, observamos que os meios de comunicação e as interações midiáticas sociais entre os sujeitos criam estereótipos, identidades virtuais que nem sempre consideram ou respeitam as identidades reais dos sujeitos que a cada instante, se reinventam diante de tantas mudanças.

Na sociedade pós-moderna as identidades do sujeito se modificam, e a mídia tem um papel significativo nesse processo. Nessa nova era novas identidades vão surgindo e o sujeito, que antes era visto como um ser com uma identidade fixa, agora tem sua identidade fragmentada diante de tantas mudanças comportamentais e sociais. Considerando a mídia um espaço diverso, as identidades construídas pelos sujeitos são desconhecidas pelo excesso de informação ou transformações que vêm acontecendo nos ambientes reais e virtuais. Nesses ambientes, o sujeito se multiplica a cada instante e as relações pessoais passam a ser menores, pois as interações através das redes fazem com que esses encontrem ambientes cheios de pessoas que se comunicam sem mesmo se conhecerem, e a individualidade desses sujeitos no mundo real se torna bem maior. Em meio à fragmentação dos sujeitos, as identidades se tornam fluídas, líquidas, como afirma Bauman (2007), orientando pelo desenvolvimento de alternativas de reconstrução social, que nos levam a buscar novas racionalidades por meio da comunicação enquanto processo multifacetado de interação social, cultural e identitária do sujeito.

4. O PAPEL DA MULHER NA POLÍTICA

4.1 O Campo Político e o Conservadorismo Feminino

Assim como em outros campos, no campo da política a luta pela conquista do espaço feminino não é diferente. Durante muitos anos as mulheres estiveram afastadas do cenário político, espaço considerado pela sociedade como de dominação masculina, no qual a representatividade da mulher não era reconhecida. No entanto, o papel da mulher é de grande relevância na sustentação das bases sociais até hoje. O estereótipo que a mulher carregou por muito tempo, de ser sexo frágil, entre outros, é entendido por uma sociedade ainda tradicional pela incapacidade que a mulher teria de guiar sua própria vida, considerando a submissão ao homem, quanto mais uma cidade, um estado, ou uma nação. Para Pinto (1992), o patriarcado brasileiro, influenciado pelo patriarcalismo cristão cuja origem remonta à mescla da tradição judaica com a cultura greco-romana, foi uma das explicações da ausência das mulheres na atuação política por muitos anos. Segundo a autora:

A função reprodutora da mulher ao mesmo tempo justifica sua existência e é motivo de sua subordinação. Segue-se, presa a esses dois primeiros elos da corrente que ata as mulheres confinando-as à esfera doméstica e afastando-as das funções públicas [...]. ‘A distribuição do espaço entre homem e mulher não é consequência inelutável da filosofia dos seres, mas elemento importante da estrutura patriarcal’. Daí se passa fácil e inevitavelmente à dicotomia inferior-superior. (PINTO, 1992, p. 66).

É necessário observar que a exclusão da mulher no campo político tem uma história de séculos e de muitos obstáculos. Somente ao longo da trajetória social da mulher, com o rompimento de barreiras e conquista de espaços, a então dominação masculina pôde ser desafiada. As mulheres, antes, não tinham nem mesmo o direito de participar das eleições, escolhendo seus representantes políticos. O direito ao voto das mulheres veio por decreto do presidente Getúlio Vargas, em 24 de fevereiro de 1932, vitória que, na época, soava conservadora e excludente, pois nem todas as mulheres poderiam votar uma vez que esse direito ficou restrito apenas às mulheres alfabetizadas. Somente em maio de 1985 esse direito foi estendido para todas as mulheres.

Vale lembrar também que, do ano de 1937 ao ano de 1945, houve a ditadura e as reivindicações das mulheres foram dispersas. O direito pleno do voto para todas as

mulheres só foi instituído com a constituição de 1946, ou seja, quatorze anos depois da assinatura do Decreto que dava às mulheres esse direito. A presença das mulheres no campo política foi, assim, consolidada no período da ditadura, a partir dos anos 60, sendo este momento um dos elementos que contribuiu para os processos de mudanças no regime político do país.

Diante dos acontecimentos observados na história social, podemos dizer que a entrada da mulher para o campo político não foi fácil, assim como para outros campos de atividades profissionais, mas foi uma conquista de grande relevância. Pensar no fim da subordinação /discriminação das mulheres e na conquista de um lugar de igualdade com o homem, em todos os níveis, dependerá necessariamente de decisões políticas, daí a importância de inseri-las nesse campo.

Todas essas mudanças abalam as estruturas de todo um sistema de valores já existente, levando a uma reformulação de conceitos e posições do indivíduo socialmente. Nesse sentido, ocorreram ações governamentais e não-governamentais com o objetivo de assegurar os direitos políticos, econômicos, civis e educacionais, entre outros, das mulheres. Por exemplo, em 20 de dezembro de 1952, a Assembleia Geral da ONU adotou a Convenção sobre os Direitos Políticos da Mulher, por iniciativa da Comissão sobre o Status da Mulher. Segundo TABAK, esse

É o primeiro instrumento de direito internacional que visa assegurar e proteger os direitos da mulher em escala mundial. Ela proclama não só que a mulher deve ter direito a votar e ser votada para órgãos nacionais, mas o artigo III estipula especificamente que as 'mulheres devem ser admitidas ao serviço público e a exercer todas as funções públicas, estabelecidas pelas leis nacionais, em igualdade de condições com o homem, sem qualquer discriminação. (TABAK, 1983, p. 21).

Vale destacar que a ONU não tem o direito de obrigar o cumprimento de convenções, daí a acentuada importância de os órgãos não-governamentais trabalharem no sentido da adoção, na prática, das convenções proferidas e defendidas pela ONU. A partir da Convenção sobre os Direitos Políticos da Mulher, houve muitas iniciativas e eventos com finalidade de conscientizar e incentivar a mulher para a ampliação de sua participação na vida pública, estimulando-a a participar efetivamente da consolidação da democracia no país, esforçando-se pela conquista da igualdade de direitos nos campos profissional, administrativo, político, entre outros.

Ao analisarmos o autoritarismo e a instalação de governos militares no país, podemos destacar que o feminismo veio participar da luta contra esses sistemas, uma vez que os regimes autoritários insistiam na ideia de que o papel da mulher era cuidar da educação dos filhos e da organização do lar. Esses regimes trabalhavam no sentido de impedir que as mulheres articulassem movimentos, que se organizassem livremente e/ou expressassem sua opinião em público. Sob essa questão, Tabak pontua ainda que:

O papel da mulher na luta pela mudança política e social tem sido ou minimizado ou ignorado por historiadores e cientistas políticos. As mulheres tiveram uma participação muito ativa na luta da resistência durante a Segunda Guerra Mundial. (...) as feministas consideram, como uma de suas principais tarefas, trazer para o primeiro plano a história oculta dos movimentos das mulheres, estudar as mulheres como atores da política e não apenas como objetos passivos, obedientes a certas ordens masculinas. (TABAK, 1983, p. 72-73).

Notamos que “o período que se seguiu imediatamente ao término da 2ª Guerra Mundial foi de grande expansão do movimento feminino organizado em todo país e contava com a participação muito mais expressiva das mulheres, nas esferas social e político.” (TABAK, 1983, p. 126). Considerando que, para aumentar o número de mulheres em cargos de liderança e, conseqüentemente, na política, foi necessário que mudanças ocorressem nas instituições políticas/sociais e, também, na constituição psicológica das mulheres pois, como nos diz Bardwick,

As mulheres em posição de liderança terão de estar certas de seus motivos para vencer, dispostas a competir e agredir, seguras do papel que escolheram e sem medo da situação de evidência, responsabilidade e sucesso. (Bardwick, 1981, p. 202-203).

Em ambientes privado e público, a presença das mulheres têm quebrado preconceitos e promovido grandes mudanças nas relações domésticas, sociais, políticas, culturais dentre outras, evidenciando grandes possibilidades de contribuir com a política de forma ativa, colaborando para mudanças em todos os contextos sociais. Atualmente as mulheres representam a maior parte do eleitorado brasileiro, entretanto, permanecem ainda em minoria absoluta no Parlamento, no poder Executivo, Legislativo e Judiciário, apesar da existência de cotas previstas em lei que garantem a participação de mulheres nessas esferas.

4.1.1 A Política de Cotas para as Mulheres

Para suprir a falta de representação feminina nos cargos eletivos do país foram difundidas nos países latino-americanos, nos anos de 1990, ações afirmativas conhecidas como ‘cotas’. Apesar dessas ações, o Brasil ainda é o país com a mais baixa representatividade da mulher em cargos eletivos, e os impactos no cenário político e no campo das políticas públicas é grandioso. Nesse cenário, o questionamento reside no fato de que, mesmo representando mais da metade da população brasileira, a mulher é minoria no campo político, diante da representação masculina.

Diversas iniciativas de apoio à candidatura de mulheres surgiram nos últimos anos, o que tem colaborado para o crescimento da representatividade feminina na política. Em 1997, a Lei das Eleições (Lei nº 9.504) passou a prever a reserva de vagas para a participação das mulheres nos cargos proporcionais. Já a Lei nº 12.034 (primeira minirreforma eleitoral), aprovada em 2009, criou uma cota de 30% de candidaturas para mulheres. A norma obrigava que as candidaturas aos cargos proporcionais – deputado federal, estadual ou distrital e vereador – fossem preenchidas (e não apenas reservadas, como era antes) com o mínimo de 30% e o máximo de 70% de cidadãos de cada sexo.

Os partidos políticos exercem controle sobre as candidaturas femininas, mesmo após a implementação da Lei de Cotas que prevê 30% de vagas para candidaturas de mulheres em eleições proporcionais, frequentemente preenchendo as vagas com candidaturas fantasmas. Além disso, os partidos políticos selecionam para quem e quanto serão distribuídos os fundos financeiros investidos em campanhas, nos períodos que antecedem as campanhas eleitorais, além de definirem quantas mulheres serão representadas nas urnas e como se dará a utilização do tempo de propaganda no rádio e na televisão para esse grupo. Ou seja, os partidos políticos no Brasil detêm mecanismos de controle e, com essa postura, alimentam desigualdades de gênero nesse campo. Diante dos dados das últimas eleições no Brasil, segundo o TSE³, as mulheres compõem a maior parte do eleitorado brasileiro, mas ainda estão longe de conseguir se eleger na mesma proporção dos homens. Segundo dados do Cadastro Eleitoral, são mais de 77 milhões de eleitoras em todo o Brasil, o que representa 52,5% do total de 147,5 milhões

³<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2019/Março/numero-de-mulheres-eleitas-em-2018-cresce-52-6-em-relacao-a-2014>

de eleitores. Desse número, apenas 9.204 (31,6%) mulheres concorreram a um cargo eletivo nas Eleições Gerais de 2018. Dessas, 290 foram eleitas, um aumento de 52,6% em relação a 2014.

Por isso, para as Eleições Gerais de 2018, o Tribunal Superior Eleitoral, por meio da Resolução TSE nº 23.553/2017, estabeleceu que os partidos políticos destinassem ao financiamento de campanhas de suas candidatas no mínimo 30% do total de recursos do Fundo Partidário utilizado nas campanhas eleitorais. A norma determinou ainda que os recursos do Fundo Partidário tivessem de ser aplicados “na criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, criados e mantidos pela secretaria da mulher do respectivo partido político ou, inexistindo a secretaria, pelo instituto ou fundação de pesquisa e de doutrinação e educação política de que trata o inciso IV, conforme percentual que será fixado pelo órgão nacional de direção partidária, observado o mínimo de 5% (cinco por cento) do total”. As determinações da Resolução nº 23.575/2018 foram implementadas após decisão tomada pelo TSE em maio de 2019, quando o Plenário da Corte confirmou que as agremiações partidárias deverão reservar pelo menos 30% dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), conhecido como Fundo Eleitoral, para financiar candidaturas femininas.

Assim, no ranking de participação de mulheres no parlamento elaborado em 2017 pela ONU Mulheres, em parceria com a União Interparlamentar (UIP), colocou o Brasil na 154ª posição no que se refere à representação feminina. Foram analisados 174 países. Entre 33 países latino-americanos e caribenhos, o Brasil ficou na posição 32ª quanto à presença de mulheres nos parlamentos nacionais, estando à frente somente de Belize (3,1%). Na América Latina e no Caribe, a média do número de mulheres parlamentares nas câmaras de deputados ou câmaras únicas ficou em 28,8%.

Apesar da desproporção, houve um avanço rumo à igualdade de gênero. Em 2014, foram escolhidas 190 mulheres para assumir os cargos em disputa, o que equivalia a 11,10% do total de 1.711 candidatos eleitos. Já no último pleito, as 290 eleitas correspondiam a 16,20% do universo de 1.790 escolhidos, um crescimento de 5,10% com relação à eleição anterior.

Para a Câmara dos Deputados, em 2018, foram eleitas 77 mulheres, um aumento de 15% em relação ao último pleito, quando foram escolhidas 51 mulheres para a casa, entre as eleitas, 43 delas ocuparão o cargo pela primeira vez. Já nas assembleias

legislativas foram eleitas 161 representantes, um crescimento de 41,2% em relação a 2014, quando foram escolhidas 114 mulheres para o cargo de deputada estadual. Ainda na Câmara dos Deputados, a bancada paulista foi a que mais elegeu mulheres, 11, pouco mais que o dobro das candidatas escolhidas por São Paulo em 2014. Logo em seguida vem o Rio de Janeiro, com 10 deputadas federais eleitas. O estado do Paraná e o Distrito Federal elegeram 05 mulheres para a Câmara cada um, seguidos por Minas Gerais, Piauí, Acre e Santa Catarina, que tiveram 04 candidatas eleitas. Os estados do Amazonas, Maranhão e Sergipe não elegeram deputadas federais.

No Senado Federal, 07 mulheres foram eleitas – mesmo número de 2010 – e, agora, representam 13% dos parlamentares da casa.

Na eleição de 2018, foi possível perceber que, no decorrer do processo eleitoral, inúmeras mulheres se renderam às políticas institucionais e deram lugar a homens na corrida a cargos majoritários em prol de lugares de sub-representação, levando-as a concorrerem a cargos de vice-lideranças e suplências de candidatos.

É notório que, embora sejam de extrema importância, as cotas eleitorais não se traduziram em uma medida efetiva para superar a disparidade entre candidatos do sexo masculino e feminino, apesar dessas medidas favoreçam a classe feminina, promovendo alguns avanços.

4.2 A Sub-representação Feminina na Política

Para entendermos sobre os avanços e crescimento que as mulheres tiveram nos últimos anos no país, buscamos os dados da PNAD⁴ (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua). Em 2018 o número de mulheres no Brasil é superior ao de homens, como já visto em pesquisa realizada pelo IBGE em 2014. A população brasileira é composta por 48,3% de homens e 51,7% de mulheres. Todavia, essa parcela expressiva da população não é representada proporcionalmente no campo político. A diferença entre o número de homens e de mulheres, especialmente nos cargos mais concorridos, é perceptível. De acordo com as estatísticas eleitorais de 2016, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral, das 496.895 candidaturas do pleito, incluídas as

⁴<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html>

candidaturas ao Executivo e ao Legislativo municipal, 31,89% correspondiam a candidatas do sexo feminino e os outros 68,11% eram do sexo masculino.

Observamos, também, os resultados do processo eleitoral municipal do ano de 2016, quanto às candidaturas aos cargos de prefeito, vice-prefeito e vereador, que as mulheres receberam 3,77% e 4,86% dos votos válidos, respectivamente de acordo com o TSE. Dos eleitos para o cargo de prefeito, somente 11,8% são do sexo feminino em todo país e, para os cargos de vereadores, somente 13,49%. Em resumo, nas eleições municipais de 2016, enquanto o número de mulheres concorrendo ao cargo de vereador era de 158.453, o de homens chegou a 338.445. Ou seja, há uma diferença grandiosa quanto ao quantitativo de candidatos dos sexos feminino e masculino, o que nos leva a acreditar que, no campo político, há grande necessidade de maiores investimentos em candidaturas femininas.

De acordo com relatório formulado pelo World Bank, em parceria como Tribunal Superior Eleitoral, o crescimento da participação feminina na política entre 1997 e 2017 tem sido de 2,7% ao ano. Nesse ritmo, somente em 2080 o Brasil alcançará a igualdade de gênero no âmbito dos Poderes Legislativo e Executivo; ou seja, são mais de 30 anos de atraso em relação à igualdade de gênero nesse campo. Com 9,9% de mulheres no parlamento, o Brasil ainda não conseguiu atingir a média mundial do ano de 1990 (WORLD BANK, 2017). A baixa participação da mulher nas disputas eleitorais é mais evidente no Nordeste: “20,38% ou 7813 candidatas a vereadoras na Região Nordeste tiveram 0 votos” (WORLD BANK, 2017, p. 2). Com base nas estatísticas de 2016 (relação candidatos-votos) do TSE, nos estados do Ceará, Bahia, Paraíba e Alagoas, 40% das mulheres candidatas receberam menos de 10 votos nominais em 2016.

É notória, pois, a necessidade do Brasil superar o quadro de sub-representação feminina na política, nos Poderes Executivo e Legislativo, em termos de gênero, e, conseqüentemente, o aperfeiçoamento do regime democrático representativo brasileiro no campo político, para que assim possam ser desenvolvidas ações favoreçam e oportunizem o interesse de mais mulheres pelo campo político.

Se observamos os dados empíricos já mostrado anteriormente, é possível analisar que a sub-representação feminina na política, e de forma particular nos processos eleitorais a cada quatro anos, é sinal de crise na democracia representativa brasileira. Não há aproximação entre a parcela feminina da população (51,7%, conforme

censo IBGE 2014) e a de agentes políticos, pelo contrário, o número de mulheres que desempenham funções políticas, seja no Executivo ou no Legislativo, é muito pequena comparado à população feminina. Para Araújo (2012, p. 155) a “exclusão da mulher da cena pública não é sinônimo de sua ausência da cena social”, as mulheres, como parte considerável da população do país, são eliminadas do jogo eleitoral em decorrência da ideia de uma “capacidade” socialmente construída, que não abrange as searas do jogo político brasileiro (BOURDIEU, 1989; MATLAND, 2002). Até o próprio sistema de cotas, inserido no ordenamento jurídico em 2009, com as alterações na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições), nasce da perspectiva de definição anterior da capacidade feminina.

Nesse cenário, é possível identificar alguns fatores de ordem técnica que inibem o aumento da participação efetiva de mulheres nos poderes políticos do país. Speck e Sacchet (2012, p. 167-168) esclarecem que, “a respeito do impacto do sexo sobre a representação política, uma das constatações é de que as mulheres são sub-representadas em todas as instâncias sequenciais de uma candidatura bem-sucedida”.

Em relação às cotas para a inserção da mulher na disputa eleitoral, é preciso perceber que, antes de mais nada, as ações afirmativas nasceram da frustração de expectativa social onde os espaços de poder devem contar com a presença relativamente proporcional dos grupos sociais existentes (MIGUEL, 2000). A não proporção desses grupos acabam prejudicando a institucionalização da democracia representativa no país.

4.3 Relacionando Gênero, *Habitus* e Campo

O termo gênero foi inicialmente conceituado na década de 70 por feministas. Ao longo deste subcapítulo, a compreensão do conceito de gênero será de grande valia para o entendimento dessa pesquisa.

Sabemos que ao nos referirmos ao homem e à mulher, encontraremos diferenças que os tornam díspares socialmente. Ao reconhecermos diferenças em diversos contextos, devemos buscar o que as causou e como essas diferenças se (re)produzem socialmente em múltiplos campos.

O conceito de gênero surge para desconstruir o que foi construído socialmente por muitos estudiosos durante décadas. As diferentes representações atribuídas a homens e mulheres na sociedade são os fatores que identificam suas posições e imagens

sociais. A sociedade ainda vê as atribuições femininas mais voltadas para o cumprimento de suas funções em espaço privado, com atividades específicas como a de ser mãe, cuidar da família e sempre estar atenta a cumprir seu papel e obrigações junto ao lar. Ao homem, cabe o papel de ser o chefe da casa, em que é dado a ele as obrigações de trabalhar em espaço público, cuidar dos negócios e, por consequência, ocupar funções e atividades políticas. Por esse contexto social, vimos que a função política é excluída das atividades femininas, sendo função predominantemente do homem, segundo à ordem masculina do mundo (BOURDIEU, 1999). Ambos os sexos assumem papéis sociais diferenciados, em que são construídas características para o “ser homem” e o “ser mulher”. Levando em consideração a separação da emoção e da razão, também está embutida nessas qualificações comportamentos e atitudes que os caracterizam, cabendo à mulher ser dotada de emoção, delicadeza, sensibilidade e paixão, como adjetivos que o contempla; e ao homem a razão e a objetividade em sua forma de ser, ou seja, mundos opostos e desiguais foram construídos para cada ser que, no entanto, são complementares. Esses papéis vem sendo reproduzindo ao longo dos séculos, diante das instituições oficiais e não oficiais que os constroem a cada ação e situação social.

Situamos o conceito de gênero e das instabilidades dessa categoria como uma construção social e histórica que, ao longo dos anos, caminha para dimensionar as relações sociais do feminino e do masculino. Para Scott (1990), o gênero pode ser interpretado como elemento constitutivo das relações sociais, levando em consideração as diferenças entre os sexos, ou seja, o desenvolvimento da construção social do sujeito masculino ou feminino. Dessa maneira, o autor busca relacionar a categoria gênero às correntes teóricas existente oriundas do patriarcado, do marxismo e da psicanálise, já antes utilizadas em outras discussões na tentativa de buscar explicar a subordinação da mulher e a dominação dos homens nas relações sociais, sendo esta a primeira manifestação de poder que pode ser entendida e explicada nas quatro dimensões inter-relacionais que se apresentam: a simbólica, a normativa, a organizacional e a subjetiva.

Na dimensão simbólica sobressaem as representações múltiplas e contraditórias da mulher, como exemplo temos as simbologias bíblicas do papel de Maria, mãe de Jesus e o de Eva, do jardim do Éden, evidenciando que ambas representações, bondade e pecado, estão presentes na imagem da mulher nesse contexto.

Na dimensão normativa, identificamos conceitos que são representados por meio das instituições de doutrina, como a Igreja, a escola, as instituições políticas dentre outras, que são regadas de normas que servem de referência social para o indivíduo e que contribuem para oposição de gênero do masculino e do feminino, colocando um como contraponto do outro.

A dimensão organizacional aborda as organizações e instituições sociais que são utilizadas para aumentar a diferença entre os gêneros, ou seja, trazem as diferenças nas posições sociais que cada ser nela ocupa e o peso que essa ocupação tem em relação à diferença de posição social e profissional entre homens e mulheres.

Já na dimensão subjetiva, é possível identificar as formas como as identidades de gênero são construídas e relacionadas entre as atividades organizacionais, sociais e representações culturais, construídas ao longo da história da sociedade.

Consideramos que conceituar gênero como uma categoria de análise é uma tarefa difícil, já com o conceito de gênero estruturado ou idealizado se torna mais fácil reconhecer as diferenças reais entre homens e mulheres, ou seja, as características de origem biológica mais o conjunto de desigualdades socialmente construídas a partir das diferenças que os cercam, o que nos leva a perceber maior visibilidade nas restrições impostas à mulher nos mais variados setores da sociedade. Para Pinheiro (2007, p. 37) não existe uma identidade única que “agregue todas as mulheres sob um mesmo denominador, como se propõe a categoria gênero (...)”, por isso se faz necessário discutir gênero como um conceito político, buscando construir um sujeito político, no que se refere às mulheres – que estão sempre buscando meios para superar sua referência de dominada e entender a origem dessa referência para poder reverter tal condição. Nesse contexto, a relação estabelecida entre poder e gênero não pode ser separada, pois essa discussão é bastante pertinente nesta pesquisa pois, segundo Scott (1990) “o centro da definição de gênero repousa numa conexão integral entre duas proposições: primeiro, o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e segundo, o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder”.

Por essa razão, o estudo das representações socialmente construídas para homens e mulheres traz percepções que se assemelham à realidade corporal, na qual se identifica a compreensão do indivíduo com a realidade interior e exterior de si - essa é a estrutura que o estudo do gênero busca analisar. No entanto, para melhor entendermos o

conceito de gênero, é necessário discutirmos a compreensão dessa interiorização a partir do conceito de *habitus*.

Os *habitus* construídos são tidos como sistemas de disposições duráveis que funcionam como estruturas estruturantes (BOURDIEU, 1996) e servem de referência para a nossa compreensão de mundo. Com isso, as práticas e representações por nós constituídas independem da consciência do indivíduo que, em suas escolhas próximas, serão (re) produzidas em estruturas já direcionada para seu sexo. Dessa forma, podemos entender que tanto as escolhas profissionais como as representações assumidas pelo indivíduo terão influência do *habitus*.

Para Bourdieu (1996), os *habitus* são princípios geradores de práticas individuais do sujeito, ou seja, o princípio gerador se manifesta em cada ação do indivíduo através de seus comportamentos, e o *habitus* conduz a posição desse indivíduo no espaço social em que ele se encontra, determinando o conjunto de suas preferências linguísticas, corporais, entre outras. Para o autor, uma escolha simples exprime as diferenças sociais mais comuns tanto quanto as exprimiria um sistema complexo e sofisticado. Essas ações são introduzidas no indivíduo como sistema de disposições permanentes. Dessa forma, (BOURDIEU, 1983, p.75) afirma que

Os indivíduos ‘vestem’ os *habitus* como hábitos, assim como o hábito faz o monge, isto é, faz a pessoa social, com todas as disposições que são, ao mesmo tempo, marcas da posição social e, portanto, da distância social entre as posições objetivas, entre as pessoas sociais conjunturalmente aproximadas [...] e a reafirmação dessa distância e das condutas exigidas para ‘guardar suas distâncias’ ou para manipulá-las estratégica, simbólica ou realmente, reduzi-las [...], aumentá-las ou simplesmente mantê-las [...].

De tal modo, o indivíduo se “apropria do *habitus* como hábitos”, transformando-os em capital que, quando internalizados, se apresentam como inato. Dessa forma, essa prática ou objeto pode ser reconhecido com valores diferentes, variando de acordo com os grupos sociais que dispõe de certos *habitus*, colocados em seu contexto particular do espaço social⁵.

⁵ Espaço social para Bourdieu (1996, p. 18) é definido como “um conjunto de posições distintas e coexistentes, exteriores umas às outras, definidas umas em relação às outras por sua exterioridade mútua e por relações de proximidade, de vizinhança ou de distanciamento e, também, por relações de ordem, como acima, abaixo e entre”.

Para o exercício do *habitus* são necessárias condições voltadas para a situação social, econômica e política do indivíduo. Essas condições não acontecem por meio de uma situação de conhecimento e nem de regras que, às vezes, são aplicadas às situações sociais. Porém essas condições já estão internalizadas no sujeito, como na linguagem, na característica cultural e em sua história individual, construída por sua trajetória social dentro da família e pelo sistema de valores e crenças de cada um (*habitus* primário) e pela herança cultural, religiosa, social e formação educacional da escola (*habitus* secundário). Com isso, as experiências espaciais e temporais do indivíduo nascem de suas percepções, atitudes e práticas geradas pelo *habitus*. Quando a posição do indivíduo ou do grupo muda dentro da sociedade, mudam também as suas relações sociais estabelecidas e o espaço social em que ele se encontra.

Segundo Bourdieu (1996), as diversas posições que os indivíduos ocupam na sociedade representam o estilo de vida de cada um. As ações e as propriedades em sua grandeza são expressões organizadas e relacionadas às condições de existência, ou estilos de vida do sujeito, porque são consequência do mesmo sentido prático, o *habitus*. Diante desse conceito, Bourdieu (1996) assevera que os atores sociais se desenvolvem de acordo com uma determinada lógica, inerente ao ser de cada um, que buscam se identificar com o que eles vivenciam em seus meios.

Se fizermos uma ponte entre o *habitus* e o gênero, levando em consideração a sua conexão, observamos que o *habitus* é o grande responsável pela (re) produção da violência de gênero na sociedade. Como mencionado no processo de socialização primária (*habitus* primário), acontecem momentos de uma ressocialização, devido às mudanças de escolhas do indivíduo feitas ao longo da sua vida. Assim, essas mudanças são guiadas pelo *habitus*, o que poderá ou não reforçar os papéis e comportamentos de gênero, contribuindo para que tal ação se naturalize. A dominação simbólica presente entre homens e mulheres na verdade é um *habitus* reproduzido pela sociedade em todas as esferas. Nessa configuração, a violência simbólica existente no dia-a-dia na sociedade se naturaliza de forma que os paradigmas que justificam as diferenças (não biológicas) entre homens e mulheres são reproduzidos e ensinados constantemente no meio social e através dos dispositivos midiáticos acessíveis a todos os sujeitos, tornando-se uma tradição, uma norma. Essa norma molda o indivíduo que convive naquela sociedade, expressando nele seus valores e suas verdades (Bourdieu, 1999).

Diante desse olhar, nos questionamos como é possível quebrar esse *habitus* de dominação simbólica, tendo em vista que essa dominação é resultado de estruturas sociais objetivas que reproduzem a violência simbólica, e uma maneira de se perceber essa reprodução é na educação diferenciada, muitas vezes perceptíveis, existente na família, na escola, na igreja e até mesmo em ambientes midiáticos. O autor acredita que uma ação política pode intervir no curso da violência simbólica. Para ele:

Só uma ação política que leve realmente em conta todos os efeitos da dominação que se exercem através a cumplicidade objetiva entre as estruturas incorporadas (tanto entre as mulheres quanto entre os homens) e as estruturas de grandes instituições em que se realizam e se produzem não só a ordem masculina, mas também toda a ordem social. (BOURDIEU, 1999, p. 139).

Na compreensão de Bourdieu, os inúmeros discursos que se encontram no mercado de bens políticos são resultados das “lutas simbólicas” que determinados agentes sociais têm entre si no campo político – um subespaço específico do “espaço social”. É possível identificar esse espaço quando Bourdieu (1999) define o espaço social como um espaço “multidimensional” constituído por inúmeros “campos relativamente autônomos”, como o campo religioso, campo político, campo científico, dentre outros. É no interior desses campos que acontecem, entre agentes específicos, as lutas simbólicas pelo poder simbólico, isto é, o poder de “fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto, o mundo”. (BOURDIEU, 1989, p.14). Ou seja, a luta simbólica não é outra coisa senão a:

Luta pela conservação ou pela transformação do mundo social por meio da conservação ou da transformação da visão do mundo social ou, mais precisamente, pela conservação ou pela transformação das divisões estabelecidas entre as classes por meio da transformação ou da conservação dos sistemas de classificação que são a sua forma incorporada e das instituições que contribuem para perpetuar a classificação em vigor, legitimando-a. (BOURDIEU, 1989, p.174).

É na luta simbólica pela representação verdadeira do mundo social, pelo “monopólio da expressão legítima da verdade do mundo”, que os sujeitos de cada campo específico do espaço social constroem as suas visões de mundo, suas ideologias, e, no que concerne ao campo político, constroem suas ideologias ou discursos políticos.

Mesmo Bourdieu (1999) considerando que, de uma forma ou de outra, os agentes sociais participem das lutas simbólicas ou da produção de discursos políticos, a construção desses sistemas simbólicos é uma atividade direcionada a agentes especiais. Para Bourdieu, independentemente das lutas que marcam o interior do campo político, “as diferentes classes e frações de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para determinar a definição do mundo social conforme os seus interesses, e determinar o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais.” (BOURDIEU, 1989, p.11). Nas lutas simbólicas que se desenvolvem no interior do campo político, os sujeitos produzem as informações de seus discursos, atendendo não só às “necessidades internas” do campo, mas também às “necessidades externas” dos sujeitos externos ao campo, não habilitado na tarefa de construir discursos políticos. Isto nos leva a compreender que os discursos políticos são o resultado tanto das condições sociais dos agentes envolvidos de forma direta no processo de sua construção, quanto das condições sociais dos sujeitos externos que são os seus possíveis consumidores.

Para Bourdieu, as ideologias, ou os discursos políticos, são duplamente determinados, eles:

Devem as suas características mais específicas não só aos interesses das classes ou das frações de classes que elas exprimem (...), mas também aos interesses específicos daqueles que as produzem e à lógica específica do campo de produção (...), no caso, o campo político (BOURDIEU, 1989, p. 13).

Ou seja, as necessidades internas desse campo, são determinadas na disputa que se concentra entre os sujeitos no interior desse campo e pela estrutura social interna em que esses sujeitos se posicionam em termos de seu respectivo poder de capital simbólico acumulado. Desse modo, existe uma concorrência pelo monopólio de uma representação autêntica do mundo, em particular do mundo social, determinada por produtores de visões de mundo, como partidos, facções ou militantes que buscam introduzir em seus discursos políticos elementos que permitem “diferenciá-los” dos discursos políticos produzidas por seus concorrentes de campo.

Por outro lado, quando esses sujeitos internos se encontram hierarquizados de acordo com as suas respectivas situações atuais na estrutura interna, e conforme o nível do capital simbólico por eles internalizados, há uma maneira para que os sujeitos que

estão em situação de dominados nessa estrutura construam discurso político com informações que mirem a oposição da ordem instituída, por meio da oposição dos discursos políticos que se encontram em posições de dominantes e, ao mesmo tempo, uma forma para que aqueles que se encontram em uma situação de dominantes produzam discursos políticos que visem a perpetuação de sua legitimidade nesse campo. A atenção que os sujeitos de discursos dão às necessidades externas do campo, e o atendimento que eles concedem às necessidades internas, pode interferir na informação do discurso político que são produzidos. À medida que os sujeitos de discursos políticos se vêm coagidos a atender as necessidades externas do campo político, eles necessariamente devem introduzir elementos na estrutura do discurso, de modo que busque uma adequação em relação aos seus interesses, ou melhor, ao *habitus* dos sujeitos a quem os discursos serão destinados para o consumo. Normalmente observamos que o atendimento às necessidades externas está sempre subordinado ao atendimento às necessidades internas e até mesmo aos interesses dos sujeitos produtores de discursos políticos. Como nos diz Bourdieu, os sujeitos do campo político “servem aos seus clientes na medida em que se servem também ao servi-los, quer dizer, de modo tanto mais exato quanto mais exata é a coincidência da sua posição no campo político com a posição dos seus mandantes na estrutura do campo social” (BOURDIEU, 1989, p.177). Diante desse entendimento, o campo político “é o lugar onde surge a concorrência entre os agentes que nele estão envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, etc.” (BOURDIEU, 1989, p.164); ou seja, é o lugar onde se produzem discursos políticos a todo momento. No desenvolvimento dos discursos políticos, os inúmeros agentes do campo (partidos, facções e os próprios militantes) buscam construir os seus sistemas simbólicos, visando obter o poder simbólico, o poder de fazer, de transformar ou de conservar o *habitus* dos indivíduos e, com esta transformação ou conservação, busca no poder a transformação ou a conservação do mundo social. Nessa busca, tanto os partidos políticos como as facções e os militantes, de forma individual ou coletiva, ao construir as suas respectivas ideologias políticas procuram atender às necessidades do campo político interno e externo. Assim se comportam os partidos políticos em seus congressos; assim agem as facções na cotidianidade das lutas internas que acontecem no interior do partido e assim agem os militantes, individualmente, ao tentarem constituir um grupo hegemônico dentro do partido.

Ainda nos espelhando no pensamento de Bourdieu (1989), o conteúdo de cada discurso político é resultado de condições objetivas e subjetivas específicas aos interesses em jogo nessa luta, nele jamais seria atribuído o caráter de verdade absoluta para uma determinada ideologia política.

Como colocamos anteriormente, o autor, ao observar as necessidades internas do campo político, sugere que os sujeitos políticos têm suas tomadas de posições conduzida pelas posições que ocupam na estrutura do campo e, com isso, esses sujeitos introduzem algumas características na redação de seus discursos políticos de modo que o diferencie das ideologias apresentadas por seus concorrentes. Da mesma maneira, para atender às necessidades externas do campo, os sujeitos devem inserir elementos em suas ideologias de modo a alcançar o *habitus* do maior número de pessoas para, assim, obter a sua legitimidade junto a essas.

Assim, consideramos que a aceitação do critério de verdade e do teor das ideologias políticas é determinada conforme o desenvolvimento das lutas simbólicas pelo poder simbólico; a ideia de se ter um discurso político como verdadeiro não se sustenta. Dizer que um determinado discurso político não expressa a verdade absoluta, não significa dizer que ele não seja legítimo e dominante. A predominância de um discurso político, bem como a sua legitimidade, depende exclusivamente do seu poder simbólico e da mobilização de seus adeptos.

4.4 Participação Política da Mulher e Capital Político

Sabemos que o campo político vem sendo considerado um espaço masculino, e que a participação da mulher nesse campo se deu de forma gradual, porém lenta, uma vez que até na atualidade há diferenças abismais entre a representação política de homens e mulheres. Por essa razão, consideramos de fundamental importância uma caracterização mais pormenorizada da participação da mulher no campo político, destacando o que se considera “participação política”, ou seja, esse conceito vai além da atividade política em instituições governamentais partidos políticos.

Muitos estudiosos do tema afirmam que a participação política se limita ao processo político-eleitoral, porém, Baquero (1981, p. 7) acredita que a participação política vai além da urna, pois ela “(...) não está restrita ao envolvimento no processo eleitoral, através do voto (participação eleitoral), mas inclui outras formas de ação individual e coletiva”. Ou seja, essa participação não se limita apenas ao período de disputas eleitorais, mais vai para além.

Para que as mulheres fossem aceitas no campo político, antes tiveram uma trajetória de luta e enfrentamentos sociais, mas, com o auxílio de ações afirmativas, tiveram suas participações asseguradas. Além disso, tanto no campo político como em qualquer outro campo de poder, é necessário que as mulheres sejam dotadas de um capital específico para garantir a posição de dominante, neste caso, o capital político. As estatísticas, no entanto, demonstram que as mulheres políticas são as que menos detêm o capital político. Mas o que é capital político? Para Bourdieu (1989, p.187):

O capital político é uma forma de capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de créditos pelas quais os agentes conferem a uma pessoa (...) os próprios poderes que lhes reconhecem.

O autor ainda afirma que:

O capital político assegura a seus detentores uma forma de apropriação privada de bens e serviços públicos [...] vemos então que o capital social de tipo político que se adquire nos aparelhos de sindicatos e dos partidos transmite-se através de redes de relações familiares que levam à constituição de verdadeiras dinastias políticas. Bourdieu (1996, p.30).

Dessa forma, o homem possui um maior capital político que o mantém como grupo dominante, enquanto as mulheres lutam para reverter essa situação, buscando uma posição de igualdade na sociedade e no campo político. Podemos afirmar que a entrada de mulheres na vida política se faz por meio de duas grandes vias: a do contexto das relações familiares, que acontece quando o capital político já foi acumulado através do reconhecimento de pais, maridos, etc., e passam para a mulher da família dar continuidade a esse capital; ou quando a mulher já possuía uma trajetória de participação política, trazidas de referências estudantis, sociais, etc.

Para Luís Filipe Miguel (2003, p.121) o capital político:

É em grande medida, uma espécie de capital simbólico; o reconhecimento da legitimidade daquele indivíduo para agir na política. Ele baseia-se em porções de capital cultural (treinamento cognitivo para a ação política), capital social (redes de relações estabelecidas) e capital econômico (que dispõe do ócio necessário à política). Como toda forma de capital, o capital político está desigualmente distribuído na sociedade. Na base da pirâmide, temos os simples eleitores [...] no topo, os líderes que [...] são reconhecidos como representantes dos diversos segmentos sociais.

Bourdieu é quem primeiro aborda a questão do capital político em *O Poder Simbólico* (1989), mais especificamente no capítulo sobre a representação política, no qual caracteriza o capital político em três tipos: primeiro, o capital pessoal ou heroico, onde o autor equipara esse capital ao líder carismático de Max Weber⁶ e ocorre, geralmente, em situações de crise, consistindo em um subtipo do capital convertido, cuja diferença está no fato de que o capital pessoal levar quase uma vida toda para se acumular. Segundo, o capital por delegação. Esse tipo de capital nos direciona também ao pensamento de Weber sobre outro tipo de dominação pontuada pelo autor, a tradicional, e, nesse caso, o capital delegado é um produto de transferência limitada e provisória de um capital detido e controlado por uma instituição, a exemplo dos partidos políticos. Outro exemplo do capital delegado pode ser representado pelos sacerdotes, professores e monarcas, etc. Para esse estudo em específico, podemos pensar que esse capital pode ser construído na força eleitoral (legenda e número de votos em um partido

⁶Weber (1982) discute a definição dos tipos puros de dominação legítima de um Estado. Um desses tipos puros de dominação é a carismática. Esta dominação consiste na devoção extrema ao indivíduo, principalmente por suas qualidades excepcionais. Legalidades e pelo seu carisma. A fidelidade a este tipo de liderança se deve à fé depositada nesse líder, já que foi chamado pelos homens e vive pela luta de sua causa.

político), em trajetória política e/ou ideologia de cada partido. Outro capital mencionado é o capital político pertencente a uma família de tradição política, que é depositado em um candidato, a exemplo, a família Sarney no Estado do Maranhão, que elegem filhos e netos com o sobrenome do clã, detentor do capital político por sua trajetória social. Terceiro, o capital convertido. Nesse caso, podemos dizer que é uma espécie de conversão do capital pessoal do candidato, que anteriormente fora acumulado através de sua popularidade pessoal. Podemos citar os casos de personalidades midiáticas que entram para a carreira política, tais como Romário de Souza Faria (PSB) (ex-jogador de futebol) e Francisco Everardo Oliveira Silva (PR), mais conhecido como o humorista “Tiririca”, que foram eleitos como Deputados Federais entre outros que já ocuparam parlamento no Brasil.

Apesar de serem ótimos perfis, sabemos que as carreiras políticas não se fazem por uma trajetória única, podendo se entrecruzar ao longo da construção social. Após esse percurso para o entendimento da necessidade do capital político para ascensão de uma candidatura, é necessário perceber que há uma estreita relação entre capital e carreira política. Segundo Miguel (2003, p.115), o capital político “indica o reconhecimento social que permite que alguns indivíduos, mais do que outros, sejam aceitos como atores políticos e, portanto, capazes de agir politicamente”. Para Pinheiro (2007), esse tipo de relação que se estabelece é uma dialética (p. 47):

(...) é necessário capital político para ascender na carreira, e a ocupação de cargos de mais alta hierarquia no campo político contribui para a ampliação desse tipo de capital. O progresso na carreira depende, tanto da popularidade do parlamentar no sentido de ser capaz de cativar o público externo ao campo político institucional (e que deve, portanto, constituir-se em sua base eleitoral), quanto do reconhecimento de seus pares, o que garante apoio às candidaturas e à ocupação de postos-chave na estrutura hierárquica da carreira política.

Dessa maneira, entendemos que o acúmulo de capital político é fundamental nas regras do jogo, visto que o candidato depende dele para a ocupação de cargos e/ou cadeiras em vários espaços desse campo. Isso ocorre porque o campo político, como qualquer outro campo, “pressupõe que os atores ali inseridos lutem pelo acesso às posições de poder e de maior prestígio, buscando valorizar seus atributos em detrimento dos de seus concorrentes” (PINHEIRO, 2007. p. 48). Em decorrência do contexto, observamos que as posições de maior poder no campo político quase sempre são

ocupadas por homens. Já tivemos mulheres que ocuparam esse campo na sua mais alta posição, o de Presidente da República por dois mandatos consecutivos, Dilma Rousseff, além de outras mulheres que já assumiram o governo de seus estados dentre outras posições de prestígios nesse campo. Claro que se mais mulheres passassem a ocupar essas áreas, que em sua maioria são ocupadas pelo gênero masculino, elas passariam a ampliar seu capital político, aumentando ainda mais seu leque de reconhecimento e ainda teriam oportunidade de ocuparem outros espaços que ainda são ocupados massivamente pelos homens.

4.4 .1 Participação da Mulher na Política do Maranhão

A participação da mulher na política brasileira começou na década de 30 com a conquista do voto. No Maranhão, a partir dos anos 70, as mulheres maranhenses passaram a ter maior participação na política e lançaram-se candidatas aos cargos eletivos majoritários e proporcionais. Na Assembleia Legislativa, ao longo dos anos, marcaram presença as deputadas Conceição Mota, Maura Jorge, Marly Abdala, Conceição Andrade, Helena Heluy, Janice Braid, Maria Aparecida Furtado, Malrinete Gralhada, Teresa Murad, Ivete Botelho, Telma Pinheiro, Sandra de Deus, Cristina Archer, Graça Paz, Socorro Waquim, Cleide Coutinho, Eliziane Gama, Graciete Lisboa, Maria de Fátima Vieira Lins, Maria Vianey Bringel, Gardênia Castelo, Valéria Macedo e Márcia Marinho.

No Congresso Nacional marcaram presença Nice Lobão e Roseana Sarney, esta, a primeira mulher a ser eleita governadora do Maranhão e a segunda a assumir o cargo no país. Algumas das mulheres citadas permanecem se destacando no cenário político local. Cada uma, ao seu tempo e modo, conquistando seus espaços na política maranhense.

Nas eleições de 2018, mais de 60 cargos foram disputados nas eleições no Maranhão, incluído vagas para deputado estadual, federal, senador e governador. Entretanto, entre os eleitos, apenas 09 candidatas são mulheres, o que representa menos de um quarto do quantitativo. O Maranhão foi um dos três estados do Brasil a não eleger nenhuma mulher para deputada federal, ao lado do Amazonas e Sergipe. Em todo o país, o número de mulheres eleitas para o cargo foi de 77, um aumento em relação à última eleição, em que se elegeram 51 mulheres.

Já para deputado estadual, dos 42 eleitos no Maranhão, apenas 08 são mulheres. Dessas, apenas duas se elegeram com votação expressiva. Detinha (PR), obteve o primeiro lugar, com 88.402 votos e Dra. Cleide (PDT) o 2º, com 65.438 votos.

Além dessas também se elegeram Dra. Thaiza (PP); Andreia Rezende (DEM); Ana do Gás (PCdoB); Daniella Tema (DEM); Dra. Helena Duailibe (Solidariedade) e Mical Damasceno (PTB). No Brasil, elas representaram 15% dos eleitos para o cargo no pleito de 2018. Além das deputadas estaduais, o Maranhão elegeu apenas mais uma mulher para ocupar um cargo no senado, Eliziane Gama (PPS), que venceu como senadora ao lado de Weverton Rocha (PDT). Eliziane, em sua primeira candidatura ao cargo, foi a segunda candidata mais votada e obteve 1.539.916 votos. Com essa vitória, o senado volta a ter uma representante do Maranhão depois de muito tempo. A última a representar o estado no senado foi Roseana Sarney (2003 a 2009).

As eleições de 2018 mudaram a configuração das casas legislativas e a representatividade feminina do Maranhão foi bastante alterada neste processo. Para o Senado Federal, Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa, a partir de 2019, são oito mulheres exercendo cargos no legislativo.

Na Assembleia Legislativa, apenas Ana do Gás (PCdoB) se reelegeu. No entanto, o número de mulheres no legislativo estadual salta de 06 para 08 parlamentares, sendo 07 estreantes do legislativo maranhense. Não lograram êxito na reeleição as candidatas Andréa Murad (PRP), Francisca Primo (PCdoB), Graça Paz (PSDB), Nina Melo (MDB) e Valéria Macedo (PDT). A partir de 2019, entraram no parlamento estadual Detinha (PR), Andreia Rezende (DEM), Thaiza Ortegá (PP), Daniela Tema (DEM), Cleide Coutinho (PDT) e Helena Duailibe (Solidariedade) e Mical Dasmasceno (PTB).

Já na Câmara dos Deputados, a representatividade feminina, pelo Maranhão, não foi possível. Nenhuma candidata conseguiu ficar entre os 18 parlamentares que se elegeram. Enquanto Eliziane Gama vai para o Senado, Luana Alves (PSC) não conseguiu a reeleição. Elas foram as únicas mulheres no cargo de deputadas federais pelo Maranhão até o fim do ano de 2018.

5 O CORPUS EM ANÁLISE

Após analisados os elementos teóricos que sustentam essa pesquisa, neste capítulo, nos propomos analisar o papel da mulher na política do Maranhão, durante a campanha eleitoral de 2018. Para esta análise, foram selecionadas matérias jornalísticas da coluna de política dos jornais *O Estado do Maranhão* e *O Imparcial*, de forma aleatória, entre julho e outubro de 2018, sempre que a mulher era noticiada.

Muitas vezes o discurso jornalístico se autoproclama porta-voz da atualidade. A partir disso podemos dizer que o jornalismo é uma prática discursiva de construção e reprodução de conhecimento. Sua legitimidade de veículo de comunicação social se fundamenta num efeito de objetividade, que lhe garante um caráter de discurso que profere a verdade em suas notícias. Disso decorre sua importância na contemporaneidade como instrumento formador e disseminador de opinião na sociedade. Mas, se observarmos, essa objetividade existe apenas como efeito provocado por suas regras e estruturas enunciativas como sua referencialidade, narração em terceira pessoa, dentre outros. A ideia de que os jornais retratam a realidade propriamente ditas, não se sustenta, pois diante dos acontecimentos é possível criar várias interpretações. Dessa forma, sua conversão em notícia permeia uma série de produção que não permite uma abordagem da totalidade dos acontecimentos. A produção noticiosa é resultado de escolhas, percepções, seleções e transformação da matéria-prima, ou seja, dos acontecimentos, num produto pronto, que são as notícias.

Os jornalistas não são simplesmente observadores passivos, mas participantes ativos no processo de construção de realidade. E As notícias não podem ser vistas como emergindo naturalmente dos acontecimentos do mundo real; as notícias acontecem na conjunção de acontecimentos e de textos [de relações]. Enquanto o acontecimento cria a notícia, a notícia também cria o acontecimento (TRAQUINA, 1993, p. 168).

O autor descreve a atividade do jornalista como uma sequência de julgamento entre o que pode ou não ser noticiado no seu fazer profissional. Ele (o jornalista) mostra o real a partir de seus relatos enunciativos, ou seja, através da linguagem e no interior da instituição em que ele se encontra. Uma prática de fala ao ser organizada em discurso estabelece diferentes visões de mundo. E é por meio dos discursos que se determinam modos de observar a realidade e lugares de poder. Para Foucault (1996) o discurso é

permeado continuamente por relações de poder, por uma luta de forças e de vozes que visam se difundir, ou seja, se espalham nesse campo. Assim, quando nos referimos aos discursos jornalísticos não há como deixar de falar de embate pela conquista e manutenção do poder nesse campo. “O discurso é não apenas o que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas é a coisa para a qual e pela qual a luta existe, o discurso é o poder a ser tomado” (1996, p. 110).

Selecionamos como *corpus* de análise matérias veiculadas nas editoriais de política dos jornais *O Estado do Maranhão* e *O Imparcial*, em suas versões impressa e *on line*, entre os meses de julho a outubro de 2018. Esses jornais se configuram como campo de batalha para os confrontos entre blocos políticos do estado e como meio estratégico de transmissão de ideologias e manutenção/conquista da hegemonia existente, funcionando como instrumentos de controle da opinião pública.

A opção por esses recortes se justifica por contemplarem um momento importante de escolhas das diretrizes para a sucessão no executivo e legislativo maranhense, momento esse propício para identificar o porquê o campo político recorre ao campo jornalístico para agir na sociedade e como os jornais favorecem os discursos masculinos em detrimento dos discursos femininos. E, ainda, compreender como esses jornais (re) produzem em suas matérias o papel da mulher no campo político no estado.

Com a análise desses dois bens simbólicos, buscaremos identificar os mecanismos de construção do discurso jornalístico acerca do papel da mulher na política, para, a partir desse parâmetro, descrever os efeitos de sentido investidos sobre a mulher na política pelas estratégias discursivas dos jornais.

A base da pesquisa foi concentrada no referencial teórico-metodológico da teoria social do discurso, que tem como interesse reconstruir as estratégias adotadas por determinadas instâncias sociais na produção de sentidos. Tanto o discurso como a análise de discurso são aqui abordados segundo a análise tridimensional de Fairclough, orientada socialmente e linguisticamente. “Qualquer ‘evento’ discursivo (isto é, qualquer exemplo de discurso) é considerado como simultaneamente um texto, um exemplo de prática discursiva e um exemplo de prática social” (2001, p. 22).

Para evidenciar como acontece a apropriação do discurso jornalístico acerca da mulher na política, nos fundamentaremos nas categorias propostas por Maingueneu (2000) acerca das estratégias do discurso. Essas estratégias correspondem às “possíveis escolhas que os sujeitos podem fazer de enunciação do ato de linguagem”, e, pela

natureza de seus objetivos, se estrutura nas seguintes etapas: 1- na legitimação, que objetiva determinar a posição de autoridade do sujeito; 2- na credibilidade, que determina a posição de verdade do sujeito; e 3- na captação, que visa fazer o parceiro da troca comunicativa entrar no quadro de pensamento do sujeito falante.

No próximo tópico passaremos para a análise das matérias da coluna de política dos jornais *O Estado do Maranhão* e *O Imparcial*, trazendo suas descrições, interpretações e explicações e, por fim, fazer um comparativo das matérias que (re) produzem o papel da mulher na política do estado.

5.1 Análise das matérias

5.1.1 Jornal o Estado do Maranhão

O jornal *O Estado do Maranhão* tem sua história contada em suas páginas nas versões impressas e on-line. É um jornal de circulação diária no estado, suas matérias versam sobre diversos assuntos: política, opinião, cidade, economia, esporte, mundo, alternativo, geral, entretenimento, classificados, entre outros. A coluna que iremos analisar se limita apenas as matérias de política. A cobertura da política e jornalismo sempre foi uma característica marcante no Jornal o Estado, pois desde sua origem ainda com denominação de jornal do Dia, na década de 1960, já mostrava essa vertente. Mas foi somente em 1º de maio de 1973 que houve a mudança do Jornal do Dia para O Estado do Maranhão, tendo como proprietário até hoje, o ex-presidente José Sarney.

Na capa do Jornal *O Estado do Maranhão*, inicialmente, tem uma abordagem geral dos conteúdos que permeia as colunas de cada editorial. Sobre o layout e as cores, o Jornal tem o nome em azul com o fundo em branco, com o título em caixa alta. Logo abaixo do título, centralizado, vem o nome dos fundadores do jornal e do Diretor de redação. Na parte inferior do título a esquerda, vem o site do jornal em fonte de cor azul e abaixo, o nome da cidade, seguido da data de publicação e o nº da respectiva edição do jornal. Ainda do lado direito, alinhado ao título do jornal, estão os preços dos exemplares na capital, no interior e para outros estados.

Figura 01 – Identificação do Jornal

Fonte: Jornal *O Estado do Maranhão* em 09/01/2020

O jornal, em sua apresentação de capa, é dividido em colunas sempre considerando as matérias de maior destaque seguidas de imagens para ilustrar em destaque e essas imagens variam de posição a cada exemplar, mas, geralmente elas se localizam no centro da página.

Quanto às chamadas, seus títulos vêm sempre em preto, e os ícones das editorias variam, por exemplo, na cor verde para matérias alternativas, vermelha para matérias de esporte e assim por diante. As chamadas são formadas de uma frase, às vezes apresentando imagem. Os destaques quase sempre apresentam imagens e um pequeno texto de abertura, de um parágrafo. Na maioria das matérias em destaques e nas colunas, o jornal traz poucas informações contextuais no lead⁷, faltando clareza no conteúdo, em específico não se explora quem, como, onde, e o porquê. As fotos são seguidas de informações, que faz com que o leitor se interesse pela notícia e busque aprofundar-se da informação no interior do jornal. A linha editorial é voltada para acontecimentos locais, regionais e nacionais que circulam diariamente. Como podemos observar nas imagens abaixo.

⁷No jornalismo, o lide (em inglês: lead) é o primeiro parágrafo de uma notícia, ou seja, nas capas dos jornais as informações aparecem de forma bem sintetizada.

Figura 02 – Edição do Jornal



Fonte: Jornal o estado 2020

Essa apresentação inicial da capa do jornal é para servir de caminho para o leitor (a) conhecer como e quais são as colunas que forma a estrutura do jornal a ser analisado.

A função do jornal não é só informar/noticiar os fatos, mas orientar, entreter, opinar mesmo que discretamente, nesse momento, as marcas do sujeito jornalístico aparece de forma implícita ou explícita. O jornal apresenta um processo dinâmico pautado no trabalho com a informação e com a notícia relatando os acontecimentos atuais sendo o instrumento que liga emissor e receptor em vias de comunicação. Ressaltamos que a mídia on-line, ou seja, o jornal digital se apresenta com recortes mais expressivos no processo ágil da informação, sendo apoiadas em meios tecnológicos mais avançados, como as formas eletrônicas e digitais de produção que apresentam acontecimentos em tempo real.

5.1.2 O Olhar através das Matérias de política do jornal

Iniciaremos nossa análise por uma matéria publicada no dia 01/10/2018 no jornal *O Estado do Maranhão* que traz manchete “**Clima esquentado na reta final da campanha**”.

Figura 03 – Manchete do Jornal “Clima esquenta na reta final da campanha”.



Fonte: Jornal *O Estado do Maranhão* 2018

Essa manchete nos remete ao contexto social que estamos acompanhando, que é o das eleições para governador (a) do estado do Maranhão, no ano 2018, onde cada cidadão tem a oportunidade de escolher seu representante político para os próximos quatro anos. Na frase da manchete a palavra “*clima*” tem o sentido de pressão ou de acirramento das disputas entre os candidatos no momento final de campanha, ou seja, os candidatos estão buscando uma aproximação maior com a população para conquistar através de seus discursos o voto dos (as) eleitores(as), intensificando assim, a campanha eleitoral na capital e no interior.

Com relação à escrita da notícia “**Clima esquenta na reta final da campanha**”, essa informação encontra-se centralizada na capa abaixo de uma imagem que mostra a candidata ao governo do estado, Roseana Sarney, diante de uma multidão, onde, aparentemente, discursa. Do lado esquerdo, aparece a coluna de esporte com informação em seu texto que trata de dois times que disputam a liderança na série A do campeonato brasileiro. Logo abaixo da manchete, em destaque, segue a seguinte mensagem “*A semana foi de intensa movimentação dos candidatos à governo no interior e na capital: em Caxias Roseana disse que vai recuperar o tempo perdido*” **Política 03**. Na manchete a, palavra “*intensa*” é um adjetivo que soa como uma força excessiva que a candidata ao governo realiza para se fazer presente junto aos seus eleitores na capital e no interior. Em outro trecho da frase “*vai recuperar o tempo perdido*”, ela ressalta que, se eleita, fará muito mais pelo seu estado.

Essa matéria em destaque na capa nos remete para a coluna de política localizada na página 03 do referido jornal onde nos deparamos com a matéria intitulada: **Roseana quer “recuperar o tempo perdido” no Maranhão.**

Os jornais constitui um enquadramento que reúne diferentes discursos para, no seu querer dizer se manifesta como sujeito semiótico, como representante de uma formação discursiva, ou melhor dizendo ordens de discurso como assevera (Pinto, 2002), lidando com a diversidade das funções que atravessam o espaço jornalístico, considerando as implicações de sentidos enunciados pelo sujeito, cujo o contexto de notícias é evidenciado no primeiro momento de contato com o coenunciador, por meio das imagens, das manchetes e títulos da notícias da página inicial do jornal.

Com um olhar crítico a respeito da função do jornal, Rossi (1980) afirma que os grandes jornais e outros veículos jornalísticos geralmente estruturam sua cobertura no sentido de legitimar os núcleos do poder. Assim, consideramos que tantos os jornais de maior circulação como os de menor, tendem a arregimentar a informação do ponto de vista da hegemonia das instituições de poder. Como veremos nas análises.

5.1.3 Primeira matéria – Jornal *O Estado do Maranhão*

Figura 04 – Matéria do Jornal “Recuperar o tempo perdido”.



Fonte: Jornal *O Estado do Maranhão* 2018

A matéria do jornal *O Estado do Maranhão*, de 01 de outubro do ano de 2018 traz o título acima de uma imagem panorâmica colorida, que mostra um grupo de políticos em um palanque, com destaque para imagem da candidata ao governo Roseana Sarney que fala a populares. A legenda que vem abaixo da imagem é “*Roseana mobilizou multidão em Colinas, onde milhares de pessoas foram ouvir suas mensagens*”.

A matéria em análise ocupa um terço da página do jornal, dividida em três tópicos com frases em negrito, **Eleições 2018; Mais pobreza; e Ato público**. O título vem na cor preta em negrito com fundo branco, onde dar mais ênfase e destaque a frase. Entre aspas está a seguinte frase “recuperar o tempo perdido” essa frase está diretamente ligada ao discurso da candidata e é complementada em um texto com fonte em tamanho 16 que vem logo abaixo do título principal que diz: *Candidata da coligação “Maranhão quer mais “tem alertado que muita coisa parou no estado desde que o comunista Flávio Dino tomou posse*. Em parêntese está o nome da coligação que a candidata Roseana Sarney faz parte, em seguida o discurso da candidata que se refere a falta de desenvolvimento em ações no estado desde que o atual governador e candidato ao governo pela segunda vez, Flávio Dino, tomou posse. Em seu discurso ela faz referência a ele como “*comunista*”⁸ essa terminologia é associada ao fato do governador ser filiado ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

Do lado esquerdo, tem uma pequena imagem de uma urna eletrônica eleitoral, na qual acima está escrito “Eleições” e no centro da urna na imagem da tela 2018. Seguida então da matéria que está abaixo da imagem sobre “recuperar o tempo perdido”. Ao lado da matéria de maneira centralizada tem uma imagem panorâmica colorida da candidata na frente de uma plateia.

Podemos notar que há uma crítica ao governo quando, no título da matéria, a expressão “recuperar o tempo perdido” que se encontra entre aspas, realça o aspecto principal do discurso político de Roseana Sarney de criticar o governo atual. No subtítulo da matéria, o governador Flávio Dino é denominado comunista, numa clara ironia à ideologia defendida por ele, carregando também um caráter depreciativo na visão popular negativa para o termo.

⁸Termo em latim *communis* que em português significa comum, e é designado a uma doutrina social em que todas as pessoas teriam o mesmo direito a tudo. <https://www.significados.com.br/comunista>.

O corpo da matéria ratifica a adesão do jornal a campanha de Roseana Sarney e logo no início, o discurso ideológico da candidata é recuperar o tempo perdido com a gestão de Flávio Dino no Maranhão, onde a candidata lamenta que os projetos deixados por ela tenham sido desativadas, como observamos em seu discurso *“Infelizmente muita coisa parou, mas nunca é tarde para recuperar o tempo perdido. Eleita, vamos reduzir os impostos aos níveis praticados no meu último governo, teremos o retorno das ações sociais e, tenho certeza, retomaremos o crescimento no Maranhão. Por isso peço humildemente o seu voto”*. Fala de Roseana no caminhão-palanque.

O discurso da candidata é um discurso onde ela lamenta primeiramente a falta de investimento no desenvolvimento do estado, mas reafirma que, se “eleita”, ela vai recuperar todo esse tempo em que o atual governador não fez nada pelo o estado, e ela fará desde que o povo a eleja governadora. O discurso em questão repetir outros momentos de campanhas anteriores, como a parte em que ela diz que irá *“reduzir os impostos aos níveis praticados em seu último governo”* e promete ainda *“o retorno das ações sociais”* e com isso, o estado voltará a crescer. Na parte final do discurso ela modula o discurso para um tom de solicitação, de pedido, evidenciando o papel do eleitor na escolha quando diz *“Por isso peço humildemente o seu voto”*. A palavra *“humildemente”* expressa um sentimento de simplicidade, reconhecendo a necessidade do voto popular para lograr êxito na eleição. A matéria é favorável ao discurso da candidata pois sempre é mencionada na estrutura do texto situações positivas que a candidata já realizou em gestão anteriores em seus governos, levando os eleitores a relembra ações positivas e programas que melhoraram a vida da população no estado e criando a esperança que se eleita, tudo voltará a ser melhor do que sua gestão anterior.

A matéria foi destaque daquela edição do jornal por fazer parte da cobertura jornalística para eleição ao governo do estado em 2018, sendo de caráter favorável à candidata.

A candidata em destaque nessa manchete Roseana Sarney representa uma liderança popular, oriunda de uma família política possui toda uma trajetória no campo político no estado e no país. O discurso do jornal *O Estado do Maranhão* tem como base a memória da trajetória política vencedora da candidata ao governo do estado, chegando ao cargo de Governadora nos períodos de 1995, 2002, 2009 e 2014. Roseana Sarney ocupou outras funções políticas, conquistadas através da disputa eleitoral. Quando o jornal destaca as promessas da candidata de recuperar o tempo perdido, ele

está, ao mesmo tempo, reproduzindo a crítica ao atual governo de Flávio Dino, como relatado anteriormente, com quem disputa a eleição, e apontando para o futuro, caso ela (a candidata) seja eleita.

A Representação Social da candidata mostra uma identidade coletiva e traduz a relação de um grupo com um objeto socialmente valorizado. Assim, entendemos que toda representação social é a representação de algo e/ou de alguém por alguém, nesse caso, a representação da candidata como o povo. Observamos no conceito de representação social do Moscovici (2003) ao se referir algumas vezes que a representação se constitui como um apelo a memória social, ou seja, o histórico de Roseana Sarney na política é resgatado nos discursos do jornal *O Estado do Maranhão* para propor um ideal de futuro melhor para o estado, elaborando em seu discurso esse ideário como promessa. Mais do que conceitos que guardam certa similaridade, pode-se afirmar que o funcionamento das representações sociais é, em processos ligados às mentalidades, na medida em que,

sua qualidade de saber socialmente construído e compartilhado, oferecendo-se como uma versão da realidade sobre e com a qual atuar, a representação é um pensamento prático e sociocêntrico [...], posta ao serviço da satisfação e justificação de necessidades, interesses e valores do grupo que a produzem. O que, por um lado, a aproxima da ideologia e, por outro, compromete o conjunto dos códigos, modelos e prescrições que, orientando a ação, participam da cultura e das mentalidades. (Jodelet, 2003, p. 102-103).

Sobre a representação social da mulher na política nesse contexto do jornal, chamamos a atenção para a candidata ser a principal opositora política do atual governador e candidato ao governo nas eleições. Isso mostra que mesmo diante de muitos obstáculos que a mulher enfrenta diariamente em especial no campo político, observamos que ela vai conquistando espaço e popularidade.

A mídia tem papel fundamental nas discussões políticas, pois os políticos utilizam dos jornais como forma de divulgar seus atos, ou promover sua imagem, nesse caso nos reportamos aqui o papel do referido jornal ao expressar simbolicamente o interesse em mostrar a representação positiva da candidata. Nesse sentido, os discursos que circulam nas mídias desempenham um papel fundamental na construção e legitimação das identidades sociais do sujeito. Na concepção de Bakhtin (1997, p. 112), “a enunciação é o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados”. O

enunciador reproduz o dizer do seu grupo social, ou seja, o jornal por ser uma organização do grupo familiar da candidata ao governo tente a construir seus discursos em suas matérias de forma a mostrar a representação política que Roseana Sarney tem no estado, e com isso, favorecê-la nessas construções discursivas durante a campanha eleitoral.

5.1.4 Segunda matéria

Na matéria do jornal *O Estado do Maranhão*, de 20 de setembro de 2018, no caderno de política, página 2, o título em destaque é *“Marido de Eliziane Gama é suspeito de falsidade ideológica”* seguida da legenda do título o texto que diz *“Dossiê contra a deputada que disputa uma das vagas de senadora pelo Maranhão aponta que Inácio Cavalcante Melo Neto teria três CPFs; deputada foi a Polícia federal para classificar de “onda de perseguição” as denúncias contra ela”*. Ambos os escritos estão situados acima de uma imagem fotográfica panorâmica colorida que mostra um grupo de políticos reunidos e em destaque a imagem da então deputada e candidata ao senado, Eliziane Gama, e, o lado esquerdo dela, está o governador Flávio Dino e, a sua direita, o seu esposo Inácio Cavalcante Melo. A imagem vem seguida da seguinte legenda *“Ao lado de Flávio Dino, Eliziane aparece com o marido, Inácio Cavalcante Melo, que teria três CPFs, segundo dossiê distribuído à imprensa”*. A matéria ocupa quase toda a página do jornal, os textos da matéria estão divididos em três parágrafos e no corpo de texto aparece destaques de frases como *“Endereço e assinatura são os mesmos”* e *“Empresário é sócio de madeireiras e construtoras”* Os destaques estão na cor azul, seguido de duas imagens de documentos que mostram uma das sociedades do esposo da deputada e na outra a imagem assinaturas de identidades. Como segue a imagem.

Figura 05 – Matéria do Jornal “Marido de Eliziane Gama é suspeito de identidade ideológica”.

Marido de Eliziane Gama é suspeito de falsidade ideológica

Dossiê contra a deputada, que disputa uma das vagas de senadora pelo Maranhão, aponta que Inácio Cavalcante Melo Neto teria três CPFs; deputada foi à Polícia Federal para classificar de "onda de perseguição" as denúncias contra ela

ASSINATURA DAS IDENTIDADES ALEMÃS

COMUNICADO

UMA DAS SOCIEDADES DE INÁCIO MELO

Endereço e assinatura são os mesmos

Empresário é sócio de madeiras e construtoras

Fonte: Jornal *O Estado do Maranhão* 2018

Diante da matéria jornalística podemos afirmar que há uma crítica a deputada e candidata ao senado Luiziana Gama, quando, no título da matéria, traz que seu *marido é suspeito de identidade ideológica* ou seja, a candidata tem seu nome mencionado em destaque na matéria por problema que diz respeito ao marido, mesmo sendo ela a pessoa pública e estava concorrendo a uma vaga no senado. No subtítulo da matéria, a expressão “onda de perseguição” que se encontra entre aspas, a palavra “onda” tem o sentido de ser algo forte, violenta que venha prejudicar o andamento de sua campanha ao senado. A candidata procurou a Polícia Federal para classificar tal acontecimento como uma perseguição política contra ela. O discurso negativo que está sendo construído na matéria sugere vincular o nome da candidata a infrações, mesmo que essas não sejam relacionadas, especificamente, à figura da deputada.

No corpo da matéria destacaremos alguns trechos que mostra a construção discursiva feita pelo jornal sobre Luiziana Gama. A matéria inicia com a o relato que a deputada procurou na noite de 19 de setembro a Polícia Federal e registrou queixa-crime contra o que acusou de “onda de perseguição.” A construção discursiva nesse campo político é grandiosa, pois os interesses políticos em jogo se divergem e em

algum momento os discursos irão favorecer o interesse político de um grupo e desfavorecer do outro. Observemos o trecho da matéria:

“A ação de Eliziane, que concorre a uma vaga no Senado Federal, acontece dias após a notícia de que um dossiê com informações sobre Inácio Cavalcante Melo Neto, marido da deputada, circulava por redações de jornais e comitês políticos. Entre outras informações comprometedoras, o dossiê traz uma série de documentos anexados que apontam Inácio como titular de três cadastros de pessoa física (CPF). Além da similaridade nos nomes, as investigações também mostraram que os endereços cadastrados também são parecidos. Em todos os documentos, a cidade (São José de Ribamar), bairro (Araçagi) e CEP (65100-000) são os mesmos. As assinaturas nas identidades apresentadas no dossiê também são idênticas”.

Nesse trecho da matéria as construções ideológicas acerca da deputada são negativas, pois o dossiê traz questões relacionada ao marido dela e os resultados das ações negativas dele refletira diretamente na imagem pública dela. Outro trecho em que se pode demonstrar a posição do jornal em desfavor da candidata é: *“O Estado teve acesso às informações do dossiê dias atrás e iniciou uma investigação para comprovar seu conteúdo. O Estado deve seguir na apuração das outras informações do dossiê por entender que, por se tratar de pessoa pública e postulante a cargo de interesse público, se faz necessária a investigação aprofundada e correta dos fatos”.*

A matéria permite que identifiquemos o posicionamento do jornal, de crítica à candidata, ao afirmar que irá continuar as investigações acerca do dossiê contra a deputada. O termo *“postulante”* é designado a deputada por ela está pleiteando uma vaga no senado nas próximas eleições.

A matéria apresentada foi destaque daquela edição do jornal por fazer parte do contexto político, em que identificamos a presença de uma mulher atuando no campo político como deputada e buscando alcançar vitória mais uma vez na disputa para ocupar uma vaga no senado federal, representando o estado do Maranhão.

Porém é nítido que a construção social feito pelo jornal na representação da deputada, não é positiva. Esse modo de escrita sugere que o jornal não eleva ou critica a mulher política por suas ações, mas pela escolha política do próprio jornal. Nesse caso, valendo-se das ações do cônjuge como extensão das ações da deputada, o jornal não tem como foco principal na matéria a posição da mulher, mas baseia-se na construção

cultural do poder feminino, ou da falta desse, depender, em alguma medida, das ações do esposo.

É possível identificar na matéria a prática discursiva existente em torno da candidata Eliziane Gama em razão de uma luta constante em uma realidade que ganha ainda mais força com a relevância dos discursos, que como as demais práticas sociais se encontram em constante transformação em uma sociedade marcada pela disputa de poder, enquanto indivíduo ativo, singular e participante de uma coletividade. Sobre as complexas relações presentes na sociedade, Foucault diz que é preciso:

Não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras, mas ter bem presente que o poder – desde que não seja considerado de muito longe – não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem e lhe são submetidos. (FOUCAULT, 1999, p. 183).

Sobre essa prática, a ADC analisa a linguagem do jornal em relação à ideologia e considera que esta constitui e serve de embasamentos para a linguagem, caracterizando suas práticas discursivas de acordo com a afirmação de Fairclough:

As ideologias são significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 117).

Assim, podemos reafirmar a posição de Fairclough (2001) ao comentar sobre os estudos de Pêcheux e suas contribuições no campo da linguagem, ao falar que a sociedade se constrói pela via da linguagem, conduzindo realidades e sujeitos, focalizando em questões que atravessam esses discursos, como poder e hegemonia, onde são vistas numa relação dialética, e olhando a linguagem como uma via de alteração, de subversão, é conferido um novo tratamento a realidade discursiva, dando voz a práticas não dominantes e é nesse espaço que identificamos as construções discursivas negativas acerca da candidatura de Eliziane Gama.

Retomando as discussões sobre discurso midiático, dizemos que ele circunda a instância da referência com a constituição simbólica dos fatos aqui posto na matéria, o

que a nosso ver, representa uma tentativa de textualizar a realidade, pautando-se no acontecimento tido como real ou factual nesse período eleitoral, com isso, fundamenta-se em fragmentos de fala, imagem, aspectos verbais e não- verbais presentes na matéria.

5.1.5 Terceira matéria

Na página inicial do jornal a manchete em destaque, faz menção a candidata Maura Jorge do (PSL) que tem como título “*Maura diz ser vítima de perseguição para tirá-la da disputa*” A frase está na cor azul e do lado direito da manchete uma imagem colorida do rosto da candidata e abaixo da imagem a legenda que diz “*Maura Jorge (PSL) diz que renúncia é boato*”. A matéria completa será analisada a seguir.

Figura 06 – Manchete do Jornal de 25 de setembro de 2018.



Fonte: Jornal *O Estado do Maranhão* 2018

Observamos que nessa imagem a candidata está com uma expressão facial séria como se estivesse dando uma explicação sobre algo a alguém. Analisando a imagem, é possível associar a expressão facial com o título da manchete da capa do jornal que a candidata diz ser vítima de perseguição política. Consideramos que a imagem, assim como a mensagem verbal a que está ligada, é carregada de sentidos pressupostos e

subentendidos produzidos diante do que nos cerca socialmente e se transforma em materialidade discursiva na mídia, que nesse estudo está representado pelos jornais.

A matéria analisada é do dia 25 de setembro de 2018 na coluna de política na página 3 do jornal *O Estado do Maranhão*.

Figura 07 – Matéria do Jornal “Maura Jorge denuncia perseguição em tentativa de tirá-la da disputa”

Maura Jorge denuncia perseguição em tentativa de tirá-la da disputa

Candidata do PSL ao governo do Maranhão reclama de pressão em julgamento de ação contra ela e diz que adversários passaram a espalhar boatos de sua renúncia, o que foi desmentido com veemência.

CARLA LIMA
Subeditora de Política

A candidata ao governo do Maranhão pela coligação "Renovação de Verdade", Maura Jorge (PSL), classificou de boatos as informações que apontaram para uma eventual renúncia. Segundo ela, a fake news surgiu devido a um julgamento no Tribunal de Justiça de uma ação de improbidade administrativa de 2011 que a acusa de promoção pessoal.

Na última quinta-feira, 20, entrou em pauta no pleno do TJ uma ação de improbidade administrativa do Ministério Público Estadual (MP) contra Maura Jorge referente a uma peça publicitária feita na sua primeira gestão na Prefeitura de Lago da Pedra. O julgamento teve até o momento um voto, da desembargadora Cleonice Freire, que julgou improcedente a ação. O desembargador Jamil Cedeon pediu vistas, suspendendo a análise do processo.

Após o início do julgamento – na verdade um recurso de Maura Jorge que em primeira instância ela foi condenada pelo juiz Ozmar Gomes –, surgiu a notícia de que a representante do PSL renunciaria à candidatura.

Devido a isso, que ela classificou de boatos, a candidata reuniu a imprensa para garantir que não daria a campanha política e aponta perseguição política o julgamento da ação semanas antes do primeiro turno.

“Não sei de quem partiu a ideia de respeitar tal julgamento em um período tão próximo ao dia da eleição. Não posso deixar de pensar em perseguição política. Ali, me questionei por qual motivo me questionaram fora da eleição já que eles [outros candidatos] consideram minha campanha tão pequena. O que sei, na verdade, é que não farei como Roberto Rocha, em 2002. Eu não renunciarei à minha candidatura”, afirmou Maura Jorge.

O julgamento da candidata do PSL deverá voltar à pauta na próxima semana. Ela garante que está confiante na Justiça, que compreenderá que não houve qualquer improbidade administrativa em sua peça publicitária.

“Goelio na Justiça, até mesmo porque será um escrutínio nacional se uma gestora for condenada por um ‘M’, que nada mais significa que os mornos de Lago da Pedra representados em uma peça publicitária, cuja letra faz referência à melhoria da vida do cidadão”, disse.

A candidata disse que esta não é a primeira vez que sofre com perseguição política. Na época do pedido de registro de candidatura, ela acabou sendo impugnada pelo ex-senador de Flávio Dino Odair José.

“Eles dizem que sou tão pequena, mas o governador colocou um lazanja, o Odair José, para impugnar minha candidatura, mas não adiantou porque este fake que eles criaram não foi aceito pela Justiça Eleitoral”, declarou.

Presidência
Maura Jorge ao reafirmar sua candidatura, reafirmou ainda a sua relação com o presidente Jair Bolsonaro (PSL). Segundo ela, o candidato a presidente a escolheu

MAIS
Além de denunciar a perseguição política, a candidata do PSL voltou a criticar seus adversários. Segundo ela, as gestões do passado e a atual levaram o Maranhão a ter mais de 50% da população abaixo da linha da pobreza. As principais críticas foram em torno da Saúde, Educação e Infraestrutura.

“Saúde não é só construção de hospitais, Educação não é só pintar escola. Precisamos de políticas de Estado e não de partido, de grupos. Precisamos de políticas que possam cuidar das pessoas, dos maranhenses”, afirmou a candidata.

para ser sua representante no Maranhão nas eleições de 2018.

“A única condição que ele me apresentou foi de minha candidatura não ter qualquer relação com Flávio Dino ou com a família Sarney. Mas principalmente com os comunistas. E por isso, por esta condição de Bolsonaro na minha candidatura e pelo povo do Maranhão, é que mantenho minha posição de disputar o governo do meu estado e com a certeza de que ganharemos a disputa”, disse Maura.

Fonte: Jornal *O Estado do Maranhão* 2018

O título da matéria é “*Maura Jorge denuncia perseguição em tentativa de tirá-la da disputa*” a fonte está em caixa alta e em negrito na cor preta, dando um destaque visual ao título e como subtítulo temos “*Candidata do PSL ao governo do Maranhão reclama de pressão em julgamento de ação contra ela e diz que adversários passaram a espalhar boatos de sua renúncia, o que foi desmentido com veemência*” logo abaixo do texto tem uma imagem colorida da candidata ao governo do estado em uma mesa, falando ao microfone, ladeada por dois homens. A matéria ocupa a metade da página do jornal e está dividida em doze parágrafos e do lado direito da matéria tem uma caixa de textos com letras pretas e a caixa está com fundo rosa e a palavra “*Mais*” na cor vermelha destacando a fonte e está assinada Carla Lima Subeditora de Política e a imagem fotográfica é de Biné Moraes.

Diante da matéria publicada observamos que há uma situação de perseguição do governo com relação a candidata como está posto no título da matéria e é complementada no subtítulo onde diz “*Candidata do PSL ao governo do Maranhão reclama de pressa em julgamento de ação contra ela e diz que adversários passaram a espalhar boatos de sua renúncia, o que foi desmentido com veemência*” A expressão candidata do PSL, faz referência a Maura Jorge que é filiada ao Partido Social Liberal⁹, é um partido historicamente alinhado ao social-liberalismo, mas liberal atualmente apenas no âmbito econômico, defendendo o conservadorismo nos costumes. O PSL foi fundado pelo empresário pernambucano Luciano Bivar em 30 de outubro de 1994 e tem pouco mais de 350 mil filiados em todo o país. Sobre o termo “*adversários*” ela faz menção aos dois candidatos mais forte que está disputando as eleições com ela o candidato Flávio Dino (PCB) e Roseana Sarney (MDB).

Ao afirmar que sobre boatos espalhados de sua renúncia, o termo “boatos¹⁰” é designado para notícia cuja fonte não é conhecida, geralmente sem fundamento, sendo publicamente divulgada de forma aleatória mais que logo ao se apropriar dessa informação negativa sobre sua candidatura, Maura Jorge tratou logo de desmentir. No início da matéria a candidata diz “*a fake news¹¹ surgiu devido a um julgamento no Tribunal de Justiça de uma ação de improbidade administrativa de 2011 que a acusa de promoção pessoal*”. Esse acontecimento entrou em pauta no pleno do Tribunal de Justiça por uma acusação referente a uma peça publicitária feita na sua primeira gestão na Prefeitura de Lago da Pedra em 2011, e em 2018, a denúncia foi julgada, pela desembargadora Cleonice Freire, que julgou improcedente a ação. O desembargador Jamil Gedeon pediu vistas, suspendendo a análise do processo. Porém, no período próximo as eleições essa discussão volta à tona no sentido de prejudicar a campanha da candidata ao governo do estado. Essa posição política fica claro na fala da candidata “*Não sei de quem partiu a ideia de resgatar tal julgamento em um período tão próximo ao dia da eleição. Não posso deixar de pensar em perseguição política. Aí, me questiona por qual motivo me querem fora da eleição já que eles [outros candidatos] consideram minha campanha tão pequena. O que sei, na verdade, é que não farei como Roberto Rocha, em 2002. Eu não renunciarei à minha candidatura*” essa afirmação vem carregada de sentidos, que se analisada através da análise do discurso, iremos

⁹<https://psl.org.br/>

¹⁰<https://www.dicio.com.br/boato/>

¹¹ Segundo o dicionário Aurélio a palavra fake News é traduzida na língua portuguesa como notícia falsa.

identificar pontos que soma de forma negativa para a candidata como de quem partiu a ideia de resgatar tal julgamento em um período tão próximo ao dia da eleição. Em seu discurso a candidata se questiona e ao mesmo tempo acusa os outros candidatos de denegrir sua imagem divulgando notícias falsas sobre a sua renúncia à disputa ao governo do estado, fato que não se comprova segunda a candidata.

Em outro trecho da matéria a candidata afirma está confiante na justiça em comprovar que não houve qualquer improbidade administrativa em sua peça publicitária. Como observamos em sua fala *“Confio na Justiça, até mesmo porque será um escândalo nacional se uma gestora for condenada por um ‘M’, que nada mais significa que os morros de Lago da Pedra representados em uma peça publicitária, cuja letra faz referência à melhoria da vida do cidadão”* Maura Jorge afirma ainda que não é a primeira vez que sofre com perseguições políticas, no período de pedido de registro da candidatura, ela acabou sendo impugnada pelo ex-secretário do então governador e candidato novamente ao governo, Flávio Dino, como menciona em sua fala *“Eles dizem que sou tão pequena, mas o governador colocou um laranja, o Odair José, para impugnar minha candidatura, mas não adiantou porque este fake que eles criaram não foi aceito pela Justiça Eleitoral”*. Nessa declaração, ao se reportar “eles dizem que sou tão pequena”, novamente eles fazem referência aos candidatos Flávio Dino e Roseana Sarney e o termo “pequena” se referindo ao poder política dela mediante aos dos seus concorrentes. Podemos considerar que Maura Jorge, ao repetir o termo “pequena” em sua fala, usa de ironia ao combater os concorrentes.

Também na matéria a candidata afirma *“A única condição que ele me apresentou foi de minha candidatura não ter qualquer relação com Flávio Dino ou com a família Sarney. Mas principalmente com os comunistas. E por isso, por esta confiança de Bolsonaro na minha candidatura e pelo povo do Maranhão, é que mantenho minha posição de disputar o governo do meu estado e com a certeza de que ganharemos a disputa”*. Nessa fala está implícita a relação da candidata com o candidato a presidência da república, onde nas entrelinhas de seu discurso ela fala da confiança do candidato Jair Bolsonaro em sua candidatura ao governo do estado e é por essa razão, que ela afirma seguir confiante em sua disputa até o fim na certeza da vitória.

Outro trecho da matéria que nos chama a atenção é um destaque com o título “Mais” que diz “Além de denunciar a perseguição política, a candidata do PSL voltou a

criticar seus adversários. Segundo ela, as gestões do passado e a atual levaram o Maranhão a ter mais de 50% da população abaixo da linha da pobreza. As principais críticas foram em torno da Saúde, Educação e Infraestrutura”. “*Saúde não é só construção de hospitais, Educação não é só pintar escola. Precisamos de políticas de Estado e não de partido, de grupos. Precisamos de políticas que possam cuidar das pessoas, dos maranhenses*”, afirmou a candidata. Valendo-se de um discurso inovador, na esteira do candidato a presidência da República, a candidata mostra em dados quantitativos que o Maranhão deixou de se desenvolver na gestão dos dois candidatos que concorrem às eleições com ela e isso fez com que a metade da população do estado se encontrasse atualmente abaixo da linha da pobreza e ainda afirma que o estado precisa de políticas de estados e não de partidos ou grupos que brigam por maior poder político ao invés de olhar e lutar pela qualidade de vida do povo do estado.

A matéria descrita veio como notícia secundária da página de política da edição do jornal fazendo parte de acontecimentos político do estado. O jornal *O Estado do Maranhão*, faz menção à candidatura de Maura Jorge ao governo de maneira desfavorável à candidata ao relatar fatos políticos de acontecimentos em gestão anteriores que refletem de forma negativa sua imagem na disputa pelo governo do estado.

Como instância legitimadora dos eventos políticos pelo poder que a comunicação exerce na vida social, os discursos dos jornais desempenham um papel de agente incentivador das campanhas em períodos eleitorais, no sentido de que são colocados em dialogo os agentes políticos. Os jornais, ao longo de suas matérias, constroem a imagem positiva ou negativa do candidato(a). Definimos os segmentos dessa matéria sobre a candidata Maura Jorge como sendo propaganda negativa a partir do critério de divulgação da notícia de acusação de improbabilidade administrativa, reproduzindo assim, uma propaganda negativa da candidata.

Por propaganda negativa entendemos que é aquela em que o principal objetivo do texto não diz respeito a promover o candidato (a) quando veiculada ou noticiada, mas atacar e denegrir a imagem (pública, moral, pessoal ou política) de uma pessoa. Assim, compreendemos que o objetivo de qualquer matéria negativa noticiada em uma campanha eleitoral é, sem dúvida, atingir determinados políticos em seus possíveis pontos fracos e, com isso, tirar-lhe votos e enfraquecer seu capital político, como posto na matéria analisada.

O jornal como objeto enunciativo-discursivo, por apropriar-se da linguagem e constituir-se como sujeito da ação e interação social, é definido como um articulador de elementos verbais e não-verbais que envolvem a produção de sentido. Um elemento dos elementos não-verbais presente na matéria é a imagem que possuem sentidos, expressando uma relação interdiscursiva, enunciativa e dialógica.

O texto e a imagem na página de abertura do jornal são dois elementos responsáveis para chamar a atenção do leitor para a matéria em destaque, encontrando-se muitas vezes em disputas de espaço e de efeitos de sentidos com outras matérias. Ressaltamos que a imagem tende a ser, na maioria das vezes, capturada pelo olhar do leitor (a) e tende a ser memorizada muitas vezes mais rápida do que a compreensão do texto, mesmo porque o que na maioria das vezes observamos é o leitor (a) abstrair o texto e captura os sentidos que ele apresenta ou sugere. Segundo Pinto (1999, p.33) “o mais comum na cultura midiática contemporânea são os textos mistos, que reúnem texto verbal e imagem, ou texto verbal e sistemas sonoros (ruídos ou sons musicais), ou os três”. Percebemos que esses recursos no campo dos discursos, apresentam uma certa disputa de sentido a partir do espaço que a matéria e o texto se encontram posicionado na primeira página e no interior do jornal.

Observamos nessa análise como o jornal *O Estado do Maranhão* noticia o papel da mulher no estado e na construção das matérias, o jornal mostra a estratégia discursiva das candidatas durante o período eleitoral como manchetes de destaque das eleições de 2018.

A seguir, passaremos para a análise das três matérias do jornal *O Imparcial*, escolhidas de forma aleatória, seguindo o critério mulher ser noticiada no contexto político. Em seguida, fazemos uma análise comparativa das matérias analisadas nesses dois meios de informação de maior circulação do estado.

5.2 Matéria do jornal O Imparcial

O jornal *O Imparcial* faz parte do Grupo dos Diários¹² Associados, associação que reúne veículos de comunicação em todo o Brasil, criado pelo jornalista Assis Chateaubriand. O jornal é um dos mais antigos do Maranhão, fundado em 1926 e tem

¹² Grupo composto por cerca de 50 veículos de comunicação, dentre eles jornais, emissoras de televisão, rádios e portais na internet por todo o país. Informações colhidas em 16/01/2020 <http://www.diariosassociados.com.br/>

circulação em todo o estado. Mesmo com toda tecnologia digital incorporada em sua estrutura jornalística, o jornal não perdeu sua essência e vem se mantendo firme na circulação de seus exemplares na versão impressa no estado.

O jornal *O Imparcial* em sua página inicial traz conteúdos que permeia as colunas de cada editoria que o compõe. Sobre seu layout e as cores do jornal, identificamos no título do jornal o nome na cor branca com o fundo na cor azul com a fonte sempre em caixa alta. Logo acima do título, centralizado, vem o site do jornal. Na parte inferior do título a esquerda, vem o Ano e número da edição, seguido do nome da cidade e abreviação do estado, dia da semana, mês e ano da respectiva edição do jornal. E centralizado, alinhado ao título do jornal, estão os preços dos exemplares na capital e no interior e no lado direito estão os símbolos com os endereços das redes sociais do jornal seguido do telefone para contato. Como observamos na imagem.

Figura 08 – Identificação do Jornal



Fonte: Jornal *O Imparcial* 2018

Inicialmente o jornal é dividido em colunas sempre considerando as matérias de maior destaque seguidas de imagens variando a sua posição a cada exemplar, mas, geralmente, elas se localizam no centro da página trazendo alguma expressão dentro do contexto da matéria. Nas chamadas, seus títulos vêm sempre em preto, e os ícones das editorias variam em cores de acordo como a abordagem. As chamadas são formadas de uma frase, às vezes apresentando imagem. Os destaques quase sempre apresentam imagens e um pequeno texto de abertura, de um parágrafo. As imagens são seguidas de informações que fazem com que o leitor se interesse pela notícia. A linha editorial é voltada para acontecimentos locais, regionais e nacionais que acontecem diariamente. Como podemos observar nas imagens abaixo. **Figura 09** – Edição do Jornal



Fonte: Jornal *O Imparcial* 2018

O jornal é um veículo de mídia impressa e on-line, onde são abordados diferentes conteúdos relacionados de acordo com cada editoria que estão subdivididos, deixando visível a presença de diversas vozes existentes no meio de comunicação da qual ele faz parte. Essas vozes são construídas a partir da intertextualidade e do dialogismo inseridos nos enunciados em destaque, dentre outros fatores que compõem a matérias dos jornais.

O nosso objetivo é identificar os modos como o jornal noticia o papel da mulher na política e, com isso, demonstramos que o campo da política é alvo de produtos midiáticos que, dentre as diferentes possibilidades narrativas, como por exemplo as reportagens, crônicas, matérias e análises, são carregados de situações discursivas que favorece ou não o sujeito que está sendo noticiado, no caso da mulher, são quase sempre noticiadas nos jornais, quando se encontram em situações desfavorável ou de ameaças para outro sujeitos. Sabemos que no campo político a credibilidade é essencial, e devemos encontrar no jornalismo ou na notícia condições ideais para a construção da veracidade dos fatos a partir do olhar sobre a política. Isso porque o jornalismo, pela sua natureza discursiva, já detém a credibilidade junto aos seus receptores, dependendo da maneira que o discurso será construído. O campo político, por sua vez, procura aliar-se ao jornalismo para, deste modo, conquistar a sua credibilidade diante da notícia.

5.2.1 O olhar nas matérias de política do jornal *O Imparcial*

Iniciaremos nossa análise com o nosso olhar voltado para a matéria de 26 de agosto de 2018, como o título “14 anos de experiência”. Esse título se encontra na página inicial do jornal e faz menção aos 14 anos de governo que a candidata Roseana

Sarney esteve à frente da gestão do seu estado. A manchete faz parte de um rol de entrevistas com candidatos(a) ao cargo político no estado que o jornal realizou no período eleitoral de 2018, a manchete vem com uma imagem da candidata Roseana Sarney, seguido de um pequeno resumo do contexto da manchete que na íntegra está localizada na página 3 do referido jornal.

Figura 10 – Manchete do Jornal “ 14 anos de experiência”



Fonte: Jornal *O Imparcial* 2018

A manchete inicial traz uma imagem da candidata de forma espontânea e alegre, associando o título “14 anos de experiência” a todas as gestões que Roseana Sarney esteve à frente do governo do estado. Na entrevista a candidata fala das suas pretensões ao governo do estado caso seja eleita, aborda sobre seus opositores políticos, fala do termo “Oligarquia” em relação as escolhas que o povo faz, dentre outros assuntos como saúde, educação, infraestrutura, programa sociais como observaremos no texto da entrevista.

Sobre a representação da mulher no Maranhão observamos muitos entraves que perpassam as relações de gênero e poder. Na fala da escritora Mary Ferreira (2012), que tem um livro voltado para participação da mulher na política local do estado, ela afirma que “Há um avanço no debate político acerca das práticas e das relações patriarcais nas relações com o poder, entretanto, as mulheres ainda enfrentam desafios difíceis de serem superados a curto e médio prazo, dada a definição de lugares atribuídos às mulheres, ainda vistas como não afeitas à política”. Como podemos observar, poucas

são as mulheres que assumem ou já assumiram posições políticas e que diante do seu capital político sustentam a manutenção da sua imagem política na sociedade.

5.2.2 Primeira Matéria

A matéria que se encontra na página 3 de política traz como título “*Falta um olhar para o povo com carinho*” frase da candidata que faz uma crítica aos outros governos que em seu discurso, sugerindo que esses não tiveram um olhar de carinho ao povo, como ela diz ter tido quando foi governadora e isso está explícito na frase “*implantando uma mentalidade nova, centrada no planejamento estratégico, levando o governo para o interior, criando as gerencias regionais, realizando obras em todo o Estado*”. Em seu discurso, fica claro a sugestão da candidata em fazer mais pelo povo do estado, reafirmando no subtítulo da matéria “*A ex-governadora considera um insulto ao eleitor chamar de oligarquia as escolhas que ele fez no Maranhão. Promete uma revolução no setor de saúde, educação e infraestrutura*”.

Figura 11 – Matéria do Jornal “Falta olhar para o povo com carinho”

O IMPARCIAL **POLITICA** Res

São Luís, domingo, 26 de agosto de 2018

Entrevista// ROSEANA SARNEY

“Falta olhar para o povo com carinho”

A ex-governadora considera um insulto ao eleitor chamar de oligarquia as escolhas que ele fez no Maranhão. Promete uma revolução no setor de saúde, educação e infraestrutura

RAIMUNDO BORGES, DIRETOR DE REDAÇÃO

Em entrevista exclusiva a **O Imparcial**, a candidata do MDB e ex-governadora Roseana Sarney lembra de seu segundo mandato em 1995 quando diz que “implantando uma mentalidade nova, centrada no planejamento estratégico, levando o governo para o interior, criando as gerencias regionais, realizando obras em todo o Estado”. Ela não diz se vai repetir as gerências. Porém, faz um balanço das ações que marcaram seus 14 anos à frente do Palácio dos Leões, no qual destaca a geração de empregos, “revolução na área de saúde e educação”, a partir de 2009. Foi quando voltou ao poder pela cassação de Jackson Lago.

O Imparcial - A senhora foi governadora do Maranhão em quatro mandatos, o que a faz querer disputar mais uma eleição?

Roseana Sarney - Estamos passando momentos muito difíceis, com crise econômica aguda, muito desemprego, caos na saúde, problemas graves na educação, um descaso muito grande com as pessoas mais pobres, que sofrem com a interrupção de programas como o Viva Luz, o Viva Água e o programa do leite. Vou citar um número

O que a senhora não conseguiu fazer nos anos em que governou o Maranhão e que fará, caso seja eleita?

Cada tempo tem suas necessidades. E todas elas estão limitadas à capacidade financeira do tesouro estadual. O povo maranhense conhece o meu jeito de governar – responsabilidade fiscal, planejamento, eficiência e honestidade. Vamos cumprir fielmente as prioridades que estamos anunciando nesta campanha, dar ao Maranhão o protagonismo nacional que ele perdeu.

O que falta para arrancar o Maranhão da condição de estado com os piores indicadores de pobreza do Brasil?

Estamos passando momentos muito difíceis, com crise econômica aguda, muito desemprego, caos na saúde, problemas graves na educação, um descaso muito grande com as pessoas mais pobres, que sofrem com a interrupção de programas como o Viva Luz, o Viva Água

Fonte: Jornal *O Imparcial* 2018

Segundo Carmagnani (1996) o recurso a título e subtítulo deve pontua a notícia. Não só as palavras, mas também a imagem que está presente na organização da notícia, e a combinação desses recursos complementa o conteúdo a ser noticiado. Já a manchete representa o grau de importância que o jornal dá à notícia no sentido de atender às expectativas dos leitores(a), determinando dessa forma, a possibilidade de tornar o conteúdo noticiado “verdadeiro”. Assim, o título, o subtítulo e a manchete, constitui dispositivo de enunciação do jornal com uma certa autonomia, pois mostra a notícia de forma curta, mais com uma gama de amplitude de sentidos, dado o poder de sintetizar as informações e ao mesmo tempo, de dar publicidade a ela em seu vasto campo de informação e interação com o leitor(a).

Nessa entrevista com a candidata ao governo do Maranhão nas eleições de 2018, o jornal faz uma retrospectiva em suas gestões passadas, quando assumiu o governo por quatro mandatos. Na entrevista, o jornalista faz uma pergunta relacionada ao subtítulo e que remete diretamente ao papel da mulher campo político, ainda considerado um campo de atuação masculino. Quando foi questionada sobre: **A senhora se considera representante da oligarquia Sarney?** A candidata Roseana Sarney se posiciona da seguinte maneira: *Mais uma vez: acho um insulto ao eleitor tratar dessa forma as escolhas que eles fazem. Fiz o meu caminho com luta e trabalho. Agora, por ser mulher, há quem me discrimine e tente me rotular como subproduto. Entrei na política em 1990. Fui deputada federal, senadora, governadora, sempre por vontade do povo. Acho que devemos respeitar a vontade do cidadão, que escolhe os seus governantes com absoluta liberdade.* Nessa fala a candidata sugere que a vontade do povo é soberana e que, sendo mulher, foi escolhida pelos eleitores e isso não faz dela um subproduto de disputa que não tem referência própria. Ao afirmar que construiu sua carreira política com luta e trabalho o que a fez construir um nome e uma marca no seu estado, a candidata potencializa, positivamente, seu discurso como candidata.

Observamos que durante toda a entrevista o jornalista coloca os questionamentos a candidata, levantando pontos críticos, de maneira indireta à suas gestões anteriores reforçando quando menciona a frase “*se eleita*”, deixando subtendido o futuro incerto da candidata. Na entrevista também é feita menção ao seu mais forte concorrente e atual governador, Flávio Dino, porém a candidata se posiciona de forma a apresentar apenas suas propostas, esquivando-se ao tema proposto pelo jornalista.

A entrevista está estruturada em doze perguntas e todas elas respondidas conforme abordagem ou ações realizadas em suas gestões anteriores. A matéria descrita foi destaque na página de política do jornal por fazer parte da cobertura das eleições de 2018 e está assinada por Raimundo Borges, diretor de redação da coluna de política do jornal.

A próxima análise é sobre a representação da candidata ao senado Eliziane Gama em entrevista ao jornal *O imparcial*.

5.2.3 Segunda Matéria

A segunda matéria analisada traz como referência a candidata ao senado Eliziane Gama, do *Partido Popular Socialista* (PPS), que participou da coluna de entrevista do campo de política do jornal *O imparcial* realizado em 10 de agosto de 2018 e foi destaque de capa do jornal com o título “*No centro da ideologia*” A manchete ocupa quase que a metade da frente do jornal e traz uma imagem da candidata de forma espontânea como se estivesse proferindo algo. E como subtítulo da matéria o texto “*Eu não vejo a questão a partir da direita ou da esquerda. Eu vejo a política a partir do que é certo e do que é errado*” esse texto faz menção ao título de abertura em razão das ideologias políticas de outros candidatos que observaremos no decorrer da entrevista.

E como resumo da matéria o jornalista faz uma breve apresentação da candidata utilizando dos seguintes argumentos “*Depois de ser deputada estadual durante dois mandatos, destacando-se com trabalhos como a CPI da Petrobras e no Conselho de Ética, sendo considerada uma das deputadas mais influentes, segundo o Congresso em Foco, agora Eliziane quer chegar até o Senado Federal para que, segundo ela, o Maranhão possa crescer e se desenvolver. Em entrevista a **O Imparcial**, a única candidata mulher falou sobre seu projeto de um estado mais forte, lembrou o processo de impeachment e comentou sobre aborto. POLÍTICA 3*”. No texto de apresentação o sujeito se refere a “única candidata mulher” por ser a única a concorrer às eleições para cargo de Senadora do estado, como observaremos na entrevista.

Figura 12 – Manchete do Jornal “No centro da ideologia”



Fonte: Jornal *O Imparcial* 2018

A entrevista com a candidata ao senado Eliziane Gama, está estruturada em dezoito perguntas das mais diversas áreas sociais em especial do campo político e de suas pretensões ao cargo de senadora para representar o Maranhão no Senado Federal. A imagem da candidata está localizada na parte superior da entrevista e é a mesma imagem que está posta na primeira página do jornal.

Como é possível identificar os modos de dizer do jornal, o trabalho com a imagem é necessário, para entendermos como ela é constituída nos discursos dos jornais ou como ela é utilizada para assegurar os discursos produzidos nos textos verbais. O jornal como uma mídia impressa e on-line compõe a chamada de notícia apresentando elementos como a imagem que constitui plano discursivo diferente de outros elementos da matéria.

A entrevista na página 3 do jornal tem como título “*Influente da Câmara*”, a frase mostra a influência que a candidata tem na Câmara Federal como afirma o Congresso em foco¹³ e como subtítulo da entrevista “*Candidata ao Senado pela chapa de Flávio Dino, Eliziane Gama falou sobre seu projeto de um estado mais forte, aborto e lembrou o processo de impeachment sobre o qual votou a favor*”. Nesse enunciado o sujeito coloca algumas características da candidata e sua pretensão ao senado.

Nesse contexto, a análise de discurso não trata de análise de frases, mas de elementos que enunciativamente, pertence a uma prática social e no nosso caso de

¹³ Site jornalístico que faz cobertura apartidária do Congresso Nacional e dos principais fatos políticos de Brasília.

análise, uma prática política. Nessa perspectiva, a contextualização do discurso vem indicar qual é a posição do locutor acerca do que se fala. Ou seja, os discursos são regidos por normas e se apresenta em um interdiscurso, onde cada discurso adquire significados ao ser confrontado com outros. Os discursos são relacionados e desenvolve uma interação na prática social quando envolve o Eu/Tu, onde se estabelecer um fato social, histórico ou política envolvendo o contexto discursivo presente na entrevista.

Em muitos momentos dessa entrevista notamos que a candidata utiliza o termo “Eu” para dizer dos seus desejos de melhorias para o estado, junto a parceria do candidato ao governo na qual ela é aliada e, se eleita, terá como direcionar ações para fazer com que o povo do Maranhão seja beneficiados com recursos federais e, com isso, o estado possa se desenvolver. Ainda na entrevista, a candidata faz crítica aos senadores que estão no poder, mais que não trabalham em parceria com o governo do estado o que prejudica o desenvolvimento de melhorias em toda a estrutura estadual.

A candidata também aborda a questão de ser mulher e está buscando ocupar um cargo que ela concorre com outros candidatos do sexo masculino e fala que a questão ideológica que permeia esse campo é muito forte e afirma *“Eu não vejo a questão a partir da direita ou da esquerda. Eu vejo a política a partir do que é certo e do que é errado. Do que é corrupção e do que não é corrupção. Nós temos corrupção em ambos os lados e isso é uma realidade. Eu não apoio Flávio Dino porque ele é do PCdoB ou porque ele é de um campo ideológico”*. Com tal afirmativa, a candidata expressa as razões pelas quais ela está nesse campo e acredita na política a partir de suas perspectivas e ideologias construídas ao longo de sua experiência política.

Para a construção do discurso político existem diversos lugares onde se produz o pensamento político, de modo que, quando elaborado esse pensamento, levamos em consideração a maneira como as pessoas interagem e constroem as imagens dos participantes do discurso. Nesse caso, na entrevista a construção da imagem da candidata ao senado, assim podemos observar o ato de comunicação, considerando à cena de comunicação política, Charaudeau (2006), destaca que o principal objetivo deste tipo de discurso é a adesão dos interlocutores à sua causa, dando destaque aos mecanismos argumentativos e procedimentos retóricos utilizados.

Figura 13 – Matéria do Jornal “Influente da Câmara”

O IMPARCIAL **POLÍTICA** Responsável: Mivan Gedeon E-mail: gedec33@gmail.com 3
São Luís, segunda-feira, 10 de agosto de 2018

Entrevista// ELIZIANE GAMA

Influente da Câmara

Candidata ao Senado pela chapa de Flávio Dino, Eliziane Gama falou sobre seu projeto de um estado mais forte, aborto e lembrou o processo de impeachment sobre o qual votou a favor

Saulo Marino

A deputada federal Eliziane Gama (PPS) se lança ao Senado na chapa de Flávio Dino com o argumento de trazer recursos para o estado do Maranhão. Em entrevista exclusiva ao jornal *O Imparcial*, a única candidata mulher falou sobre seu projeto de um estado mais forte, lembrou o processo de impeachment e falou sobre aborto.

Depois de ser deputada estadual durante dois mandatos, ter tentado a Prefeitura de São Luís sem sucesso, mas ter se destacado na Câmara Federal, com trabalhos como a CPI da Petrópolis e no Conselho de Ética, e também sido considerada uma das deputadas mais influentes da Câmara Federal, segundo o Congresso em Foco, agora Eliziane quer chegar até o Senado Federal para que, segundo ela, o Maranhão possa crescer e se desenvolver.

O IMPARCIAL - O que a senhora tem para oferecer de novidade como senadora?
ELIZIANE GAMA - Primeiramente, eu acho que o processo político não deve ser um espaço de perpetuação do poder. Eu acho que você dá sua contribuição no cargo que você exerce, e você deixa espaço para que outros possam contribuir. Eu tomei uma decisão de

HOJORO MOREIRA



Nós unimos 16 partidos, das mais diferentes correntes ideológicas, para trabalhar em prol do progresso e da ação continuada de crescimento e desenvolvimento do Maranhão"

cem, seja legal ou não. "Mulheres ricas abortam, mulheres pobres morrem". O que a senhora acha desse argumento?

Eu vejo que a saúde tem que ser prioritariamente para o pobre. O rico tem acesso ao plano de saúde, ele tem como resolver sua vida através de um hospital de qualidade, a mulher pobre não tem. Aí não é uma questão de legalizar ou não, é de ter acesso a uma saúde de qualidade. Infelizmente, há uma desigualdade precisa diminuir, e com essa diminuição teremos saúde para todos. A questão não é legalizar para diminuir mortes. O

E como seria sua atuação no Senado, caso a oposição vença as eleições para governador?

Primeiro que isso não vai acontecer. Flávio Dino vai ser reeleito no primeiro turno. Então, eu nem penso nessa possibilidade de oposição. Agora, minha atuação vai ser em qualquer cenário, atuação em defesa do Maranhão. Eu nunca trabalhei por conveniência.

Uma vez a senhora disse que tinha o sonho de ser prefeita de São Luís. Caso eleta senadora, esse sonho continua?

Eu amo São Luís e vejo que, como senadora, posso fazer muito por nossa cidade. Eu me candidatei duas vezes para a prefeitura e o povo não me quis prefeita. Não sei, honestamente, se ainda vou con-

Hoje sou candidata ao Senado, na chapa do governador, porque acho que tenho condição de contribuir para o nosso estado sendo parceira do Flávio Dino na busca por mais recursos. Estamos vivendo um momento econômico difícil no Brasil,

Fonte: Jornal *O Imparcial* 2018

Além dessas abordagens já mencionadas, outros assuntos também fizeram parte da entrevista como, direito das mulheres, aborto, problemas sociais do estado e do país, dentre outros de grande relevância.

A matéria descrita foi destaque na página 3 de política do jornal, fazendo parte da cobertura das eleições de 2018, mostrando um interesse social em apresentar aos seus leitores as propostas da candidata ao senado, mostrando a trajetória política de Eliziane Gama no estado e contribuindo para que sua imagem possa ser associada aos feitos de suas ações na política. Não percebemos nos questionamentos à candidata ao senado nenhuma intenção crítica do entrevistador. A entrevista foi palco para que Eliziane Gama expusesse sua plataforma política. A entrevista está assinada por Saulo Marino e o responsável pela estruturação da matéria é Mivan Gedeon.

Nossa próxima análise iremos abordar a representação da candidata Maura Jorge ao governo do estado através de sua entrevista ao jornal *O Imparcial*.

5.2.4 Terceira matéria

A candidata Maura Jorge foi a primeira candidata sorteada a participar da série de entrevistas no “Live¹⁴ com Candidatos” promovido pelo **Grupo O Imparcial** e a Rádio Jovem Pan News, realizada durante o período eleitoral de 2018, no dia 18 de agosto do mesmo ano, a referida candidata já ocupava a primeira página do jornal como destaque de capa. A candidata aparece na imagem ladeada por dois homens que acreditamos ser os entrevistadores. No título da manchete a candidata diz “*crê em Bolsonaro como impulso para sua campanha*”. Observamos que diferente das outras manchetes apresentadas, nessa o destaque de capa se encontra acima do nome do jornal, talvez seja uma estratégia utilizada pelo jornal para chamar a atenção do leitor para esse período de entrevista. A matéria na íntegra só foi publicada na edição do dia 19 de agosto de 2018 na qual iremos analisar.

Figura 14 – Manchete do Jornal “Maura Jorge crê em Bolsonaro como impulso para sua campanha”



Fonte: Jornal *O Imparcial* 2018

A terceira matéria analisada é sobre a candidata ao governo do estado Maura Jorge, do PSL. Na primeira página do jornal que circulou no dia 19 de agosto de 2018, a manchete em destaque é sobre a entrevista que Maura Jorge concebeu ao Jornal O Imparcial na cobertura das eleições de 2018. A manchete tem como título “*A candidata do Bolsonaro*” o título em destaque associa a imagem da candidata ao do candidato à

¹⁴ Programa gravado ao vivo com os candidatos que estão concorrendo as eleições de 2018 no Maranhão.

presidência do país Jair Bolsonaro. No centro da manchete aparece uma imagem de Maura Jorge segurando a mão do candidato a presidente, deixando subentendido na imagem uma relação de apoio entre os dois, assim como está posto no título da matéria. Abaixo do título tem um pequeno resumo sobre a abordagem da entrevista e do lado direito da imagem uma fala da candidata que diz “*Quero dizer que o Maranhão, para se desenvolver, necessita de muito mais do que a mera alternância de mandatários. É necessário que o modo de governar seja novo*”. Esse discurso é uma forma crítica da candidata falar dos outros candidatos que estão concorrendo com ela ao governo e que já estiveram no poder por mais de uma vez. E deixa subentendido que esse novo modo de governar é oportunidade para aqueles que não chegaram no poder ainda, terem a chance de mostrar seus projetos e proposta para o estado.

A candidata se valeu do discurso velho contra o novo, apostando no olhar mais crítico do leitor.

Figura 15 – Manchete do Jornal “**Entrevista// Maura Jorge A candidata de Bolsonaro**”



Fonte: Jornal *O Imparcial* 2018

Observamos que tanto na manchete do dia 18 como a do dia 19 de agosto o jornal traz a imagem da candidata associada a imagem do candidato à presidente. Nesse contexto podemos abordar que, na relação de gênero, a mídia pode exercer a função de contribuir na formação dos sujeitos sociais, evidenciando seu papel de transmitir informações ao noticiar a representação da mulher na política, deixando claro a percepção que as diferenças de gênero, direcionadas para a maneira como elas são socialmente construídas, fazem parte dos interesses e processos sociais que representam a dominação e exclusão, ou seja, esses interesses são mecanismos presentes nas relações de poder que permeiam o conjunto das relações sociais. Nesse caso a imagem divulgada

da candidata, mostra o interesse dela em fortalecer sua candidatura associando sua imagem à popularidade do então candidato à presidência, Jair Bolsonaro.

A imagem da matéria na página 3 é a mesma imagem que vem na capa do jornal, ela está centralizada abaixo do título da matéria “A candidata de Bolsonaro” e do subtítulo “Candidata ao governo do Maranhão pelo PSL, Maura Jorge fala de renovação política, apoio de Bolsonaro, regras eleitorais, eleições e, claro, seu programa de governo”. A entrevista está estruturada com 11(onze) perguntas onde a candidata responde sobre seu plano de governo, o apoio do candidato à presidência Jair Bolsonaro em sua candidatura, e faz severas críticas em relação aos governos anteriores no estado.

Figura 16– Matéria do Jornal “A candidata de Bolsonaro”

O IMPARCIAL POLITICA
São Luís, domingo, 19 de agosto de 2018

Entrevista// MAURA JORGE

A candidata de Bolsonaro

Candidata ao governo do Maranhão pelo PSL, Maura Jorge fala de renovação política, apoio de Bolsonaro, regras eleitorais, eleições e, claro, seu programa de governo

RAMUNDO BORGES
DIRETOR DE REDAÇÃO

O que faz a senhora se dispor a concorrer ao governo do Maranhão numa das eleições mais complexas de sua história contemporânea?

O desejo de ver uma renovação de verdade no cenário político maranhense. Quando falo em renovação de verdade, quero dizer que o Maranhão, para se desenvolver, necessita de muito mais do que a mera alternância de mandatos. É necessário que o modo de governar seja novo. De 2010 para cá, para citar somente as últimas eleições, o que vimos foi apenas a com a passar de uma cabeça para a outra. Nada mudou. O Maranhão continua sendo o estado mais pobre da federação, como mostra o IBGE. O nosso povo continua passando fome e morrendo na porta dos hospitais.

A campanha eleitoral deste ano vai ser uma das mais complicadas que já tivemos em nossa história.

escolas, esporte, lazer e cultura. Estabelecer uma nova programação pactual integrada (2018) - reestruturação e qualifica

O presidente Jair Bolsonaro já deu provas mais do que suficientes de que pretende fazer um governo para todos, inclusive, sem distinção de credo, ideologia, raça ou orientação sexual. Acontece que, para a oposição, é interessante que haja essa percepção distorcida dele

de tão pouca estrutura e representatividade no Maranhão? Com a força do povo, que é soberano. Claro que uma coligação recheada de partidos, como a do governador, dá mais segurança a qualquer candidatura. Mas também a compromete. Caso seja reeleito, Flávio Dino terá que prestar conta com cada um dos partidos que o elegem. Isso se reflete em nomeações e em uma série de vantagens que são concedidas a terceiros sem se levar em conta o que é melhor para a população. Com certeza é difícil ter um govern

Fonte: Jornal *O Imparcial* 2018

Um ponto que nos chama bastante atenção na entrevista é a imparcialidade do entrevistador. Percebemos que a produção da informação feita por ele constitui a representação da realidade que segue interesses e objetivos de atores internos e externos do espaço jornalístico e que vão influenciar diretamente na construção do sentido. Assim, entendemos que o discurso é a linguagem utilizada como a representação da prática social e traz pontos de vistas particulares, elaborados por

intermédio de uma construção arquitetada pelo produtor do texto (FAIRCLOUGH, 1995). Nesse sentido, essa construção arquitetada no contexto da entrevista irá fazer o leitor(a) construir os sentidos produzidos de acordo com as subjetividades vista por ele.

A matéria descrita fez parte da cobertura política das eleições de 2018 no estado e foi realizada e organizada pelo jornal supracitado.

5.3 Comparando os jornais

As ideologias construídas nos discursos dos jornais sobre os modos como esses jornais noticiam a representação da mulher na política são naturalizadas e automatizadas pelos (e)leitores que acompanham as discussões sobre política no estado e como esses jornais mostram a representação da mulher na política em suas colunas de política. Qualquer (e)leitor é capaz de apontar que os modos de determinado jornal são alinhados e sobre quais interesses defendem. A conjuntura política atual define os rumos da enunciação proferida pelos dois jornais.

As origens e as motivações imediatas da mudança no evento discursivo repousam na problematização das convenções para os produtores ou intérpretes (...) Tais contradições, dilemas e entendimentos subjetivos dos problemas em situações concretas têm suas condições sociais em contradições e lutas estruturais nos níveis institucional e societário (FAIRCLOUGH, 2001, p. 127).

A verdade e a realidade construídas nas páginas de política dos jornais analisados são condicionadas pelos interesses e ideologias aos quais servem essas instituições.

O período de campanhas eleitorais torna mais expressivo o jogo de interesses e de poder que se projeta no discurso dos jornais maranhenses sobre a mulher e sua representação política. A divulgação da candidatura de Roseana Sarney e Maura Jorge para o governo do estado e de Eliziane Gama ao senado foram manchetes de capa dos jornais entre os períodos de julho a outubro de 2018, onde eram noticiadas matérias que retratavam questões políticas e sociais das candidatas e suas lutas pela hegemonia política no estado.

As notícias produzidas por esses corpos sobre a representação da mulher na política aconteceram no contexto político-social. Conhecer as práticas sociais que coincidem com a elaboração da notícia é fundamental para que possamos entender as

estratégias discursivas adotadas pelos jornais. No corpo dos textos podemos encontrar pistas da ordem do discurso que ajudam a compreendê-los. Nesta etapa, procuramos evidenciar de que forma a situação em que ocorre o discurso jornalístico é constituído de efeitos de sentido sobre a representação política das candidatas.

5.4 As pistas dos jornais O Estado e de O Imparcial

As matérias e entrevistas que analisamos de acordo com a teoria social do discurso são “um conjunto de traços do processo de produção, ou um conjunto de pistas para o processo de interpretação” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 109). Ela compreendem o contexto cenográfico onde o jornalismo (cena englobante) político (cena secundária) do Maranhão organiza seus discursos para disputar a supremacia de sentidos produzidos sobre a representação da mulher no campo político do estado.

A comparação das matérias buscou pontos divergentes e convergentes acerca da atuação do discurso jornalístico e suas estratégias ao noticiar a representação das candidatas ao governo do estado e ao senado federal. Para Fairclough (2001) “As pessoas fazem escolhas sobre o modelo e a estrutura de suas orações que resultam em escolhas sobre os significados (e a construção) de identidades sociais e relações sociais e conhecimento e crença”. Como mencionamos anteriormente, o nosso *corpus* se constitui de matérias veiculadas nos jornais *O Estado do Maranhão* e *O Imparcial* no período de *julho a outubro de 2018*, sempre que a mulher fosse noticiada com relação ao seu papel e atuação política, nas versões impressa e *on-line*. As estratégias dos jornais sobre a ótica da análise de discurso, assumem diversas noções, de acordo com a categoria de pesquisa, resumida por Maingueneau (2000) que considera que “as palavras entram em estratégias sociais (e) são índices e as armas de estratégias ou individualização”. Podemos dizer, também, que as estratégias fazem parte das estruturas de construção da produção do discurso jornalístico.

As páginas iniciais dos jornais possuem estruturas bem parecidas em relação ao Layout de cada um, como o nome do jornal localizado na parte superior, centralizado em fonte caixa alta, sendo que o jornal *O Estado do Maranhão* possui o nome na cor azul com o pano de fundo na cor branca e *O Imparcial* o nome branco com o pano de fundo na cor azul. Eles possuem as mesmas estruturas com relação ao destacar as matérias ou manchete de maior relevância das edições que circulam diariamente na capital e no interior. As manchetes são sempre seguidas de imagens que junto ao texto,

transmitem sentidos que fazem com que o leitor se interesse pela notícia localizada no interior do jornal.

Na matéria publicada na edição do dia 01 de outubro de 2018 em *O Estado do Maranhão*, com o título Roseana Sarney quer “recuperar o tempo perdido” no Maranhão, percebemos que o jornal escolhe estruturas lexicais centradas na estratégia de (des)legitimação do discurso/posição da candidata ao atual governador e forte concorrente dela nas eleições. São utilizados termos com traços avaliativos intensos: “Recuperar o tempo perdido”. “As estratégias de legitimação visam a determinar a posição de autoridade que permite ao sujeito tomar a palavra” (MAINGUENEAU, 2000, p. 295). Nesse caso, a estratégia é deslegitimar a imagem do seu concorrente. Na matéria, o enunciador rompe com o contrato genérico da referencialidade. Não há entrevistas, citações; aspectos que garantem um efeito de real e remetem à objetividade do texto jornalístico. O jornal *O Estado do Maranhão* descarta qualquer possibilidade de o candidato da oposição ter espaço de fala em sua coluna política, como se este não possuísse autoridade para tal. A estrutura do texto remonta mais um texto de opinião do que notícia.

O Imparcial do dia 23 de agosto, por sua vez, apresenta uma abordagem mais referenciada sobre os 14 anos de experiência da Roseana Sarney à frente do governo do estado. Mas na entrevista apresenta divergências em termos de objetividade com relação as suas propostas de governo se eleita nas próximas eleições e sua atuação em gestões anteriores à frente do governo do estado. A matéria deste jornal é igualmente tendenciosa à do anterior. A escolha das fontes e a seleção das citações são feitas de acordo com a subjetividade do jornalista e dos contextos situacionais e institucionais.

Na matéria publicada na edição do dia 20 de setembro de 2018 no jornal *O Estado do Maranhão*, a abordagem é sobre a candidata ao Senado Eliziane Gama, o título da matéria “*Marido de Eliziane Gama é suspeito de falsidade ideológica*”, soa negativamente para a imagem da candidata que busca concorrer à uma vaga ao senado federal. O jornal constrói uma representação negativa da candidata levando a descaracterização da sua imagem e da sua postura junto aos seus (e)leitores. Essa estratégia utilizada pela instituição é uma forma de desfavorecer o nome da candidata nesse contexto político.

Já na matéria do jornal *O Imparcial* publicado na edição de 20 de setembro do mesmo ano, tinha como título “Influente da Câmara” reportando-se à candidata Eliziane

Gama. É possível comparar a edição do mesmo dia do jornal *O Estado do Maranhão*, que trata do mesmo assunto, que a representação da candidata estava ligada a uma questão de falsidade ideológica de seu marido, e que respingava negativamente nela enquanto mulher, pela associação cultural da mulher em relação ao esposo, por ser uma pessoa pública e querer ser representante do povo no senado e ter seu nome relacionado a uma manchete de jornal.

Já o jornal *O imparcial* vem trazendo uma matéria em que fala das qualidades e das conquistas de Eliziane Gama, como podemos observar nesse trecho “*Depois de ser deputada estadual durante dois mandatos, ter tentado a Prefeitura de São Luís sem sucesso, mas ter se destacado na Câmara Federal, com trabalhos como a CPI da Petrobras e no Conselho de Ética, e também sido considerada uma das deputadas mais influentes da Câmara Federal*”. O discurso sobre a representação da candidata e de seus trabalhos na política são destacados com bastante ênfase pela instituição jornalística na qual ela foi entrevistada.

Ambos os jornais recorrem a vozes autorizadas para dar credibilidade às suas posições político editoriais. “No jornalismo o jogo da credibilidade se joga sobre o sucesso da referencialidade suposta” (GOMES, 2000, p. 30). A credibilidade é a segunda etapa das estratégias discursivas. “É a noção que define o caráter de veracidade de propósitos de uma pessoa (“o que ele diz é verdadeiro”) ou de uma situação (“essa situação não é confiável”). (MAINGUENEAU, 2000, p. 143).

A edição do jornal *O Estado do Maranhão*, publicado no dia 25 de setembro de 2018, traz uma matéria sobre a candidata ao governo do estado Maura Jorge com o título “Maura Jorge denuncia perseguição em tentativa de tirá-la da disputa” em que o jornal abre espaço para a candidata esclarecer boatos contra ela e contra sua candidatura. O jornal não favorece e nem desfavorece a imagem da candidata. A estratégia utilizada aqui pela instituição jornalística foi apenas noticiar o fato.

Na matéria publicada no dia 19 de agosto do jornal *O Imparcial* a representação de Maura Jorge vem com o título da manchete “A candidata do Bolsonaro”. Aqui observamos que o jornal associa a imagem da candidata a de um representante político do sexo masculino, o que fica evidente que o capital político dela é inferior ou seja, a frase deixa subentendido que o nome do candidato à presidência associado ao nome da candidata, pode fazer com que ele se mantenha em uma posição dominante, mesmo

sendo sub representada. Nesse caso fica claro que o jornal noticia a mulher na matéria em segundo plano quando comparada à imagem masculina.

Considerando nesse caso, o auxílio dos meios de comunicação no auxílio da construção ou desconstrução de uma imagem, o jornal é uma fonte de informação que circula notícias diariamente.

A produção da notícia se dá na relação entre jornalistas, fontes e leitores. O terceiro espaço de realização das estratégias de discurso é o da captação. Por ela, o enunciador visa a “seduzir ou persuadir o parceiro da troca comunicativa” (MAINGUENEAU, 2000, p. 93). Os (e)leitores são levados a partilhar valores e emoções sugeridos pela enunciação.

O jornal *O Estado do Maranhão* intenciona a construção de um sentido negativo sobre as outras candidatas em suas páginas de políticas, favorecendo apenas a imagem positiva da candidata Roseana Sarney nesse período eleitoral.

Já o jornal *O Imparcial* reconstrói positivamente a imagem política da candidata Eliziane Gama em suas páginas ao noticiar seus feitos político no estado.

Na disputa pela supremacia de sentidos os jornais instauram uma relação contraditória sobre os modos como a representação da mulher é vista por eles.

CONSIDERAÇÕES

Ao propormos esse estudo, inicialmente nossa intenção não era identificar a posição partidária, mas sim compreender os modos como os jornais *O Imparcial* e *O Estado do Maranhão* constroem, discursivamente, a imagem da mulher na política no estado do Maranhão. Um olhar sobre as manchetes, os títulos, subtítulos e as imagens da página inicial dos jornais nos permitiram abstrair algumas observações acerca dos discursos produzidos sobre o papel da mulher na política e, mais profundamente, ao analisarmos os discursos das matérias no interior do jornal na coluna de política durante a realização da pesquisa.

Baseando-nos em análise de matérias dos jornais supracitados, foram levantadas, inicialmente, as hipóteses de que esses jornais favorecem os discursos masculinos em detrimento dos discursos femininos; que as matérias jornalísticas sobre política ainda tratam a representação feminina como manutenção de sub-representações, concedendo à mulher espaços politicamente relegados a segundo plano, conseqüentemente concedendo à mulher condições de menor prestígio político e que os jornais e suas coberturas políticas são coparticipantes no processo de manutenção da representação feminina subalterna ao longo do tempo.

Essas hipóteses se concretizam em partes, pois a partir da catalogação das matérias, entre os meses de julho a outubro de 2018, percebemos que um dos veículos jornalísticos favorece o discurso feminino de acordo com interesses próprios dessa instituição.

Sobre a sub-representação da mulher foi possível observar que, em um dos jornais analisado, elas ainda ocupam espaço relegado a segundo plano e, ainda, identificamos que os jornais são, sim, coparticipantes no processo de manutenção da representação feminina ao longo dos anos.

Como era objetivo analisar o perfil de candidatas que representassem o campo político do estado, o *corpus* escolhido foi delimitado às colunas políticas dos jornais *O Imparcial* e *O Estado do Maranhão*. A princípio, deduzimos que essas mulheres candidatas teriam suas atuações retratadas somente no campo político, não considerando gênero ou, ainda, o âmbito privado/pessoal de suas vidas. Percebemos, entretanto, que, embora em menor grau, há referências ao discurso de gênero nas matérias analisadas, estando esse em disputa com outros discursos na apresentação do texto.

Acreditamos que os jornais reforcem o sentido de informantes vigilante em seus discursos, mas também mostram, direta ou indiretamente, interesses particulares ao reforçar a imagem positiva de alguns candidatos e desfavorecer outras imagens no contexto político, dando ao leitor, dessa maneira, não somente a visibilidade sobre o cenário político, mas também, à representação da mulher nesse campo.

Realizada a seleção do corpus, foi feita a leitura e sistematização das matérias, onde foi identificada a existência de enunciados sobre a representação das mulheres no campo político como objeto de análise, a partir de um caráter ideológico sobre sua representação política e social. Diante dos elementos postos, passa-se à análise discursiva como foco no objetivo geral, que é compreender os modos como os jornais *O Imparcial* e *O Estado do Maranhão* constroem discursivamente a imagem da mulher na política no Estado do Maranhão. Nesse sentido, almejando o cumprimento dos objetivos específicos propostos inicialmente, buscamos traçar um percurso analítico que permita, a partir da análise discursiva das matérias de jornais, identificar alguns resultados.

A representação jornalística da mulher no cenário político maranhense, observada no desenvolvimento da pesquisa, não nos permite afirmar que se trata de uma produção jornalística apartidária, mas que outros fatores de interesse dos jornais, bem como de posições jornalísticas individualizadas, ou mesmo posições das próprias mulheres ali representadas, se constituem em estratégias do sujeito político, adequando suas ações/discursos para o interesse da mídia anunciante.

Uma característica do discurso do jornal é apresentar-se com predominância persuasiva e argumentativa, caracterizando-se como heterogêneo. Nesse sentido, observamos que a representação da mulher no campo político nas páginas dos jornais *O Imparcial* e *O Estado do Maranhão* envolve questões de sentido e de enunciadores, uma vez que aqueles são transitivos e se modificam de acordo com a circunstância enunciativo-discursivo. No decorrer da análise, em alguns momentos, percebemos que, enquanto um jornal direcionava seu discurso para determinado sentido ou efeito de sentido, o outro se posicionava de maneira contrária, ainda que enunciassem, algumas vezes, subentendidos semelhantes.

Nas análises sobre o papel da mulher na política o jornal *O Estado do Maranhão*, ao noticiar em sua coluna a candidata Roseana Sarney, continuamente se refere a ela de maneira positiva, resgatando em seu discurso ações que marcaram sua trajetória na política do estado quando foi governadora. O jornal *O Imparcial*, com

relação à abordagem da mesma candidata em suas matérias, utiliza um discurso voltado para a representatividade de Roseana Sarney, fazendo tão somente questionamentos e acerca de suas propostas de governo e comparações quanto a atuação dela quando esteve à frente do governo do estado.

Com relação a candidata Eliziane Gama, o jornal *O Estado do Maranhão* traz a imagem da candidata associada a uma suspeita de falsidade ideológica, relacionada a seu marido. No discurso jornalístico entendemos, mais uma vez, que o aspecto ideológico e o discurso de gênero foram postos em ação, pela maneira como a candidata foi mostrada na matéria, agregando à sua imagem, também, o papel de esposa, deixando-a secundada como sujeito autônomo. Depreendemos dessa matéria que a intenção era não elevar, politicamente, a imagem de Eliziane Gama ao associá-la a um tema negativo sobre seu esposo.

Por sua vez, O jornal *O Imparcial* apresentou um discurso contrário ao do jornal *O Estado do Maranhão*, mostrando, em sua coluna de entrevista com as candidatas na eleição de 2018, um perfil positivo Eliziane Gama, destacando sua atuação em outros momentos desenvolvidos pela candidata.

Com relação às matérias sobre a candidata Maura Jorge, o jornal *O Estado* mostra-se imparcial, cedendo espaços em sua coluna de política apenas para a candidata manifestar-se sobre boatos acerca da desistência de sua candidatura. Observamos que essa questão pode estar relacionada ao fato de a candidata não deter um forte capital político que ameace os interesses da instituição que a noticie.

O jornal *O Imparcial*, no entanto, associa a imagem da candidata à imagem do então candidato à Presidência da República, Jair Bolsonaro, como elemento impulsionador da campanha de Maura Jorge, demonstrando nessa ação uma forma de sub-representação da candidata. Também podemos considerar que a referida associação tenha sido uma estratégia da própria candidata no sentido de fortalecer sua imagem, ainda que apareça na situação de coadjuvante.

As mulheres supracitadas ocuparam diversos espaços nos jornais ao longo do período eleitoral, com matérias que enalteciam seus feitos ou, ainda, por alguma notícia que favorecesse ou não a representação dessas mulheres no campo político.

Durante a análise discursiva, observamos que os jornais colocam em circulação modos de representação da mulher na política a partir do discurso de enunciadores que estão fora desse campo. Tal questão pode ser observado quando as disputas de poder são

traçadas nas matérias e os jornais acabam por se posicionarem em relação às candidatas sem, no entanto, assumir a responsabilidade muitas vezes do que está sendo dito.

Observados a partir da Teoria social do Discurso, os jornais acabam por deixar pistas na superfície da matéria que denunciam posicionamentos e marcam discursos ideológicos existentes. É importante ressaltar que, no processo discursivo em torno da representação da mulher na política, os jornais têm um papel fundamental na formação de opiniões. Esses veículos informativos têm o poder de construir discursos, selecionando o que será dito e o que será silenciado, possibilitando diversos efeitos de sentido.

Este estudo ratifica a necessidade de, constantemente, refletirmos sobre o processo de assimilação dos acontecimentos políticos pela mídia impressa e on-line, no nosso caso, refletirmos como os jornais trabalham, discursivamente, o acontecimento político, como agente mediador entre os sujeitos políticos e os eleitores. Sabemos, também, que a palavra impressa traz consigo a legitimidade e confiabilidade de quem a produz e também de quem a consome. E este é o maior atrativo para a aproximação política e o jornal.

Essa relação é intrínseca e notória no país. Historicamente, no Brasil, jornais de grande circulação estão, em relação ao capital, ligados a um ou mais grupos políticos. Podemos lembrar, a título de exemplo, o jornal *O Estado do Maranhão* que conserva em sua descrição o nome dos fundadores Bandeira Tribuzi e José Sarney.

Nesse sentido, a função mediadora do jornal entre o sujeito político e o sujeito leitor deve ser encarada como passível de escolhas próprias de ideologias e discurso, legitimado pela palavra escrita. Assim, para compreensão do processo de apreensão do acontecimento político pela mídia impressa e on-line, é necessário refletirmos, sobre os papéis da política e do político em nossa sociedade, o que exige uma maior criticidade na leitura da leitura do texto jornalístico relacionado à política, sob pena de nós, leitores, nos deixarmos ser conduzidos

Destarte, é necessário considerar que as questões, discussões e considerações abordadas nesse estudo, sobre o papel da mulher na política do Estado do Maranhão, não têm a pretensão de acabar com as possibilidades de análises que essa temática apresenta, nem tampouco se apresentar como estudo conclusivo. De fato, esse estudo sinaliza para o desenvolvimento de pesquisas que alcancem novos objetos, objetivos e problemáticas dentro da relação discurso, gênero, mídia, mulher e política.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Josênia. **A identidade da mulher na modernidade**. (Universidade de Brasília). Delta vol.21 no. spe São Paulo 2005. Acesso em: 19 mai. 2019.
- BAUMAN, Zygmunt. **Amor Líquido**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- _____. **Modernidade líquida**. São Paulo: Zahar, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Trad. de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- _____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 5. ed. Campinas: Papyrus, 1996.
- _____. *Esboço de uma teoria da prática*. In: ORTIZ, R. (Org.) Pierre Bourdieu. São Paulo: Ed. Ática, 1983.
- BRASIL. Presidência da República Lei n.11.340, de 7 de agosto de 2006. **Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal ... e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm>. Acesso em: 19 mai. 2019.
- CARMAGNANI, Anna Maria Grammatico. **A argumentação e o discurso jornalístico: a questão da heterogeneidade em jornais ingleses e brasileiros**. Tese de doutorado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1996.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e terra, 2001.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil Platôs: **capitalismo e esquizofrenia**. Vol1. São Paulo: Editora 34, 1995.
- FAIRLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social** / Norman Fairlough: Izabel Magalhães, coordenadora de tradução, revisão técnica e prefácio. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- _____. **Discurso, mudança e hegemonia**. In: PEDRO, Emília R. (Org.). *Análise Crítica do Discurso: uma perspectiva sócio-política e funcional*. Lisboa: Editorial Caminho, 1997.
- FERREIRA, Maria Mary. **Nos bastidores da Tribuna: mulher política e poder no Maranhão**. São Luís: EDFMA, 2012.
- FISCHER, Rosa M. B. **Mídia e educação da mulher: uma discussão teórica sobre modos de enunciar o feminino na TV**. Rev. Estud. Fem. [online]. 2001, vol.9, n.2, pp. 586-599. ISSN 1805-9584.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

- _____. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 12 ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GIDDENS. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2002.
- GIDDENS, Antony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora da UNESP, 1990
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A,1997.
- HALL,Stuart. Notas sobre a desconstrução do “popular”. IN: SOVIK, Liv (org). *Da diáspora:identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003
- http://www.observe.ufba.br/lei_mariadapenha. acesso em: 26 de maio de 2019
- <http://www.spmulheres.gov.br> - acessado em 26 de maio de 2019
- <https://capricho.abril.com.br/vida-real/a-linha-do-tempo-do-feminismo-no-brasil-de-1827-a-2019/> acesso: 27/05/2019
- <https://g1.globo.com/ma/maranhao/eleicoes/2018/noticia/2018/10/08/maranhao-volta-a-ter-representante-feminina-no-senado-mas-perde-na-camara-federal.ghtmlfile:///C:/Users/Usuario/Downloads/441-1508-1-PB.pdf> acesso: 20/11/2019.
- <http://www.blogsoestado.com/buzar/2012/03/16/mulheres-na-politica-maranhense/> acesso:20/11/2019.
- <https://www.marcoareliodeca.com.br/2014/03/08/as-conquistas-politicas-da-mulher-maranhense/> acesso: 20/11/2019.
- https://www.researchgate.net/publication/250982648_A_identidade_da_mulher_na_modernidade_Igualdade_nas_relacoes_de_genero_na_sociedade_do_capital_limites_contradicoes_e_avancos. *Rev. Katál. Florianópolis v. 13 n. 1 p. 11-19 jan./jun. 2010*
- II PNPM – **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – Presidência da República, 2008. Disponível em: <http://200.130.7.5/spmu/docs/Livro_II_PNPM_completo09.09.2009.pdf>. Acesso em: 19 mai.. 2019.
- LOURO, G. L. (Org.) *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- _____. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- MAINGUENEAU, Dominique, CHARAUDEAU, Patrick. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2000.
- MAFFESOLI, MICHEL. *A comunicação sem fim*. In: MARTINS, F.; MACHADO DA SILVA, J. *A genealogia do virtual: comunicação, cultura e tecnologias do imaginário*. Porto Alegre: Sulina, 2004.

MAGALHÃES, Izabel. **A Análise de Discurso Crítica**. 2004. Disponível em: Acesso em: 10 Nov. 2019

MARTIN-BARBERO, Jesús, **Dos meios às Mediações – Comunicação, cultura e hegemonia**, Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1997.

MELO, Iran Ferreira. **Análise do discurso e análise crítica do discurso: desdobramentos e intersecções**. Disponível em: < [http://www. Letramagna.com/adeacd.pdf](http://www.Letramagna.com/adeacd.pdf)>. Acesso em: 10 Out. 2019.

MIGUEL, Luís Felipe. **Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro**. Rev. Sociol. Polit. [online]. 2003, n.20. ISSN 0104-4478. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-447820030001000010&script=sci_arttext . Acessado em 03 agosto 2019.

_____. **Teoria política feminista e liberalismo: o caso das cotas de representação**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 15, n. 44. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n44/4149.pdf> . Acessado em: 03 agosto 2019.

MOSCOVICI, Serge. **Das Representações Coletivas às Representações Sociais: Elementos para Uma História**. In: JODELET, Denise (Org.). *As representações sociais*. Tradução de Lilian Ulup. Rio de Janeiro: EDUERJ. 2003.

MORIN, Edgar. **Para sair do século XX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

NOGUEIRA, C; SAAVEDRA, L; COSTA, C. **(In)Visibilidade do gênero na sexualidade juvenil: propostas para uma nova concepção sobre a educação sexual e a prevenção de comportamentos sexuais de risco**. *Pro-Posições*, v. 19, n. 2 (56), maio/ago, 2008.

OLIVEIRA, Luciano Amaral. **Estudos do discurso: perspectivas teóricas**. São Paulo: Parábola, 2013.

PINHEIRO, Luana Simões. **Vozes femininas na política : uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP), 2007. (Série Documentos). Disponível em: http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/publicacoes/vozes-femininas-na-politica-uma-analise-sobre-mulheres-parlamentares-no-pos-constituente/at_download/file. Acesso em: 22 mai. 2019

PINTO, Milton José. **Comunicação e discurso: introdução a análise de discursos**. 2. ed. São Paulo: Hacker, 2002.

_____. **Comunicação e discurso: introdução à análise de discurso**. São Paulo: Hacker Editores, (1999, 2002).

PEDRO, Emília Ribeiro. **Análise crítica do discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional**. Lisboa: Caminho.1997

PNPM - Plano Nacional de Política para as Mulheres. Brasília, 2005. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnpm_compacta.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2019

PIOVEZANI, Carlos. *Usos e sentidos da voz no discurso político eleitoral brasileiro*. Revista Alfa. (UNESP), v. 55, p. 163-176, 2011.

RECUERO, Raquel. Redes Sociais. In: SPYER, Juliano (org.). **Para entender a Internet: noções, práticas e desafios da comunicação em rede**. 2009. p.25-26. Disponível em:< <http://paraentenderainternet.blogspot.com/2009/01/baixe-o-pdf-do-livro.html>>. Acesso em 14 dez 2018.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. **Análise de Discurso Crítica**. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. **Análise de discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **Análise de discurso crítica como interdisciplina para a crítica social: uma introdução**. In: Melo, Iran Ferreira. (org.). Introdução aos estudos críticos do discurso: teoria e prática. São Paulo: Pontes Editores, 2012.

ROBÉRIA Nádia; RIOS, Patrícia: **A Subjetividade Midiática e a Construção de Identidades Culturais nos Séculos XX e XXI**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Curitiba, PR – 4 a 7 de setembro de 2009. Disponível em:< <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-2491-1.pdf>>. Acesso em 19 dez 2018.

ROSSI-LANDI, F. *A linguagem como trabalho e como mercado: uma teoria da produção e alienação linguística*. São Paulo: Difel, 1985.

SARTI, C. A. **O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória**. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis/UFSC, v. 12, n. 2, p. 35-50, maio/ago. 2004

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v.16, n.2, p.5-22, jul./dez. 1990.

SCOTT, John. **História das Mulheres**. In: BURKE, Peter (Org.). A escrita da história. São Paulo: Unesp, 1992.

_____. **Sociologia – Conceitos-chave**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

SILVA, Mayana. **“O bello sexo”**: representações da mulher na imprensa literária ludovicense do século XIX. São Luis, 2008.

TABAK, F. **Autoritarismo e participação política da mulher**. Coleção Tendência, Rio de Janeiro, 6: Edições Graal, 1983.

TRAQUINA, Nelson. As notícias. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Veja Ltda, 1993. P.167-176.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. *Estatísticas eleitorais 2016*: candidaturas: quantitativo de candidatos por sexo. Disponível em: <<http://inter04.tse.jus.br/ords/dwtse/f?p=139:104:7014309061877>>. Acesso em: 15 agosto. 2018.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. *Estatísticas eleitorais 2016 – resultados*: quantitativo por sexo. Disponível em: <<http://inter04.tse.jus.br/ords/dwtse/f?p=139:104:7014309061877::>>. Acesso em: 15 agosto. 2018.

TOSCANO, M.; GOLDENBERG, M. A *Revolução das mulheres: um balanço do feminismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste, realizado de 12 a 14 de junho de 2017

VAN DIJK, Teun. *Ideología: una aproximación multidisciplinaria*. Barcelona: Gedisa, 1999.

_____. *Análise crítica do discurso*. In: HOFFNAGEL, Judith; FALCONE, Karina (Orgs.). *Discurso e poder*. São Paulo: 2008, p. 113-132.

VAN LEEUWEN, T. IN: *Análise Crítica do Discurso*. [S.l.] Editorial Caminho, 1998. p.169-222.

VERÓN, Eliseo. *A produção de Sentido*. Cultrix. São Paulo. 1980.

_____. *Fragmentos de um tecido*. São Leopoldo, RS : Ed. UNISINOS, 2005

_____. *Le séjour et ses doubles. Architectures du petit écran*. IN : *Révue Temp Libre*, n° 11, 1984, p. 67-78.

WOOD, E. M. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.

WOODWARD, K. 1997. *Identity and difference*. London: Sage Publications.

WORLD, Bank. *Ranking de presença feminina no Parlamento 2017*: passo, presente e perspectivas para o futuro da participação da mulher na política, no Brasil e no mundo. Disponível: <<http://www.marlenecamposmachado.com.br/documentos/pequisa-presenca-feminina-no-parlamento.pdf>>. Acesso em: 10 agosto. 2019.

ANEXOS

MATÉRIAS

JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO

Primeira Matéria

O Estado do Maranhão - São Luís, 02 de outubro de 2018, Segunda-feira

Roseana Sarney quer “recuperar o tempo perdido” no Maranhão

Candidata da coligação “Maranhão quer Mais” tem alertado que muita coisa parou no estado desde que o comunista Flávio Dino tomou posse



A ex-governadora Roseana Sarney (DEM), a candidata da coligação “Maranhão quer mais”, afirmou em uma entrevista que pretende ocupar os cargos perdidos com a grande maioria do Flávio Dino no Maranhão. Em Colinas, no município de São Luís, a candidata lamentou que os projetos de lei não foram votados e que o estado está desativado.

“Infelizmente muita coisa parou, mas não a Flávio quis desocupar tempo perdido. Então, vamos trabalhar no tempo que sobrou para fazer as coisas que não foram feitas”, afirmou Roseana em uma entrevista política.

Em junho das eleições em São Luís, Roseana foi derrotada por Flávio Dino, o ex-governador maranhense que detém 75,1% dos votos no primeiro turno das eleições municipais. Ele foi eleito com 75,1% dos votos no primeiro turno das eleições municipais.

Mais pobres

Theresea Sarney, que é governadora do estado, afirma que o estado está mais pobre do que antes. Ela afirma que o estado está mais pobre do que antes e que o estado está mais pobre do que antes.

Apesar de não ter sido eleita governadora, Roseana afirmou que ela não se desistiu de lutar por um melhor futuro para o estado.

“Eu quero voltar e fazer coisas boas para o Maranhão. Quero fazer coisas boas para o Maranhão. Quero fazer coisas boas para o Maranhão. Quero fazer coisas boas para o Maranhão.”



Roseana Sarney em Colinas, onde defendeu de jure sua candidatura para o Maranhão.



Dani Ladeira, Roseana Sarney Filho e Paulo Maranhão Jr. em Colinas

MAIS

Roberto faz caminhada em São Luís

A candidata do PSB ao Governo do Estado, Roberto Rocha, realizou na manhã de sábado, em São Luís, uma movimentada caminhada pelas beiras da Condição de Colinas. Acompanhada de sua filha, Graça Paz, das suas candidatas, a deputada federal estadual e senador, Rocha conversou pessoalmente com moradores da região, onde também sua família morou no início da vida pública do ex-governador Luis Rocha. Ao conversar com os moradores, Roberto Rocha reafirmou certeza no segundo turno.

Reafirmando o apoio da população ao seu projeto de vida, a ex-governadora participou de reuniões com lideranças políticas e líderes locais em Colinas.

Ata política

Lideranças do PSB de Colinas e do PSB de São Luís participaram de uma reunião política, entre eles os candidatos: Paulo Maranhão Júnior (PSB), Roberto Rocha, José Carlos, Roseana Sarney, Roseana Sarney, Roseana Sarney.

A 10 dias das eleições, a candidata do PSB ao Governo do Maranhão, Roseana Sarney, afirmou que a grande maioria do Flávio Dino no Maranhão, ela não se desistiu de lutar por um melhor futuro para o estado. Ela afirmou que ela não se desistiu de lutar por um melhor futuro para o estado. Ela afirmou que ela não se desistiu de lutar por um melhor futuro para o estado. Ela afirmou que ela não se desistiu de lutar por um melhor futuro para o estado.

Segunda Matéria

Prática | 20 de setembro de 2018 | **Estado de Mato Grosso**

Marido de Eliziane Gama é suspeito de falsidade ideológica

Docxou contra a deputada, que disputou uma das vagas de senadora pelo Maranhão, aponta que Inácio Cavalcante Melo Neto teria três CPFs; deputada foi à Polícia Federal para classificar de "onda de perseguição" as denúncias contra ela



No dia 14 de agosto, a deputada federal Eliziane Gama (PPS) anunciou em uma coletiva de imprensa que o marido, Inácio Cavalcante Melo Neto, teria sido acusado de falsidade ideológica. A deputada afirmou que o marido teria usado três CPFs para obter o cargo de senador pelo Maranhão em 2014. Ela afirmou que o marido teria usado o nome de Inácio Cavalcante Melo Neto para obter o cargo de senador pelo Maranhão em 2014. Ela afirmou que o marido teria usado o nome de Inácio Cavalcante Melo Neto para obter o cargo de senador pelo Maranhão em 2014.

UMA DAS VÍTIMAS DE PAÍZIS BOLD



COMUNICADO

LIPI

LIPI

PREFEITURA DE SÃO LUIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 001/2018

PREFEITURA DE SÃO LUIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 002/2018

PREFEITURA DE SÃO LUIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 003/2018

AVISO DE ABANDONO DE PROCÉDURO Nº 001/2018

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE ABANDONO DE PROCÉDURO Nº 002/2018

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE ABANDONO DE PROCÉDURO Nº 003/2018

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Terceira Matéria

Maura Jorge denuncia perseguição em tentativa de tirá-la da disputa

Candidata do PSL ao governo do Maranhão reclama de pressão em julgamento de ação contra ela e diz que adversários passaram a espalhar boatos de sua renúncia, o que foi desmentido com veemência

CARLA LIMA
Subeditora de Política

A candidatura ao governo do Maranhão pela coligação "Renovação de verdade", Maura Jorge (PSL), classificou de boatos as informações que apontavam para uma eventual renúncia. Segundo ela, a *fake news* surgiu devido a um julgamento no Tribunal de Justiça de uma ação de improbidade administrativa de 2011 que a acusa de promoção pessoal.

Na última quinta-feira, 20, entrou em pauta no pleno do TJ uma ação de improbidade administrativa do Ministério Público Estadual (MP) contra Maura Jorge referente a uma peça publicitária feita na sua primeira gestão na Prefeitura de Lago da Pedra. O julgamento teve até o momento um voto, da desembargadora Cleonice Freire, que julgou improcedente a ação. O desembargador Jamil Godwin pediu vistas, suspendendo a análise do processo.

Após o início do julgamento - na verdade um recenseio de Maura já que em primeira instância ela foi condenada pelo juiz Osmar Gomes -, surgiu a notícia de que a representante do PSL renunciaria à candidatura.

Devido a isso, que ela classificou de boatos, a candidata sentou a imprensa para garantir que não detira a campanha política e aponta perseguição política e julgamento da ação semanas antes do primeiro turno.



Maura Jorge apontou perseguição político-judicial contra ela

"Não sei de quem partiu a ideia de resgatar tal julgamento em um período tão próximo ao dia da eleição. Não posso deixar de pensar em perseguição política. Ai, me questiono por qual motivo me querem fora da eleição já que eles [outros candidatos] consideram minha campanha tão pequena. O que sei, na verdade, é que não fanei como Roberto Rocha, em 2002. Eu não renunciei à minha candidatura", afirmou Maura Jorge.

O julgamento da candidata do PSL deverá voltar à pauta na próxima semana. Ela garante que está confiante na Justiça, que comprovou que não houve qualquer improbidade administrativa em sua peça publicitária.

"Confio na Justiça, até mesmo porque sou um escândalo nacional se uma gestora for condenada por um 'M', que nada mais significa que

os muros de Lago da Pedra representados em uma peça publicitária, cuja letra faz referência à melhoria da vida do cidadão", disse.

A candidata disse que esta não é a primeira vez que sofre com perseguição política. Na época do pedido de registro de candidatura, ela acabou sendo impugnada pelo secretário de Flávio Dino-Odeir José.

"Eles dizem que sou tão pequena, mas o governador colocou um laranje, o Odeir José, para impugnar minha candidatura, mas não adiantou porque este *fake* que eles criaram não foi aceito pela Justiça Eleitoral", declarou.

Presidenciável

Maura Jorge ao reafirmar sua candidatura, reafirmou ainda a sua relação com o presidenciável Jair Bolsonaro (PSL). Segundo ela, o candidato a presidente a escolheu

MAIS

Além de denunciar a perseguição política, a candidata do PSL voltou a criticar seus adversários. Segundo ela, as gestões do passado e a atual levaram o Maranhão a ter mais de 50% da população abaixo da linha da pobreza. As principais críticas foram em torno da Saúde, Educação e Infraestrutura. "Saúde não é só construção de hospitais, Educação não é só pintar escola. Precisamos de políticas de Estado e não de partido, de grupos. Precisamos de políticas que possam cuidar das pessoas, dos maranhenses", afirmou a candidata.

para ser sua representante no Maranhão nas eleições de 2018.

"A única condição que ele me apresentou foi de minha candidatura não ter qualquer relação com Flávio Dino ou com a família Sarney. Mas, principalmente com os comunistas. E por isso, por esta confiança de Bolsonaro na minha candidatura e pelo povo do Maranhão, é que mantenho minha posição de disputar o governo do meu estado e com a certeza de que ganharemos a disputa", disse Maura.

MATÉRIAS
JORNAL O IMPARCIAL

Primeira Matéria



92
ANOS

O IMPARCIAL

www.oimparcial.com.br

Veja o Roteiro
Gastronômico
em Barreirinhas
e Atins
PÁGINA 7

ELEIÇÕES 2018 ELEIÇÕES 2018 ELEIÇÕES 2018 ELEIÇÕES 2018

Entrevista// ROSEANA SARNEY

14 anos de experiência

Em entrevista a **O Imparcial**, a candidata do MDB e ex-governadora Roseana Sarney, que já esteve 14 anos à frente do Palácio dos Leões, afirma ter deixado em caixa R\$ 1,9 bilhão e "sequer uma conta em aberto". Diz ter feito "redução histórica da pobreza, a qualificação de 400 mil pessoas e mais de 120 mil empregos". Sobre a oligarquia Sarney, ela repudia o termo: Considera "um insulto ao eleitor, tratar dessa forma (oligarquia) pelas escolhas que ele fez". Sobre Flávio Dino: "Nunca utilizei a agressão, o insulto, o desrespeito e a falta de modos como instrumento político e comportamento pessoal!" **POLÍTICA**



“

Estamos passando momentos muito difíceis (...), um descaso muito grande com as pessoas mais pobres, que sofrem com a interrupção de programas como o Viva Luz, o Viva Água e o programa do leite

Roseana Sarney,
candidata ao governo do
Maranhão pelo MDB

Segunda Matéria

Ano XXI Nº 39.471 | SÃO LUÍS-MA | SEGUNDA-FEIRA, 10 DE SETEMBRO DE 2018 | CAPITAL E INTERIOR R\$ 2,00

f @OImparcialMA

t @imparcialonline

ig @oimparcial

98 99188.8267



O IMPARCIAL

www.oimparcial.com.br



Leia em todas as plataformas

Eleições 2018 Eleições 2018

FOTO: O IMPARCIAL



ELIZIANE GAMA

No centro da ideologia

"Eu não vejo a questão a partir da direita ou da esquerda. Eu vejo a política a partir do que é certo e do que é errado"

Depois de ser deputada estadual durante dois mandatos, destacando-se com trabalhos como a CPI da Petrobras e no Conselho de Ética, sendo considerada uma das deputadas mais influentes, segundo o Congresso em Foco, agora Eliziane quer chegar até o Senado Federal para que, segundo ela, o Maranhão possa crescer e se desenvolver. Em entrevista a **O Imparcial**, a única candidata mulher falou sobre seu projeto de um estado mais forte, relembrou o processo de impeachment e comentou sobre aborto. **POLÍTICA**

FOTO: O IMPARCIAL

ELEIÇÕES 2018 ELEIÇÕES 2018 ELEIÇÕES 2018 ELEIÇÕES 2018 ELEIÇÕES 2018

Termina prazo para análise de registros de candidaturas

POLÍTICA

Opinião



"Desinteresse'
do eleitorado
pelo Senado

ROBSON PAZ
BACALISSE

Disputa nordestina
entre Haddad e Ciro
pode decidir a eleição

SAULO MARINO
FELISBO E JORNALISTA

HONORO MOREIRA/IMP.D.A



Maura Jorge crê em Bolsonaro como impulso para sua campanha

A candidata Maura Jorge (PSL), que iniciou a série de entrevistas no "Live com Candidatos" promovido pelo Grupo O Imparcial e a Rádio Jovem Pan News, falou de sua trajetória política, de segurança pública, ajuste fiscal e do candidato à presidência Jair Bolsonaro (PSL).
POLÍTICA

Na sofreguidão numérica

A menos de três semanas das eleições, as pesquisas divulgadas a torto e a direito não oferecem um mínimo de segurança ao eleitor, em razão das espantosas discrepâncias sobre as intenções de votos nos candidatos presidenciais.
POLÍTICA



O IMPARCIAL



Leia em todas as
plataformas

Terceira Matéria

[Assuntos Especiais](#) | [Especialistas](#) | [Opiniões](#) | [Colunistas](#) | [Serviços](#) | [Publicidade](#) | [Contato](#)

[Facebook](#) | [Twitter](#) | [Instagram](#) | [YouTube](#)

[Assuntos Especiais](#) | [Especialistas](#) | [Opiniões](#) | [Colunistas](#) | [Serviços](#) | [Publicidade](#) | [Contato](#)



O IMPARCIAL

www.oimparcial.com.br

Leia em todos os
[dispositivos](#)

Crise fiscal ameaça realização do Enem

Inep afirma, em nota, que a realização do exame em 2019 ainda está garantida, mas falta verba. Problema precisará ser resolvido até 31 de agosto, quando Orçamento será encaminhado ao Congresso

ELEIÇÕES 2018

Entrevista // MAURA JORGE

A candidata de Bolsonaro

Candidata ao governo do Maranhão pela PSL, Maura Jorge fala de renovação política, apoio de Bolsonaro e projeto de desenvolvimento para o Brasil nos próximos governos. [ENTREVISTA](#)



Quero dizer que o Maranhão, para se desenvolver, precisa de muito mais do que a renovação de mandatos. É necessário que o modo de pensar seja novo.

Maura Jorge

Candidata ao governo do Maranhão pela PSL






MAIS QUE MIL PALAVRAS

Veja as histórias de pessoas comuns. Algumas delas são protagonistas de histórias de coragem para enfrentar a realidade. As histórias foram reunidas em uma obra.

MEU BAFO, MINHA VIDA

Arte, resistência e amizade: 50 anos do Anjo da Guarda

O Anjo da Guarda é um projeto de arte que nasceu em 1968, durante o regime militar. Ele é um símbolo de resistência e amizade. O projeto foi criado por artistas e intelectuais que buscavam expressar suas ideias e sentimentos através da arte. Hoje, o Anjo da Guarda é uma obra de arte que inspira e emociona a todos que o conhecem.



Prefeito entrega bibliotecas móveis

O prefeito entregou 10 bibliotecas móveis para as comunidades do município. As bibliotecas são compostas por livros, jornais e revistas, além de computadores e tablets. O projeto visa promover a leitura e o acesso à informação em áreas remotas.

Alfabetização	100%
Ensino Fundamental	100%
Ensino Médio	100%
Ensino Superior	100%



VIP

Assinatura: R\$ 12,00/mês
 Anual: R\$ 120,00
 Mensagem: R\$ 1,00
 21/08/18

[Assuntos Especiais](#) | [Especialistas](#) | [Opiniões](#) | [Colunistas](#) | [Serviços](#) | [Publicidade](#) | [Contato](#)

Entrevista// MAURA JORGE

A candidata de Bolsonaro

Candidata ao governo do Maranhão pelo PSL, Maura Jorge fala de renovação política, apoio de Bolsonaro, regras eleitorais, eleições e, claro, seu programa de governo



Maura Jorge
PSL do Maranhão



Logo de candidatura a eleger o primeiro governador eleito, Maura Jorge não dá tempo para o desgosto de não ter sido eleita no primeiro turno. Ela diz que não se desanimou e que vai continuar a trabalhar para o Maranhão. Ela diz que não se desanimou e que vai continuar a trabalhar para o Maranhão. Ela diz que não se desanimou e que vai continuar a trabalhar para o Maranhão.

“O presidente Jair Bolsonaro já deu provas mais do que suficientes de que é capaz de fazer um governo para todos, incluindo sem distinção de credo, ideologia, raça ou orientação sexual. Aceitarei que, para a oposição, é importante que haja esta renovação democrática”

de não perder o tempo com regras eleitorais que não são suas. Ela diz que não se desanimou e que vai continuar a trabalhar para o Maranhão. Ela diz que não se desanimou e que vai continuar a trabalhar para o Maranhão.

A candidata ao governo do Maranhão pelo PSL, Maura Jorge, diz que não se desanimou e que vai continuar a trabalhar para o Maranhão. Ela diz que não se desanimou e que vai continuar a trabalhar para o Maranhão.



Tudo foram os resultados das negociações e isso é mais que suficiente para a perda de partido da nossa coligação. Eu mesmo recebi o chamado para aceitar a minha candidatura”

Logo de candidatura a eleger o primeiro governador eleito, Maura Jorge não dá tempo para o desgosto de não ter sido eleita no primeiro turno. Ela diz que não se desanimou e que vai continuar a trabalhar para o Maranhão.

Logo de candidatura a eleger o primeiro governador eleito, Maura Jorge não dá tempo para o desgosto de não ter sido eleita no primeiro turno. Ela diz que não se desanimou e que vai continuar a trabalhar para o Maranhão.

Maura Jorge diz que não se desanimou e que vai continuar a trabalhar para o Maranhão. Ela diz que não se desanimou e que vai continuar a trabalhar para o Maranhão. Ela diz que não se desanimou e que vai continuar a trabalhar para o Maranhão.

Maura Jorge diz que não se desanimou e que vai continuar a trabalhar para o Maranhão. Ela diz que não se desanimou e que vai continuar a trabalhar para o Maranhão. Ela diz que não se desanimou e que vai continuar a trabalhar para o Maranhão.

Maura Jorge diz que não se desanimou e que vai continuar a trabalhar para o Maranhão. Ela diz que não se desanimou e que vai continuar a trabalhar para o Maranhão. Ela diz que não se desanimou e que vai continuar a trabalhar para o Maranhão.

Maura Jorge diz que não se desanimou e que vai continuar a trabalhar para o Maranhão. Ela diz que não se desanimou e que vai continuar a trabalhar para o Maranhão.

Maura Jorge diz que não se desanimou e que vai continuar a trabalhar para o Maranhão. Ela diz que não se desanimou e que vai continuar a trabalhar para o Maranhão. Ela diz que não se desanimou e que vai continuar a trabalhar para o Maranhão.

BASTIDORES



Imbróglgio mundial

Estadunidenses não têm candidato a presidente e os americanos não sabem quem vai ser eleito. Isso acontece porque os americanos não sabem quem vai ser eleito. Isso acontece porque os americanos não sabem quem vai ser eleito.

Novo jeito de fazer as coisas. O novo jeito de fazer as coisas. O novo jeito de fazer as coisas. O novo jeito de fazer as coisas.

Múltiplas surtidas. Múltiplas surtidas. Múltiplas surtidas. Múltiplas surtidas. Múltiplas surtidas.

Dura lei (1). Dura lei (1). Dura lei (1). Dura lei (1). Dura lei (1).

Dura lei (2). Dura lei (2). Dura lei (2). Dura lei (2). Dura lei (2).

1. O primeiro ministro... 2. O primeiro ministro... 1. O primeiro ministro... 2. O primeiro ministro...

Medo de quê? Medo de quê? Medo de quê? Medo de quê? Medo de quê?